

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS**  
**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**LAYANA SILVA LIMA**

**O ADVENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E O PROCESSO DE  
MODERNIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA**

Maceió

2015

**LAYANA SILVA LIMA**

**O ADVENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E O PROCESSO DE  
MODERNIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Virgínia Borges Amaral

Maceió

2015

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**

**Biblioteca Central**

**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade**

L732a Lima, Layana Silva.  
O advento da industrialização no Brasil e o processo de modernização da agroindústria canavieira / Layana Silva Lima. – Maceió, 2015.

**124 f.**

**Orientadora: Maria Virgínia Borges Amaral.**

**Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social.  
Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal de  
Alagoas. Maceió, 2015.**

**Bibliografia: f. 122-124.**

1. Capitalismo. 2. Industrialização. 3. Agroindústria canavieira.

4. Condições de trabalho – Alagoas. I. Título.


CDU: 36: 664.111(81)




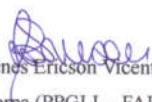
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO

Membros da Comissão Examinadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de Layana Silva Lima, intitulada "O ADVENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 26, maio de 2015, às 09:00, na sala dos Conselhos da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Banca Examinadora

  
Prof.ª Dr.ª Maria Virginia Borges Amaral  
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)

  
Prof.º Dr.º Artur Bispo Santos Netto  
Examinadora interna (PPGSS - FSSO - UFAL)

  
Prof.º Dr.º Sóstenes Ericson Vicente da Silva  
Examinadora externa (PPGLL - FALE - UFAL)

## AGRADECIMENTOS

Ao meu marido Wagner dos Santos Nunes, por me incentivar e me apoiar na busca dos meus objetivos, estando presente nos momentos felizes e tristes. Pelo amor, companheirismo e amizade. Por adocicar minha vida ao longo de cinco anos de relacionamento.

A minha querida amiga-irmã Drielly Marinho, pela paciência, apoio, torcida e incentivo. Por todas as vezes que não me deixou desistir dos meus objetivos, pelos sorrisos em momentos de tristeza, pela amizade e pelo afeto que sente por mim. É impossível expressar com palavras meus sentimentos por você, mas tenha certeza que são os mais nobres e sinceros que tenho a oferecer.

As minhas queridas amigas, Gabriela de Almeida, Kamilla Oliveira, Heline Moura, Danielle Gomes, Gleizeane Almeida, Luciana Gomes e Thays Rosa pelo apoio, incentivo e vários momentos felizes. Ao lado de vocês descobri o significado de amizade, o quanto é bom ter pessoas para sorrir, conversar, dividir minhas emoções e amar.

Aos meus amigos do mestrado, Mariana Sabino, Camila Santos, Gisely Vieira, Francisca Sobral, Helena Carvalho, Cléo Ricardo e Havana Ribeiro pelos maravilhosos momentos, companheirismo e amizade. Em um ambiente permeado de desafios, que é o mestrado, vocês contribuíram não apenas no meu processo de conhecimento, mas também na minha formação como ser humano.

A minha querida orientadora Maria Virgínia Borges Amaral, por contribuir na minha formação acadêmica, por me fazer vencer diversos desafios ao longo desses cinco anos de pesquisa, por acreditar em mim em todos os momentos.

Aos professores Mariluce Veras, Elaine Nunes, Márcia Iara, Rosa Prêdes, Cristina Paniago, Reivan Souza, Sergio Lessa, Ivo Tonet e Edlene Pimentel pela contribuição no meu processo de conhecimento.

A banca examinadora desta dissertação, Prof.º Dr.º Sóstenes Ericson Vicente da Silva e Prof.º Dr.º Artur Bispo Santos Neto, pelo compromisso e dedicação em contribuir para o meu processo de conhecimento.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL – por possibilitar dedicação exclusiva para cursar o mestrado, bem como construir esta pesquisa.

## RESUMO

Esta dissertação versa sobre o advento da industrialização no Brasil e o processo de modernização da agroindústria canavieira, aspirando identificar os efeitos da mecanização da colheita da cana sobre os trabalhadores canavieiros. Entendemos que o setor canavieiro emerge no Brasil como resposta aos anseios do capitalismo europeu, que se valeu do processo de colonização para impulsionar sua acumulação de capital. Dessa maneira, o país ingressa nas relações econômicas capitalistas com o caráter agrário, forjado no grande latifúndio direcionado para a agroexportação. Esse caráter foi preponderante até o século XX, quando em virtude da conjuntura internacional o país foi impulsionado a desenvolver e consolidar seu processo de industrialização. Neste sentido, os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek foram decisivos para o florescimento e fortalecimento do parque industrial brasileiro. Contudo, mesmo com a implantação da indústria, o país não alijou o grande latifúndio de suas relações econômicas, que concomitante com o fomento da industrialização foi impelido ao crescimento. No tocante a agroindústria canavieira, o Estado à medida que intervia no parque industrial proporcionava os subsídios necessários para a sua modernização e aprimoramento. Graças a tais incentivos, foi possibilitado às usinas de cana-de-açúcar incorporar ao seu processo produtivo novas tecnologias e técnicas que promoveram a ampliação de sua produção. Todavia, com a emergência da crise estrutural, na qual pôs ao sistema do capital a necessidade da reestruturação produtiva, a agroindústria canavieira passou a racionalizar seu processo produtivo, exigindo uma produção de qualidade superior embasada na intensificação da exploração da força de trabalho dos cortadores de cana. Neste processo, podemos identificar o uso das colheitadeiras nos canaviais como uma estratégia capitalista de extrair mais trabalho do trabalhador canavieiro. A referida pesquisa foi embasada na perspectiva marxista, a qual proporciona o conhecimento do objeto a partir de seus determinantes históricos, econômicos, sociais e políticos.

**Palavras-Chave:** Capitalismo. Industrialização. Agroindústria Canavieira. Condições de trabalho. Alagoas.

## RESUMEN

Esta investigación trata sobre el advenio de la industrialización en Brasil y el proceso de la modernización de la agroindustria cañera, tiene por objetivo identificar los efectos de la mecanización de la cosecha de la caña de azúcar a los trabajadores cañaverales. Entendemos que el sector cañero surge en Brasil como respuesta al desarrollo del capitalismo europeo, que se vale del proceso de colonización para impulsar su acumulación de capital. Así, el país ingresa en las relaciones económicas capitalistas con el carácter agrario, forjado en el grande latifundio y direccionado a la agroexportación. Este carácter fue preponderante hasta el siglo XX, cuando en virtud de la coyuntura internacional, el país empieza a desarrollar y consolidar su proceso de industrialización. En este sentido, los gobiernos de Getúlio Vargas y Juscelino Kubitschek fueron decisivos para el florecimiento y fortalecimiento del Parque Industrial Brasileño. No obstante, mismo con la implantación de la industria, el país no alcanzó el grande latifundio de sus relaciones económicas, que concomitante con el fomento de la industrialización fue impelido al crecimiento. En relación a la agroindustria cañera, el Estado a medida que intervenía en el Parque Industrial proporcionaba los subsidios necesarios para su modernización y perfeccionamiento. Gracias a los incentivos, fue posible que las usinas de caña de azúcar incorporasen a su proceso productivo nuevas tecnologías y técnicas que promovieron la ampliación de su producción. Sin embargo, con la emersión de la crisis estructural, en la que puso el sistema del capital a la necesidad de la reestructuración productiva. La agroindustria cañera pasó a racionalizar su proceso productivo, exigiendo una producción de calidad superior, basada en la intensificación de la exportación de fuerza de trabajo de los cortadores de caña. En este contexto, podemos identificar el uso de las cosechadoras en los cañavelares como una estrategia capitalista de extraer más trabajo del trabajador cañaveral. Así, la referida investigación fue basada en la perspectiva marxista, en la cual proporciona el conocimiento del objeto a partir de sus determinantes históricos, económicos, sociales y políticos.

**Palabras-clave:** Capitalismo. Industrialización. Agroindustria Cañera. Condiciones de trabajo. Alagoas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1.1 As raízes sociais e históricas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a monocultura da cana-de-açúcar</b> .....	11
1.1.1 A gênese do capitalismo e sua constituição como ordem dominante.....	12
1.1.2 As particularidades do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.....	20
1.1.3 A agroindústria canavieira no Brasil: da sua inserção à crise.....	32
1.1.4 O processo de modernização da agroindústria canavieira: Dos banguês às usinas.....	39
<b>2 A EMERGÊNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA ERA VARGAS E NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK - JK</b> .....	47
<b>2.1 O processo de industrialização na Era Vargas e seus reflexos sobre a agroindústria canavieira</b> .....	48
<b>2.2 A intervenção de Vargas na agroindústria canavieira: Uma análise sobre Alagoas</b> .....	60
<b>2.3 A articulação da indústria brasileira com o capital multinacional no governo JK</b> .....	66
<b>3 O ADVENTO DA MODERNIZAÇÃO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS REFLEXOS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA</b> .....	76
<b>3.1 O processo de desenvolvimentismo na década de 1960 e seus reflexos na agroindústria canavieira</b> .....	77
<b>3.2 A desregulamentação da agroindústria canavieira e seus efeitos sobre os trabalhadores canavieiros</b> .....	89
<b>3.3 As condições de trabalho dos cortadores de cana a partir da intensificação da mecanização da colheita</b> .....	96
<b>4. CONCLUSÃO</b> .....	115
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	12



## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa que ora se apresenta versa sobre o advento da industrialização no Brasil e o processo de modernização da agroindústria canavieira, com o objetivo de identificar os reflexos da mecanização da colheita da cana sobre os trabalhadores canavieiros. Esta análise se faz importante para o Serviço Social à medida que este setor agroindustrial, ao se constituir um de seus espaços sócio-ocupacionais, torna relevante para a profissão entender a relação entre capital e trabalho que o permeia, para assim construir as estratégias necessárias para sua mediação. O interesse por essa temática advém dos estudos realizados no grupo *Trabalho e Serviço Social – TRASSO*<sup>1</sup> – direcionado a compreender a relação capital e trabalho na sociedade capitalista. Para apreendermos o referido objeto, esta dissertação se estrutura em três seções, são elas: as raízes sociais e históricas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a monocultura da cana-de-açúcar; a emergência da industrialização brasileira na Era Vargas e no governo Juscelino Kubitschek; e o advento da modernização na agroindústria canavieira: uma análise sobre o processo de reestruturação produtiva e seus reflexos nas condições de trabalho dos cortadores de cana.

A construção deste estudo dividido nas referidas seções se embasa na perspectiva marxista, na qual apreende o objeto de estudo em sua totalidade. Neste sentido, para entendermos tanto o processo de industrialização quanto à modernização da agroindústria canavieira não podemos analisá-los como partículas isoladas do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e que esse, por conseguinte, está intimamente articulado com o percurso que o modo de produção capitalista seguiu em escala mundial. Assim, por meio destas seções pretendemos expor os determinantes econômicos, políticos e sociais que compõem a essência do objeto de estudo.

Partindo desta premissa, para entendermos os determinantes econômicos e políticos que demandaram o processo de industrialização no Brasil e a modernização da agroindústria canavieira, se fez necessário realizarmos o resgate histórico e social do desenvolvimento do capitalismo brasileiro para identificá-lo como uma demanda posta pelo capital internacional.

Neste sentido, a primeira seção desta dissertação analisa as raízes sociais e históricas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a monocultura da cana-de-açúcar. Para isso,

---

<sup>1</sup> Vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da UFAL, Coordenado pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Virgínia Borges Amaral.

recorremos aos estudos de pensadores marxistas que se debruçaram sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Partimos do pressuposto de que para compreender o capitalismo brasileiro é necessário inseri-lo na dinâmica do capitalismo mundial. Neste sentido, recorremos a análise de Marx (1984b), que estudou o processo de consolidação do modo de produção capitalista em sua totalidade, tendo por foco a Inglaterra, desvelando tanto a composição de sua estrutura quanto as transformações sociais essenciais para sua dinâmica.

Em Marx (1984b), podemos identificar que o capitalismo, para consolidar-se enquanto ordem social dominante, teve que exaurir as relações econômicas, políticas e sociais condizentes com a ordem feudal. Desse processo se ergueram as condições necessárias para a regência do capitalismo no âmbito social, ou seja, a constituição de duas classes produtoras – burguesia e proletariado –, uma dos meios de produção e a outra de sua força de trabalho para ofertar ao mercado, o Estado burguês centralizado, e a preponderância do valor de troca sobre o valor de uso, embasadas na lógica mercantil.

O Brasil, particularmente, não vivenciou o desenvolvimento do capitalismo conforme a Inglaterra. Tendo suas relações capitalistas forjadas no caráter agroexportador regido pela cultura canavieira, a constituição das duas classes fundamentais tardou a aparecer, por tal motivo foi requisitada a força de trabalho escrava subordinada aos imperativos do capital. É no curso do processo de constituição do capitalismo no Brasil, que identificamos a gênese da atividade da agroindústria canavieira perpassando por todas as suas fases, requisitando investimentos para sua modernização e demandando força de trabalho para valorizar o capital.

Na segunda seção apresentamos o processo de industrialização do país iniciado na Era Vargas, do qual, em virtude do não escoamento dos produtos agrários, emergiu as condições objetivas para a indústria ganhar relevância nas relações econômicas do país. Mesmo diante da necessidade de promover a industrialização, o âmbito agrário se constituía relevante nas relações econômicas brasileiras, e por tal motivo eram direcionados subsídios para promover seu crescimento. No tocante a agroindústria canavieira, Vargas criou o Instituto de Alcool e Açúcar - IAA, um órgão de suma importância para o desenvolvimento deste setor.

No curso da industrialização do país, o governo JK é o marco da penetração das empresas multinacionais no Brasil. O referido governo promoveu um acelerado desenvolvimento do parque industrial via empréstimos aos países centrais. Desse modo, esse governo além do ramo industrial proporcionou o fortalecimento da infraestrutura do país, contudo, os benefícios de tais empreendimentos não se disseminaram no Brasil da mesma forma. O desenvolvimento ficou concentrado na região Sudeste, fato que intensificou a disparidade com o Nordeste, o que demandou a SUDENE para mediar essa contradição.

A terceira seção demonstra o advento da modernização na agroindústria canavieira e os efeitos da desregulamentação no trabalho canavieiro, referenciado no estado de Alagoas. O período desenvolvimentista proporcionou um grande crescimento da indústria, mas cabe ressaltar que o setor agrário também foi impulsionado economicamente. A década de 1960 protagoniza, além da solidificação do parque industrial, a modernização mais significativa da agroindústria canavieira, na qual ocorreu não somente o beneficiamento de seu âmbito agrário e industrial, mas a possibilidade da produção de uma fonte de energia renovável para mediar a crise do petróleo via subsídios estatais.

Contudo, no decorrer da década de 1980, o crescimento desencadeado pelo período desenvolvimentista inicia seu esgotamento. Trata-se dos reflexos da crise estrutural no âmbito canavieiro que requisitam transformações no processo produtivo para mediar seus efeitos. É a partir do processo de reestruturação produtiva, o qual possui por premissa a racionalização da produção e a redução dos custos no processo produtivo, que identificamos a promoção de estratégias para alavancar, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, a produção incidindo nas condições de trabalho dos cortadores de cana. Neste sentido, almejamos analisar a intensificação da mecanização da colheita como meio de acrescer a produção por meio da intensificação do trabalho dos trabalhadores canavieiros.

## **1.1 As raízes sociais e históricas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a monocultura da cana-de-açúcar**

Nesta seção apresentaremos as raízes sociais e históricas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a partir do processo de colonização, e a inserção da monocultura da cana-de-açúcar como principal atividade econômica neste contexto. Partimos do pressuposto de que para entendermos a história social e econômica do país devemos identificá-la inserida no processo de desenvolvimento e consolidação do capitalismo como nova ordem dominante.

O modo de produção capitalista trouxe consigo novas relações sociais, políticas e econômicas condizentes com seus interesses. Mas essas relações foram construídas ao longo de um extenso processo histórico que teve que decompor as inerentes do feudalismo. Fez-se necessário ao capitalismo, a partir do século XVI, iniciar a constituição das condições objetivas para sua consolidação, enquanto ordem dominante.

Estas condições consistiram, de modo geral, na criação de duas classes de possuidores distintas, na apropriação das terras comunais tornando-as privadas, no florescimento do comércio e no desenvolvimento das relações mercantis, que passaram a reger os interesses econômicos específicos do capitalismo. Neste processo de intensa expansão das práticas comerciais, ocorreu a colonização de novas terras que serviram de alavanca para intensificar a acumulação de capital.

Neste contexto, configura-se a história do Brasil, como colônia da coroa portuguesa partícipe das relações econômicas capitalistas, exercendo um papel subordinado em que transferia riquezas para impulsionar a autovalorização do capital europeu. Neste sentido, a emergência de sua principal atividade econômica, a cana-de-açúcar, desencadeou uma importante função no enriquecimento de sua metrópole.

Partindo dessa premissa, este estudo se ancora na perspectiva de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se deu pela *via colonial*, no qual suas relações econômicas se alicerçaram no caráter agrário, sendo o processo de colonização o meio utilizado pelo capital para estabelecer suas relações políticas, sociais e econômicas. Mesmo se valendo de formas de trabalho não peculiares a sua constituição, como no caso do trabalho escravo no país, estas possuíam uma natureza diferente de sua origem. O trabalho escravo no

Brasil era direcionado a autovalorização do capital, como meio de se extrair mais-valia absoluta<sup>2</sup> para enriquecer os países centrais.

### 1.1.1 A gênese do capitalismo e sua constituição como ordem dominante

O modo de produção capitalista, assim como os seus precedentes<sup>3</sup>, possui seu alicerce na exploração da força de trabalho, da qual os produtores diretos são apartados da riqueza social por eles produzida. Apesar de incorporar novas configurações, a essência da exploração permanece intacta, e sob a regência desse sistema a vida do trabalhador não consegue impor limites à acumulação de riqueza.

A princípio, é relevante ressaltar que o modo de produção capitalista, ao contrário dos modos precedentes, constitui a primeira ordem socialmente pura, na qual o fator econômico se apresenta como regente da dinâmica social. Essa concepção de ordem socialmente pura é devida a Lukács, sendo retomada por Lessa com o seguinte destaque:

[...] Com a afirmação de que a sociedade burguesa é a primeira socialmente pura, Lukács pretende salientar o fato de que é nela, pela primeira vez na História, que o local ocupado pelos indivíduos na ordem social é determinado apenas pela dinâmica econômica. Enquanto no feudalismo, no escravismo e nas sociedades asiáticas o nascimento, por exemplo, determinava em larga medida o local social que o indivíduo ocuparia na estrutura social, na sociedade burguesa não há qualquer determinação dessa espécie (LESSA, 2012, p.126/7).

Neste sentido, na sociedade regida pelo capital, as relações sociais ancoradas na naturalização do *status* desapareceram. Isso significa que se antes o lugar que o indivíduo ocupava na estrutura social era determinado pelo nascimento, por exemplo, agora é a posse de bens<sup>4</sup> que estabelece a classe social que esse pertence (LESSA, 2012).

A emersão do capitalismo apresentou à sociedade um mundo totalmente novo, pautado na razão, corroborando com os avanços científicos, destituindo o indivíduo das restrições morais religiosas e rompendo com as barreiras da autossuficiência da economia.

---

<sup>2</sup> A respeito da mais-valia absoluta, Marx (1984b, p.106) afirma no capítulo XIV da obra *O Capital* que “O prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital – isso é a produção da mais-valia absoluta. Ela constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais-valia relativa”.

<sup>3</sup> Os modos de produção precedentes ao capitalismo a que nos referimos nesta explanação compreendem o modo de produção escravista e o modo de produção feudal.

<sup>4</sup> Refere-se à posse dos meios de produção e subsistência.

Sobre o rompimento da autossuficiência como uma necessidade do processo de acumulação do capital, Paniago ressalta que:

O capital necessitou durante sua formação histórica, promover a separação da anterior unidade entre a produção e controle, para alcançar os níveis de acumulação necessários à superação da antiga forma feudal de produção, marcadamente limitada pelos padrões da autossuficiência produtiva e da circulação de mercadorias locais (PANIAGO, 2012, p. 78).

Neste sentido, a nova ordem mostrou aos homens as vantagens do crescimento econômico alicerçado na competição, tendo por objetivo o lucro. A classe burguesa trouxe consigo uma série de revoluções sociais, políticas e econômicas que permitiram um vasto progresso social em relação às sociedades que a antecederam, contudo, embasado na exploração do homem pelo homem (HOBSBAWM, 1996).

Essa base permanece intacta apesar de terem emergido configurações que a tornaram condizente com as necessidades do capital. Tais configurações<sup>5</sup> germinam no contexto feudal divergindo com esta ordem, mas sem forças para superá-la. A partir do século XVI, as condições objetivas para a difusão de uma nova ordem começaram a ganhar contornos mais precisos diante da crise do feudalismo.

Nesse momento histórico torna-se vantajoso aos senhores feudais repelirem os camponeses dos campos permutando o cultivo do solo para a criação de ovelhas<sup>6</sup>, pois segundo Marx (1984b, p.264): “[...] A velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes. Por isso, a transformação de terras de lavoura em pastagens de ovelhas tornou-se sua divisa.” Essa brusca mudança é oriunda dos interesses econômicos advindos do crescimento das práticas comerciais, que antes restritas, começaram a se expandir proporcionando novas relações econômicas.

A liberação do camponês da terra constituiu o elemento imprescindível para a constituição de um novo modo de produção. Desse modo, podemos entender a história do surgimento do capitalismo como a história da desapropriação do povo camponês dos campos, da separação de seus meios de produção, do massacre que impeliu sua transformação em trabalhador assalariado. É sobre essa história que: “[...] está escrita nos anais da humanidade

---

<sup>5</sup> Na obra *História da riqueza do homem*, Leo Huberman destaca o florescimento das práticas comerciais, o crescimento das cidades, o enfraquecimento da religião como regente das relações humanas, enfim uma série de transformações que a burguesia em processo de ascensão efetuou ainda dentro da égide feudal.

<sup>6</sup> Marx (1984b) destaca que a violenta expulsão do campesinato da base fundiária se deu em virtude do florescimento da manufatura flamenga de lã e a consequente alta do preço da lã.

com traços de sangue e fogo” (MARX, 1984b, p. 262) que iremos nos debruçar para compreendermos a consolidação desse modo de produção como ordem dominante.

Para o capitalismo se constituir um modo de produção foi imprescindível uma acumulação prévia de capital, assim como transformações sociais condizentes com esse processo. Para estabelecer novas relações sociais, políticas e econômicas distintas das feudais, foi necessário ao capitalismo transformar trabalho objetivado dinheiro, mercadorias, meios de produção e de subsistência em capital. Mas essa transformação só pôde ser realizada pautada em determinadas circunstâncias.

A princípio foi fundamental que emergissem duas classes de possuidores distintas que estabelecessem um contrato entre si. Essas classes se caracterizam, de acordo com Marx (1984b, p. 262), por: “[...] de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meio de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres<sup>7</sup>, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho”.

Essa caracterização é essencial para estabelecer a relação entre capital e trabalho que rege o capitalismo. Possuidores de bens, burgueses, e possuidores de força de trabalho, proletários, estabelecem “livremente<sup>8</sup>” um contrato entre si, no qual o trabalhador irá vender ao capitalista sua única mercadoria, sua força de trabalho, por um salário. Esse fato faz com que a relação de exploração de uma classe sobre a outra, posta claramente nos modos de produção precedentes, seja obscurecida na ordem capitalista. Neste sentido, Holloway afirma que:

[...] La aparición del obrero como obrero asalariado esconde, como señalara Marx, la relación de explotación entre capitalista y el obrero, ya que hacer que aparezca como si la relación se hubiese establecido mediante un contrato justo entre partes contractuales iguales. El salario aparece como el precio del trabajo desempeñado, en vez del precio de la fuerza de trabajo del obrero (HOLLOWAY, 1982, p.30/1).<sup>9</sup>

A emergência dessas classes sociais constitui a condição essencial para o desenvolvimento da nova sociedade, por isso tiveram que surgir antes da acumulação

---

<sup>7</sup> Segundo Marx (1984b), a liberdade ofertada aos trabalhadores possui um duplo sentido porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos e servos, e nem os meios de produção os pertencem. A liberdade se reflete na cisão dos trabalhadores de qualquer meio que os proovessem sua subsistência.

<sup>8</sup> Separado de seus meios de produção e de subsistência não resta ao trabalhador nenhuma alternativa a não ser vender sua força de trabalho ao capital.

<sup>9</sup> O aparecimento do trabalhador como trabalhador assalariado esconde, como sinaliza Marx, a relação de exploração entre capital e trabalhador já que faz que apareça como se houvesse sido estabelecida através de um contrato justo entre partes contratantes iguais. O salário aparece como preço pelo trabalho desempenhado, em vez de força de trabalho do trabalhador (Tradução nossa).

capitalista propriamente dita. Neste sentido, Marx (ibidem, p. 262) afirma que: “[...] a assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”.

Esse processo de acumulação foi regido por extrema violência do capital contra os camponeses. Aqueles que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho foram vítimas das legislações<sup>10</sup> que: “[...] os tratava como criminosos “voluntários” e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam” (ibidem, p.275).

A separação dos produtores de seus meios de produção implicou na dissolução das relações de trabalho estabelecidas na sociedade feudal. Desse modo, desprovido da terra, o camponês se transformou em trabalhador assalariado<sup>11</sup>. Essa transformação libertou o trabalhador dos grilhões feudais que determinavam sua permanência no feudo e o fixava no âmbito manufatureiro. Dessa maneira, a servidão do produtor direto permaneceu, reconfigurando apenas a forma da exploração de sua força de trabalho.

A expulsão dos camponeses do campo, ocorrida do último terço do século XV, foi o início de uma intensa transformação social que revolucionou a produção e criou as bases que dão sustentação ao sistema capitalista. Ao lançar uma legião de homens e mulheres “livres como pássaros” ao mercado de trabalho, a fim de liberar os campos para fins comerciais, a ordem feudal lançou ao mesmo tempo as condições de sua dissolução, já que liberou os elementos constitutivos de uma nova ordem. Neste sentido, Marx (ibidem, p.262) afirma que “o produtor direto, o trabalhador, somente pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa”. Desse modo, gestava-se o proletariado, possuindo somente a força de trabalho para negociar com o burguês no mercado.

O processo de desprovidimento do homem da terra se estendeu até o século XVI e foi acelerado com o fortalecimento do poder real e com advento da Reforma Protestante que corroborou para o enfraquecimento das relações socioeconômicas preponderantes.

---

<sup>10</sup> Marx (1984b) dedica no capítulo XXIV um item para demonstrar a série de punições e torturas a que foram sujeito os trabalhadores, trata-se da Legislação Sanguinária, a qual como o próprio nome já ressalta foi embasada sobre o sangue dos trabalhadores.

<sup>11</sup> Por trabalhador assalariado compreendemos aquele homem desprovido dos meios de subsistência e produção que não o resta mais nada como meio de subsistir do que vender sua força de trabalho ao capitalista. Neste sentido, o salário, segundo Marx, (2010) “é a soma em dinheiro que o capitalista paga por um determinado tempo de trabalho ou pela prestação de um determinado trabalho”.



Ao questionar a soberania da Igreja Católica, a Reforma, além de proporcionar os pressupostos que abalaram as restrições religiosas do homem, permitindo-o conquistar o lucro, atuou na liberação da propriedade da Igreja para fins capitalistas.

Esses bens passaram a pertencer a arrendatários que afugentaram os camponeses que possuíam permissão da Igreja para trabalhar em suas terras. Desse modo, tanto as terras da Igreja quanto as comunais foram privatizadas, deixando o produtor direto sem meios de sobreviver por conta própria. Desse processo, a constituição feudal do solo foi abolida e as relações capitalistas foram adentrando na sociedade.

Esse processo proporcionou à classe burguesa o poder econômico, mas lhe faltava o prestígio político para alavancar sua ascensão como classe dominante. Diante disso, a mesma, apesar de economicamente preponderante, necessitava decompor as relações políticas feudais que prevaleciam no âmbito social.

Neste sentido, fez-se necessário a burguesia proporcionar o fortalecimento do poder real para desenvolver suas práticas comerciais dificultadas pela descentralização<sup>12</sup> política feudal. Entretanto, a concentração do poder nas mãos do soberano começou a ser um empecilho à medida que os interesses do rei chocavam-se com os dos burgueses. Quando Jaime II tentou se colocar acima da lei, indo de encontro aos interesses da classe que o sustentava como soberano, as classes dominantes se uniram para submeter o poder real aos limites da lei. Essa união das classes resultou, em 1688, na *Revolução Gloriosa*, que consistiu na destituição de Jaime II do poder pondo em seu lugar Guilherme de Orange. Em sua ascensão ao trono, a burguesia tratou de estabelecer a salvaguarda necessária para evitar o regresso da onipotência, submetendo às leis o novo rei e, por conseguinte ao parlamento.

A *Revolução Gloriosa* trouxe com Guilherme de Orange poder à burguesia. Logo, as terras ainda não pertencentes ao capital passaram a ser usurpadas e anexadas à propriedade privada. Analisando esse momento histórico, Marx afirma que:

[...] Os capitalistas favoreceram a operação visando, entre outros motivos, transformar a base fundiária em puro artigo de comércio, expandir a área da grande exploração agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como pássaros, proveniente do campo etc (ibidem, p.268).

O roubo das terras, iniciado pelo parlamento, estendeu-se à apropriação das terras comunais. De acordo com Marx:

---

<sup>12</sup> No sistema feudal as leis não eram uniformes, a organização política era embasada nos costumes de cada feudo. Essa descentralização política dificultava a transição de mercadorias realizadas pelos burgueses (HUBERMAN, 1986).

[...] A forma parlamentar do roubo é a das *Bills for Inclosures of Commons* (leis para o cercamento da terra comunal), em outras palavras, decretos pelos quais os senhores fundiários fazem presente a si mesmos da terra do povo, como propriedade privada, decretos de expropriação do povo (ibidem, p.269).

O último grande processo de expropriação dos camponeses da base fundiária é a chamada *Clearing of Estates* (clarear as propriedades dos seres humanos). Desse modo, todos os métodos utilizados para expulsar os camponeses do campo, desde o século XV, tornar a propriedade comunal em privada, voltar à agricultura aos fins comerciais culminaram no “clarear<sup>13</sup>” (MARX, 1984b).

Diante desse processo histórico que transforma propriedade comunal em privada, servos em proletários, Marx ressalta que:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como pássaros (ibidem p.274/5).

Esse intenso processo de expulsão dos camponeses das terras corroborou com a decomposição das relações feudais e contribuiu para a ascensão das relações capitalistas. À medida que o uso da terra passou a almejar lucro, o padrão da autossuficiência que regia a produção não comportava as transformações que o capital exigia para sua acumulação. A agricultura passou por um intenso processo de modificação, mas apesar da diminuição das áreas cultiváveis esse fato não implicou na redução da produtividade, ao contrário, graças ao melhoramento das práticas de cultivo foi possível alargar a produção em uma menor extensão de terras.

A transformação das relações de propriedade fundiária foi acompanhada por métodos de inovação na cultura e permeada por novas condições de trabalho impostas pela concentração dos meios de produção. A partir desse processo, o trabalho assalariado se fez

---

<sup>13</sup> Na obra *O capital*, Marx, analisando o longo processo histórico da transformação da propriedade comunal em privada e desapropriação do camponês de seus meios de produção, destaca a *Clearing of Estates* como último processo de expropriação dos lavradores da base fundiária. Neste sentido, tanto a expulsão dos camponeses do campo quanto a sua expropriação dos meios de produção, iniciadas no século XIV, foram de fato concretizadas.

presente na sociedade, atuando inicialmente nas cooperativas capitalistas, contribuindo com o processo de acumulação do capital que mais tarde resultaria na grande indústria.

Mas a relação entre capital e trabalho não emergiu com a industrialização, mas sim dos primórdios da produção capitalista.

A produção capitalista começa, como vimos, de fato apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores, onde o processo de trabalho, portanto, amplia sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista (MARX, 1985a, p.257).

Neste sentido, o trabalho, antes realizado pelo camponês para a satisfação de suas necessidades, passou a ser executado para alavancar os lucros do capitalista. Sobre essa mudança, Marx expressa que:

[...] O trabalho extra despendido na fiação do linho realizava-se antes como receita extra de inúmeras famílias camponesas [...] Ele realiza-se agora no lucro de alguns poucos capitalistas. Os fusos e teares, antes disseminados pelo interior, estão agora concentrados em algumas grandes casernas de trabalho, tal como os trabalhadores e como a matéria-prima. E os fusos, os teares e a matéria-prima, de meios de existência independente para fiandeiros e tecelões, transformam-se de agora em diante, em meios de comandá-los (MARX, *ibidem*, p. 282/283).

Sob essa relação, o produto, que antes era produzido pelo camponês para satisfazer suas necessidades, passou a ser mercadoria. É possível afirmar, grosso modo, que mediante essa organização do trabalho tornou-se possível baratear a produção de mercadorias. Essa redução dos custos desencadeou a redução do preço da mercadoria facilitando sua aquisição, todavia, esse processo que se tornou uma vantagem para o capitalista, pois alavancou sua lucratividade, não resultou em benefícios para o trabalhador. Estes, além de mais explorados, tiveram seus salários rebaixados (MARX, 1985a).

A manufatura emergiu reunindo uma quantidade de trabalhadores em um mesmo espaço físico para desempenhar em conjunto o processo produtivo sob o comando de um mesmo capitalista, neste sentido Marx (*ibidem*, p. 257) ressalta “[...] Com respeito ao próprio modo de produção, a manufatura, por exemplo, mal se distingue, nos seus começos, da indústria artesanal das corporações a não ser pelo maior número de trabalhadores ocupados simultaneamente pelo mesmo capital”. Foi durante o período da manufatura que o

trabalhador foi perdendo, progressivamente, o domínio sobre o processo produtivo em toda a sua extensão, tornando-se um especialista de uma determinada e restrita função. Tal perda reflete negativamente sobre o trabalhador, que além de separado de seus meios de produção tem sua capacidade produtiva podada em prol do capital, ficando cada vez à mercê dos anseios da lógica capitalista.

Neste contexto, as relações capitalistas já eram preponderantes e o comércio efervescia, não havia empecilhos para a consolidação da nova ordem alicerçada na exploração do trabalho assalariado. O crescimento das práticas comerciais impulsionou a construção de portos marítimos destinados à exportação das mercadorias para outras regiões, e esse fato culminou na descoberta de novas terras.

O capitalismo mercantil, mediante o desenvolvimento do comércio e a exploração da América, da África e das Índias, alavancou a acumulação de riquezas, sobretudo, as minerais. A respeito disso, Marx afirma que:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva (ibidem, p.285).

Os territórios explorados pelos capitalistas europeus se tornaram suas colônias. O sistema colonial foi uma alavanca no desenvolvimento do comércio, pois além de fornecer matéria-prima servia de mercado para o escoamento dos produtos manufaturados. No caso específico do capitalismo no Brasil, sobre o qual explanaremos no próximo item, as relações econômicas capitalistas se desenvolveram subordinadas às exigências do capital internacional, gerando riquezas para a acumulação primitiva europeia (LESSA, 2014). Desse modo, as colônias foram imprescindíveis para a acumulação de capital nos países europeus. Sobre esse fato, Novais ressalta que:

Neste contexto, vê-se bem o significado e a posição das colônias. Elas se devem constituir em retaguarda econômica da metrópole. Pois que a política mercantilista ia sendo praticada pelos vários estados modernos em desenfreada competição, necessário se fazia reserva de certas áreas onde se pudessem por definição aplicar as normas mercantilistas; as colônias garantiriam a auto-suficiência metropolitana, meta fundamental da política mercantilista, assim o Estado colonizador vantajosamente competiu com os demais concorrentes (NOVAIS, 1985, p.61/2).

À medida que o sistema capitalista avançava e consolidava as relações pertinentes a sua ordem, surgiu o crédito público, um sistema internacional de crédito, a dívida pública e o moderno sistema tributário. Todos esses mecanismos impulsionaram a acumulação primitiva do capital. Aliados a tais mecanismos, o sistema protecionista favoreceu o desenvolvimento do capital. Neste sentido, Marx expressa que:

O sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios nacionais de produção e de subsistência, de encurtar violentamente a transição do antigo modo de produção para o moderno (ibidem, p. 289/90).

Diante desse contexto de desenvolvimento do capitalismo, Marx (ibidem, p.290) explana que o “Sistema colonial, dívidas do Estado, peso dos impostos, proteção, guerras comerciais etc., esses rebentos do período manufatureiro propriamente dito se agigantam durante a infância da grande indústria”.

Todas essas transformações, que culminaram em um intenso processo de acumulação de riquezas, serviram de base para o desenvolvimento da grande indústria capitalista que se constituiu no marco do amadurecimento do modo de produção capitalista. Contudo, a forma de desenvolvimento elucidada não foi linear em todas as nações, o capitalismo, apesar de conservar sua essência, possui particularidades em seu processo de consolidação nos distintos países. Neste sentido, o próximo item visa identificar sua especificidade no Brasil.

### **1.1.2 As particularidades do desenvolvimento do capitalismo brasileiro**

No item anterior foi exposto o desenvolvimento do capitalismo em sua forma genérica, na qual a burguesia, para se tornar classe dominante, teve que decompor as relações sociais, políticas e econômicas feudais, por intermédio de revoluções, proporcionando as condições fundamentais para a constituição de uma nova ordem regida pelo capital. Países como a Inglaterra e a França passaram por esse processo, que rompeu radicalmente com a estrutura social posta, mobilizando as massas na luta por uma nova sociedade. Da vitória do capitalismo sobre o feudalismo, ergueram-se os Estados nacionais e com eles o Estado moderno, o guardião da classe burguesa. Mas a propagação desse modo de produção pelo globo não se deu de maneira uniforme, tampouco semelhante. Há particularidades de seu desenvolvimento nas nações, entretanto, esse fato não isenta sua essência de se constituir radicalmente distinto da ordem que o precedeu.

Diante das especificidades do desenvolvimento do capitalismo, vários autores se debruçaram sobre sua trajetória, a fim de explicar os contornos que esse adquiriu em distintos países. Dessa investigação, emergiram quatro teses que propõem demonstrar os caminhos que o capitalismo percorreu para se constituir a ordem dominante. São elas: a *via clássica*<sup>14</sup>, a *via prussiana*, a *via colonial* e a *via semi-feudal*.

A *via clássica* é a forma genérica do capitalismo, ou seja, o modo como esse sistema se desenvolveu por via de revoluções, que impulsionaram a ruptura radical com todas as relações sociais existentes para pôr outras condizentes com seus propósitos. Mas essa via não é por regra o único caminho que o capitalismo percorreu para se expandir. Há especificidades em seu processo de desenvolvimento que se distinguem do caso inglês e francês. Nesse sentido, para compreendermos como se deu sua trajetória este estudo se ancora na *via colonial* para explicar sua peculiaridade no Brasil.

Para isso, iremos nos fundamentar nos autores Mazzeo, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, que compartilham desta via para analisar a história desse modo de produção no país. Tais autores compreendem que o sistema colonial, ao qual o Brasil foi submetido, constitui a forma incipiente do desenvolvimento do capitalismo no país. Para apreendermos o significado dessa afirmação, faz-se necessário recorreremos ao contexto histórico do Brasil colônia para identificarmos os contornos realizados pelo capitalismo.

Ressaltamos no item anterior que o sistema colonial foi desenvolvido no interior da acumulação primitiva dos países europeus, ou seja, os países colonizados emergem como partícipes das relações econômicas do capital, mesmo não efetuando sua acumulação de capital durante esse período. Neste sentido, Lessa (2014, p.16) afirma que “[...] a Acumulação primitiva é a razão de existir do Brasil Colônia [...]”. As colônias<sup>15</sup> exerciam a função de transferência de riquezas para a metrópole, submetendo-se a sua política de exploração contribuindo para seu enriquecimento. Sobre esse fato, Novais (1985, p.70) afirma que “[...] a exploração colonial foi elemento decisivo na criação dos pré-requisitos do capitalismo industrial”. Desse modo, podemos entender que a riqueza extraída das colônias constituiu parte significativa do capital investido na Revolução Industrial.

O Brasil, quando “descoberto por Portugal”, não despertou de imediato os interesses do seu colonizador, pois não ofertava riquezas para serem exploradas de imediato, como ouro,

---

<sup>14</sup> CHASIN, na obra *O integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo, ed. Livraria editora ciências humanas LTDA, 1978, realiza uma análise sobre a *via clássica, prussiana e colonial*.

<sup>15</sup> Segundo Novais (1985), emergiram neste período duas formas de colonização, a *colônia de povoamento*, em que a produção se processava em torno do mercado interno e havia a preponderância da pequena propriedade, e a *colônia de exploração* que voltava sua economia para o consumo externo e sua produção se organizava em torno da grande propriedade.

prata e outros minerais, apenas havia uma abundante extensão de terras contendo pau-brasil. Diante da escassez de produtos cobiçados pelo comércio europeu e sendo Portugal uma nação comerciante, as novas terras foram desprezadas por alguns anos, como expressa Caio Prado Jr:

[...] solução acertada, portanto, para um povo de comerciantes, era naturalmente o abandono. E assim se procedeu. Afora as concessões para a exploração do pau-brasil, única riqueza aproveitável encontrada, nada mais fez a coroa portuguesa com relação à nova colônia nos primeiros trinta anos posteriores à descoberta (PRADO Jr, 2007, p.12).

Entretanto, essa atitude de abandono começou a ser revista pela coroa portuguesa a partir do momento que as terras descobertas passaram a ser alvo de invasões estrangeiras. Nesse período, no qual a América tinha sido descoberta, o desejo por parte de países europeus por terras desconhecidas era latente, provocando uma corrida geral para o Novo Mundo. Temendo a perda das terras sul-americanas descobertas, Portugal, mesmo tendo por certo que de imediato elas não responderiam suas demandas, tratou de protegê-las para o futuro. A solução encontrada para afastar o perigo das invasões foi o processo de colonização como forma de defesa (PRADO Jr., 2007).

A partir de 1530, iniciou-se o processo de ocupação das terras brasileiras por Portugal, quando o rei D. João III ordenou a vinda de Martim Afonso de Sousa<sup>16</sup> para iniciar a colonização. É importante ressaltar que, diferentemente do caso inglês, não havia uma ordem social para decompor, tampouco trabalhador<sup>17</sup> para expulsar das terras, as mesmas estavam livres de qualquer relação comercial. O processo de colonização iniciou com um sistema de divisão das terras em capitâncias hereditárias<sup>18</sup> que proporcionou, mesmo de forma embrionária, as práticas comerciais coordenadas pela metrópole. Tais práticas, fincadas na monocultura açucareira, eram respostas ao capitalismo europeu que demandava a produção de açúcar para comercializar no exterior. Assim, o Brasil colônia teve sua principal atividade econômica, a monocultura da cana-de-açúcar, conjugada com as relações capitalistas europeias (MAZZEO, 1988).

---

<sup>16</sup> Martim Afonso de Sousa foi o comandante da primeira expedição colonizadora de Portugal ao Brasil colônia. Esta possuía o objetivo de promover a defesa, reconhecimento e exploração da costa brasileira. Sousa fundou a primeira vila brasileira, São Vicente, marco da primeira ação portuguesa na colônia. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/biografias/martim-afonso-de-souza.jhtm>> acesso em 13/05/2014.

<sup>17</sup> É importante ressaltar que as terras não eram desabitadas, haviam os índios. Mas as relações que estes estabeleciam para com a terra estavam longe de conter um caráter econômico mercantil, pois eram alicerçadas na subsistência.

<sup>18</sup> Segundo Caio Prado Jr. (2007), o sistema de capitâncias hereditárias foi um sistema de proteção contra invasões, do qual a coroa portuguesa transferiu para iniciativa privada, donatários, a responsabilidade de ocupação do território. Essa atitude isentou a realeza do ônus da ocupação efetiva da terra por conta própria.

Todavia, apesar de possuir um produto almejado pelo mercado exterior, a colônia não era livre para exercer suas práticas comerciais. O sistema colonial era regido pelo estatuto colonial que não permitia o desenvolvimento de relações comerciais com outros países, apenas com a metrópole. Esse estatuto concedia a Portugal o domínio exclusivo do comércio da colônia, permitindo-o explorar todas as suas riquezas sem que essa adquirisse qualquer benefício dos lucros advindos dessa relação, pois estes se concentravam na metrópole. Neste sentido, durante esse período, o Brasil não alavancava seu capital, o que era gerado aqui era destinado ao processo de acumulação de riquezas da metrópole, fortalecendo-a economicamente. Essa condição resultou em um maior enriquecimento da coroa portuguesa, pois proporcionou um mercado tanto fornecedor de matéria-prima quanto consumidor exclusivo. Essa relação era totalmente favorável à acumulação dos países europeus, nos quais o capitalismo se encontrava em acelerado desenvolvimento devido às práticas comerciais mercantis.

Pautado em restrições e conduzido pelos caminhos portugueses, o capitalismo no Brasil seguiu o percurso agrário ancorado na monocultura açucareira, enquanto que no velho mundo as práticas comerciais e a acumulação de riqueza efervesciam. Orientado pelo cunho agrário, o processo produtivo de açúcar prosseguiu como principal atividade econômica, mas este encontrou empecilhos no seu desenvolvimento.

A cultura da cana-de-açúcar requiritava para o seu processo de produção um grande contingente de homens para o trabalho nos canaviais, do qual a colônia não possuía. No Brasil não havia uma classe trabalhadora, a exemplo dos camponeses livres, como na Inglaterra onde o capital a libertou dos grilhões dos séculos feudais e a transferiu para o âmbito manufatureiro, tal classe teve que ser constituída. Apesar da divisão das terras brasileiras em capitanias hereditárias, das quais apenas duas prosperaram<sup>19</sup>, os donatários não conseguiram dar conta do povoamento das grandes extensões de terra. A dificuldade desse processo advinha da ausência de um número considerável de pessoas, que estivessem dispostas a abandonar sua pátria para se aventurar em terras escassas de riquezas comerciais, com

---

<sup>19</sup> O Brasil foi dividido em 15 capitanias hereditárias, foram elas: Maranhão lote I (Aires da Cunha), Maranhão lote II (Fernando Álvares Andrade), Ceará (Antonio Cardoso de Barros), Rio Grande do Norte (João de Barros), Itamaracá (Pero Lopes de Sousa), Pernambuco (Duarte Coelho), Bahia de Todos os Santos (Francisco Pereira Coutinho), Ilhéus (Jorge de Figueiredo Correia), Porto Seguro (Pero do Campo Tourinho), Espírito Santo (Vasco Fernandes Coutinho), São Tomé (Pero de Góis), Rio de Janeiro (Martim Afonso de Sousa), Santo Amaro (Pero Lopes de Sousa), São Vicente (Martim Afonso de Sousa), Santana (Pero Lopes de Sousa). Das 15, apenas as capitanias de Pernambuco e a de São Vicente conseguiram prosperar e estabelecer a monocultura da cana.



exceção dos grandes proprietários de terras. A solução para essa problemática veio com o uso desmedido da prática da escravidão<sup>20</sup>.

Sabemos que a alavanca que impulsiona a acumulação do capital advém da exploração da força de trabalho que permite extrair a *mais-valia*<sup>21</sup>. Neste sentido, o produto do trabalho não é direcionado a satisfazer as necessidades do produtor direto, e sim para a autovalorização do capital (MARX, 1984b). A produção capitalista, embasada na força de trabalho escrava, permite ao sistema absorver intensamente a mais-valia absoluta do trabalhador escravo. Pois essa força de trabalho permite o prolongamento desmedido da jornada diária de trabalho, resultando em uma produção muito além da subsistência do trabalhador. O escravo, neste período, era condicionado a uma condição de vida tão miserável que era permitido apenas o acesso da ração diária para não sucumbir de fome nos canaviais.

Alicerçada nesta força de trabalho, a produção açucareira permitiu a aceleração da acumulação de capital da coroa portuguesa. Neste contexto, os escravos eram trazidos do continente africano<sup>22</sup>, que assim como o Brasil colônia era intensamente explorado. Não somente suas riquezas naturais, mas sua população era alvo dos anseios capitalistas da elevação dos lucros. Analisando a prática da escravidão no Brasil colônia, Caio Prado Jr. argumenta:

Não se sabe ao certo quando chegaram os primeiros negros escravos. Vimos que desde o século XV fazia-se deles em Portugal um tráfico intenso, e a conquista da Guiné em 1534 por André Gonçalves, coincidiu com o início da colonização brasileira, deu-lhe um vigoroso impulso. É portanto provável que tivessem acompanhado os mais primitivos colonizadores. As primeiras referências positivas datam contudo do penúltimo ano do governo de Tomé de Souza (1552). O certo é que seu número tomou rapidamente grande vulto. Em fins do primeiro século já somavam cerca de 14.000 indivíduos numa população total – inclusive índios aldeados – que não chegavam a 60.000 habitantes. Em fins da era colonial representavam 50% da população (PRADO Jr., 2007, p.27).

---

<sup>20</sup> Amaral (2011), no texto *A condição do trabalho e o Serviço Social no setor sucroenergético*, analisa o uso da prática da escravidão no desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

<sup>21</sup> Segundo Marx (1985a), o trabalhador no decorrer da jornada de trabalho produz o valor de sua força de trabalho, isto é, os meios de subsistência de que necessita, contudo, a jornada de trabalho na sociedade capitalista não se limita a esta produção. O capitalista ao comprar a força de trabalho do trabalhador, este, além de produzir os valores dos meios de subsistência, gera mais valor, não para ele, e sim para o capital. O trabalhador gera a mais-valia, que se constitui no trabalho objetivado não pago ao trabalhador e direcionado a valorizar o capital.

<sup>22</sup> Essa se constituiu a força de trabalho preponderante no sistema colonial, mas não a única. Os nativos, indígenas, foram os primeiros a serem submetidos ao trabalho forçado nas lavouras. Essa prática possuía o consentimento de Portugal, que inclusive estava disposto a tê-lo no país como escravos. A falta de mão de obra para o trabalho e a constante fuga dos nativos resultou em expedições de caça ao índio. Essas se expressam nas epopeias e bandeirantes (PRADO JR. 2007).

A escravidão não é peculiar ao capitalismo, o mesmo se alicerça sobre o trabalho assalariado para se desenvolver, por isso fez-se necessário separar os produtores de seus meios de produção para criar novas formas de apropriação de *mais-valia*. Essa contradição é explicada pelo fato de que esse sistema, em sua primeira fase de desenvolvimento, se apropriou das formas econômicas existentes para depois estabelecer novas, essencialmente capitalistas. Mazzeo (1988), analisando o percurso exercido pelo capitalismo no Brasil, compreende que o país se encontrava no bojo da expansão capitalista, e que o sistema colonial foi a forma do novo modo produtivo adentrar no novo mundo<sup>23</sup>. Desse modo, o sistema colonial: “[...] é parte do que chamamos de primeira fase do capitalismo” (MAZZEO, 1988, p.8).

Neste sentido, as colônias são partícipes do processo de acumulação do capital sobre configurações distintas de suas metrópoles, nas quais o desenvolvimento do capitalismo encontrava-se avançado. As Novas Terras possuíam uma economia rudimentar, exercendo o papel de centro produtores de mercadorias, fornecedoras de matéria-prima e riquezas naturais para impulsionar a concentração de riqueza dos países centrais.

Partindo desse caráter, podemos observar que essa forma de desenvolvimento do capitalismo possui particularidade em relação ao caso inglês. Ao invés de acumular riquezas, as colônias as forneciam, as práticas comerciais eram realizadas na metrópole. Analisando o caso do Brasil colônia, identificamos que suas relações econômicas se baseavam na monocultura e no grande latifúndio, esse fato reforça o papel de fornecedor de matéria-prima atribuído neste período histórico. Dessa forma econômica arcaica, diante dos centros regidos pelo capital, o modo de produção capitalista, no início de seu desenvolvimento no Brasil colônia, foi conivente com o uso da força de trabalho escrava, já que nessa fase foi pertinente a incorporação de velhas configurações econômicas. Mas devemos atentar que a escravidão implantada não é a mesma do modo de produção escravista, pois atende a interesses diferentes. Nesta, o trabalho forçado foi direcionado para produzir riquezas que contribuíssem para o processo de acumulação do capital europeu (ibidem).

Esse trabalho se deu de forma preponderante no interior das grandes plantações de cana-de-açúcar, voltadas para saciar os interesses econômicos de Portugal. A monocultura do açúcar foi uma das principais atividades econômicas do Brasil colônia, pois por ser um produto valorizado na Europa foi fomentado o seu cultivo. Essa cultura só foi possível de se desenvolver graças ao uso desmedido da escravidão, criando as condições objetivas para o

---

<sup>23</sup> O autor se reporta ao termo *novo mundo* para se referir ao continente Americano.

florescimento do latifúndio moderno. Acerca da prática da escravidão no Brasil, Mazzeo afirma que:

[...] A nova escravidão – a escravidão capitalista – implantada na América, através do latifúndio moderno marcará profundamente o desenvolvimento histórico-social do Brasil (e todos os países que a viveram), onde as ricas famílias rurais dominarão quase exclusivamente o poder político, com seus maneirismos aristocráticos somados à típica sede de lucros da burguesia (ibidem, p.12).

Desse modo, tiveram início as práticas econômicas capitalistas no país, conjugadas com o escravismo e o grande latifúndio moderno, marcando de modo intrínseco o desenvolvimento sócio-histórico do Brasil. Desse latifúndio moderno, segundo o autor supracitado, emergiu a burguesia agrário-mercantil, constituída por ricas famílias detentoras de terras e escravos, exercendo grande influência na sociedade colonial. Mas ao lado do latifúndio ocorreram ensaios para se implantar a pequena propriedade.

Apesar de o Brasil colônia ter iniciado seu processo de colonização com amplas extensões de terras, capitanias hereditárias, houve tentativas de se instalar as pequenas lavouras, das quais os proprietários não possuíam recursos financeiros para desenvolvê-las. Além desses não terem incentivos da coroa portuguesa, o mercado para escoar suas mercadorias era escasso, pois o comércio interno era bastante limitado, não só pelas condições financeiras da população, constituída, sobretudo, de escravos, semiescravos, negros, índios e mestiços, como também a dificuldade de comunicação que isolava as populações uma das outras. O mercado era praticamente exclusivo da exportação do açúcar, única riqueza exportável. Diante desses obstáculos que engessaram o desenvolvimento da pequena agricultura, Caio Prado Jr. argumenta que:

Nestas condições não era possível à pequena propriedade medrar no Brasil colonial. Impelidos pelas circunstâncias se vão os pequenos proprietários, aos poucos, desfazendo suas posses em benefício dos grandes domínios. Depois de processo de eliminação da pequena propriedade, vai-se afinal fundar toda a economia agrária da colônia unicamente no grande domínio rural (PRADO Jr., 2007, p.21).

A preponderância da grande propriedade faz surgir na era colonial uma estrutura social complexa. Como já aludimos, a força de trabalho exercida na produção era a escrava, havendo um contingente mínimo de assalariados, não significativo para compor uma classe social, assim havia basicamente duas classes: a dos proprietários rurais, o mercador e a dos trabalhadores escravos. Desse modo, não tinha nenhuma outra atividade econômica que

competisse com a produção açucareira e a força de trabalho era de forma geral absorvida por essa cultura.

Dadas as condições objetivas para a produção e reprodução do grande latifúndio, direcionado para atender os interesses europeus, a classe burguesa, no Brasil, emerge do âmbito rural. Essa burguesia se diferencia da nascida na Inglaterra que desde seus primórdios se voltou ao desenvolvimento das práticas comerciais, cidades, manufaturas, enfim, criou circunstâncias essencialmente compatíveis com a ordem em formação, inclusive, derrubando a velha ordem por via de revoluções.

A burguesia inglesa, à medida que obteve as forças necessárias para se desvincular dos vestígios da ordem em decomposição, realizou uma radical ruptura através de revoluções e se tornou a classe dominante. Ao contrário desta, a brasileira floresceu subordinada à coroa portuguesa, à mercê de seus mandos em troca de seus privilégios sociais. Essa burguesia não se propôs a lutar por seus interesses políticos, desde que seus econômicos estivessem assegurados. Tais características permearam a classe dominante brasileira mergulhando-a em uma tendência conservadora, na qual foi mais vantajoso realizar acordos do que romper com sua subordinação. Acerca dessa característica da burguesia brasileira, Mazzeo expõe:

A sociedade brasileira terá, como marca registrada, um conservadorismo extremado, quer a nível da (*sic*) mentalidade, quer a nível da prática político-econômica de sua burguesia. Essa tendência conservadora, em muitos momentos reacionária, da burguesia agrário-mercantil brasileira liga-se, como já nos referimos, à própria estrutura de produção escravista rudimentar, autocrática e, de certo modo, estagnante. [...] a burguesia brasileira esteve sempre predisposta às composições e aos acordos com os burgueses do reino, desde que não alterassem o fundamento de seu poder: o latifúndio e o trabalho escravo (MAZZEO, 1988, p.13/4).

Mazzeo, analisando a formação da burguesia no Brasil, elucida que esta possui um caráter agrário por participar das relações comerciais internacionais, ofertando produtos de cunho agrário, sobretudo o açúcar, e mercantil pelo fato de estar contribuindo através de suas relações comerciais para a acumulação do capital europeu em sua fase mercantilista. A recusa da burguesia agrário-mercantil pelo protagonismo político, em função dos privilégios sociais, resultou em uma organização política na qual as decisões vêm de fora, Portugal, para dentro, Brasil colônia. Em virtude dessas condições de submissão terem sido benéficas para a coroa portuguesa, o regime colonial foi estendido, retardando a transformação da colônia em Estado Nacional, o surgimento do trabalho assalariado, o desenvolvimento do comércio extra-agrário,

enfim, a construção das condições objetivas para o desenvolvimento do capitalismo de forma independente.

Analisando esse alongamento da era colonial, Fernandes (1987) entende que as condições postas nesse período não eram condizentes com o aparecimento da burguesia. Essa só foi possível emergir no cenário brasileiro a partir do processo de independência, no qual foram criadas as circunstâncias para seu surgimento.

Antes de iniciarmos a análise da contribuição da independência do Brasil para a gênese da burguesia brasileira, segundo Fernandes, é relevante resgatarmos alguns antecedentes que corroboraram para a efetivação desse processo.

A princípio, cabe ressaltarmos os acontecimentos de 1808, que modificaram a estrutura política até então existente na colônia. Neste período, a Europa passava por um momento de forte turbulência, na qual, a França e a Inglaterra travaram uma disputa militar na qual a França não conseguiu derrotar sua adversária. Diante dessa situação, sem forças para erguer um novo conflito, a França tratou de prejudicar os negócios britânicos através da instituição do “bloqueio continental”. Este proibia os países da Europa Continental de realizarem qualquer relação comercial com os ingleses. Como Portugal mantinha laços comerciais estreitos com a nação vítima do bloqueio, temendo sofrer invasão francesa, transferiu a corte para a colônia brasileira.

A vinda da família real ao Brasil contribuiu para a expansão econômica da colônia antes restrita pela coroa. A primeira transformação foi a liberação dos portos para as nações amigas de Portugal. Neste sentido, argumenta Caio Prado Jr. (2007, p.46) que: “[...] o primeiro ato do regente, apenas desembarcando no Brasil, foi justamente franquear os seus portos ao comércio das “nações amigas”, o que queria dizer – a Inglaterra”. Esse ato rompeu com o comércio exclusivo do Brasil com Portugal.

Desse modo, o estatuto colonial iniciou seu processo de erosão, deixando de ser tão preponderante como no passado recente. Assim, “[...] São abolidas, uma atrás outra, as velhas engrenagens da administração colonial, e substituídas por outras já de uma nação soberana (ibidem, p.47)”. Diante dessa realidade, as limitações postas ao desenvolvimento econômico estavam se decompondo, permitindo que a colônia pudesse de fato prosperar, pois não estava subordinada a regras que apenas favoreciam seu dominador.

Mas a conquista dessa autonomia<sup>24</sup> custou uma fonte de riqueza para Portugal. Antes da vinda da corte ao Brasil, a vigência do estatuto colonial isolava a colônia dos demais

---

<sup>24</sup> Essa autonomia se refere ao fato que as relações econômicas da colônia não estavam circunscritas a Portugal, podendo comercializar com outras nações, entretanto, somente aquelas “amigas” da metrópole. Neste sentido, a

mercados mundiais, tornando-a fornecedora e consumidora dos produtos portugueses. Após a mudança desse curso, os negócios da metrópole começaram a deflagrar, pois “[...] perdido assim seu principal e quase único mercado, as manufaturas portuguesas receberam um golpe de morte. Além disso, os demais proventos de Portugal, sob as mais variadas formas, que recebiam do Brasil, cessam bruscamente, levando o Reino a uma situação econômica desesperadora” (ibidem, p.48).

Diante dessa situação econômica, a nação portuguesa reivindicou a volta de D. João VI a Portugal, esse acontecimento ficou conhecido como *Revolução do Porto*. Mas essa tinha como “pano de fundo”, além do retorno da corte, a restauração das antigas relações da metrópole com a colônia, ou seja, a restauração o estatuto colonial flexionabilizado pela condição de Reino<sup>25</sup> Unido de Portugal.

Mas essa revolução não ficou restrita a Portugal, uma vez que o Reino Unido também sentiu seus reflexos. Diante das transformações em curso e da proposta do retorno ao passado, a classe agrária brasileira apoiou o retorno do estatuto colonial, já que esse a permitia uma situação confortável, na qual seus privilégios sociais seriam mantidos pela metrópole. Entretanto, apesar de preponderante nas relações econômicas, as transformações advindas da flexionalização do estatuto colonial possibilitaram a emersão de novas camadas sociais que enxergavam na retomada do passado sua extinção. Almejando sua existência e expansão, tais camadas, até então oprimidas, vislumbravam na formação de um Estado nacional a chance de libertação econômica e social (PRADO Jr, 2007).

Essa libertação, que consistia na independência do Brasil, não beneficiaria somente as camadas oprimidas, mas também aos senhores de engenho. Estes possuíam regalias sociais, mas não se beneficiavam com plenitude de sua produção. À medida que o estatuto colonial vigorava, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil era podado, e isso repercutia em um atraso ainda maior em relação ao velho mundo. Enquanto países como a Inglaterra vivenciavam o processo de industrialização, aqui se aspirava a constituição de um Estado nacional.

---

colônia, apesar de poder relacionan-se com outras nações, ainda dependia da permissão de Portugal (PRADO JR 2007).

25 Em 1815, no Rio de Janeiro, o príncipe regente português Dom João VI assinou um decreto que criava o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Com isso, o Brasil deixou de ser colônia e foi elevado à categoria de reino. Embora não tivesse se tornado um país independente, passava a ter condição de igualdade com a antiga metrópole do reino, Portugal. Fonte: [cola.britannica.com.br/article/483504/Reino-Unido-de-Portugal-Brasil-e-Algarves](http://cola.britannica.com.br/article/483504/Reino-Unido-de-Portugal-Brasil-e-Algarves).

Diante dessa explanação acerca das condições que substanciaram o processo de independência do Brasil, podemos retomar a análise de Fernandes a respeito da classe burguesa no país não ter emergido dos senhores de engenhos.

O autor elucida que os senhores de engenho, apesar de estarem inseridos nas relações comerciais da monocultura açucareira, seu controle era efetuado pela metrópole. Essa relação era adequada ao sistema colonial, no qual a riqueza se concentra na coroa portuguesa e os senhores de engenho se satisfaziam com os privilégios sociais concedidos na colônia, ocupando assim uma posição marginal no processo de mercantilização agrária. Neste sentido, mergulhados nessas relações e apartados do lucro da produção açucareira, os senhores de engenho não poderiam anteceder o empresário moderno. Aos senhores cabia apenas a função de um agente econômico especializado, que realizava a organização da produção colonial destinada a gerar riquezas para Portugal. Investigando a condição dos senhores de engenho na colônia, Fernandes argumenta:

[...] Uma das consequências dessa condição constituía que ele próprio, malgrado seus privilégios sociais, entravam no circuito da apropriação colonial como parte dependente e sujeita a modalidade inexoráveis de expropriação, controlada fiscalmente pela Coroa ou economicamente pelos grupos europeus, que dominavam o mercado internacional. O que ele realiza como excedente econômico, portanto, nada tinha que ver com o “lucro” propriamente dito. Constituía a parte que lhe cabia no circuito global da apropriação colonial. Essa parte flutuava, mas tendia a manter-se em níveis relativamente altos dentro da economia da Colônia porque exprimia a forma pela qual o senhor de engenho participava da apropriação colonial (através da expropriação de terras e do trabalho coletivo dos escravos). No conjunto, nada justificaria assimilar o senhor de engenho ao “burguês” e é um contra-senso pretender que a história da burguesia emerge com a colonização (FERNANDES, 1987, p.16/17).

Segundo o autor, as condições favoráveis para o surgimento da classe burguesa só emergiram após o processo de independência, mesmo tendo sido gestadas na crise colonial. Pois através deste foi possível romper com o estatuto colonial que podava qualquer autonomia política e criar um Estado nacional se desvinculado do caráter de colônia.

A partir do momento em que o Estado nacional foi instituído, essa transformação resultou em consequências socioeconômicas positivas para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Neste curso, é relevante ressaltar as novas conotações que a grande lavoura adquiriu. Analisando-as, Fernandes (1987, p.27) afirma que: “Como se verá adiante, graças a

extinção deste estatuto<sup>26</sup> e especialmente à criação de um Estado nacional e às suas consequências socioeconômicas, a primeira esfera na qual ocorre a reelaboração dos móveis capitalistas de ação econômica prende-se à grande lavoura”.

Mas essa configuração não estava vinculada a uma mudança radical da organização da estrutura da sociedade existente. O que ocorreu de fato foi que, nessa conjuntura, as potencialidades capitalistas da grande lavoura passaram a ter maior liberdade para se desenvolver com plenitude. Neste sentido, o autor expressa:

[...] Assim, senão todas, pelo menos parte considerável das potencialidades capitalistas da grande lavoura foram canalizadas para o crescimento econômico interno, permitindo o esforço concentrado da fundação de um Estado nacional, a intensificação concomitante do desenvolvimento urbano e a expansão de novas formas de atividades econômicas, que os dois processos exigiam (ibidem, p.27).

Essas modificações, apesar de ainda conjugadas com o trabalho escravo, marcaram a transição do período colonial para a era da sociedade nacional. Tais transformações corroboraram com a consolidação do capitalismo, pois permitiram fissurar a homogeneidade da “aristocracia agrária”, permitindo o surgimento de novos tipos de agentes econômicos.

Ao passo que se intensificou a expansão da grande lavoura em moldes distintos dos instituídos anteriormente, possibilitados pela organização do Estado nacional, uma parcela de senhores rurais abandonou o isolamento dos engenhos e fazendas e tornou-se partícipe do âmbito econômico urbano e político da corte dos Governos provinciais. Esses senhores absorveram as ideias inovadoras que pairavam em tais ambientes, passando a aceitar as formas de organização da estrutura social abominadas no passado recente. Desse modo, essa porção aristocrática se “aburguesou”, desempenhando a partir de então uma função análoga a de seu segmento (FERNANDES, 1987).

O surto da cultura de café, que abrangeu algumas regiões, contribuiu para alavancar o processo de transformação da estrutura social. Graças as suas demandas, que assistiu o fim da escravatura, o advento da imigração com suas inovações, a formação de uma classe assalariada brasileira significativa, podemos falar do “espírito burguês” brasileiro. Neste sentido, o autor afirma:

De tais estratos é que procediam os representantes mais característicos e modernos do “espírito burguês” – os negociantes a varejo e por atacado, os

---

<sup>26</sup> O autor está se referindo ao estatuto colonial.



funcionários públicos e os profissionais “de fraque e de cartola”, os banqueiros, os vacilantes e oscilantes empresários das indústrias nascentes de bens de consumo, os artesãos que trabalhavam por conta própria e toda uma massa amorfa de pessoas em busca de ocupações de assalariadas ou de alguma “oportunidade para enriquecer”. Nesses estratos, a identificação com o mundo moral da “aristocracia agrária” era superficial ou se baseava em lealdades pessoais e em situação de interesses que não tolhiam uma crescente liberdade de opiniões e de comportamentos (ibidem, p.28).

Assim, para Fernandes, somente após o processo de independência se gestou um novo tipo de autonomia política e com ela a formação de uma sociedade nacional. Neste sentido, ocorreu uma revolução política, que transcendia os limites dos interesses da metrópole e se pautava nos anseios nacionais. Diante dessas transformações, emergiu a classe burguesa brasileira, não comungando da visão arcaica dos senhores de engenho, mas almejando a liberdade econômica e política para participar do comércio mundial como uma nação desvinculada de ordens exteriores, prosseguindo sua trajetória de forma independente.

Mesmo os autores ora comungando e ora divergindo do curso da história do desenvolvimento do capitalismo no país, concordam que a condição de colônia foi a porta de entrada para esse modo produtivo adentrar no Brasil. E que durante esse contexto, mesmo de forma incipiente, o país participava da acumulação de capital, não concentrando em seu interior, mas contribuindo para o enriquecimento da nação dominadora. Assim, o país já emerge no cenário mundial como capitalista, apesar de ter seguido um percurso diferente do caso *clássico*, não conhecendo a história de outra sociedade distinta do capital.

No próximo item iremos analisar a inserção da cultura da cana-de-açúcar no Brasil e seu processo de modernização, tendo por foco a região Nordeste, em especial Alagoas. Este resgate histórico se faz necessário para compreendermos as raízes sociais e históricas que a cultura da cana-de-açúcar possui na trajetória econômica do referido estado, e porque, apesar de termos superado a era colonial e termos adentramos na modernidade, a mesma ainda é relevante no processo de acumulação do capital.

### **1.1.3 A gênese da agroindústria canavieira no Brasil**

Vimos que a monocultura da cana-de-açúcar foi a principal atividade econômica da era colonial no Brasil, agora vamos tratar das bases econômicas e políticas do surgimento dos engenhos e em seguida da moderna usina de cana-de-açúcar. O açúcar, durante o século XVI, era um produto muito cobiçado na Europa e, por esse motivo, Portugal teve o interesse em

desenvolver na colônia brasileira, já que nesta não foram encontrados de imediato minerais ou especiarias que pudessem ser comercializadas no exterior.

Por esse motivo, o rei de Portugal, João VI, atribuiu a Martim Afonso de Sousa a tarefa de colonizar as terras sul-americanas descobertas pela coroa, através da implantação do sistema de capitanias hereditárias. O requisito para a aquisição de tais capitanias foi o compromisso, por parte dos donatários, de promover a implantação da cultura do açúcar. Essa imposição não limitou o desenvolvimento de outras culturas, mas estas ficaram restritas ao âmbito de subsistência.

As relações econômicas no Brasil colônia tiveram seus primórdios vinculados à prática do extrativismo centrada no pau-brasil. Entretanto, outros países, a exemplo da França e da Holanda, passaram a explorar essa árvore, despertando na coroa portuguesa um “estado de alerta”. Temendo perder as terras para outra nação, Portugal tratou de colonizá-la antes que perdesse o direito a sua posse.

Desse modo, no ano de 1530, as caravelas portuguesas desembarcaram na costa brasileira com o propósito de estabelecer o processo de colonização e povoamento de sua conquista. Analisando esse momento histórico, Andrade (2010, p. 20) afirma que “[...] Só a partir de 1530, é que Portugal, temendo perder o controle da terra de Santa Cruz, resolveu desenvolver uma política de povoamento, dividindo o Brasil em capitanias hereditárias”.

A divisão do território em 15 extensas faixas de terras, entregues a donatários da confiança do trono português, constituiu o meio do qual o processo de povoamento foi efetivado sem gerar altos custos à coroa. Neste sentido, cada donatário foi responsável em administrar, povoar e desenvolver a economia do território que o coube.

Entretanto, das 15 capitanias estabelecidas na colônia, apenas duas, a de São Vicente (Macaré/ RJ a Caraguatatuba/SP) e a de Pernambuco, (Iguaraçu <sup>27</sup>/PE e a foz do Rio São Francisco AL/SE), conseguiram de fato prosperidade no plantio de cana-de-açúcar. As demais, além de não terem incentivo financeiro da metrópole, sofriam ataques indígenas, o que as impediram de progredir (ANDRADE, 2010).

A economia açucareira encontrou na região do Nordeste o berço de seu desenvolvimento nos primeiros séculos de colonização. Desse modo, o povoamento de Alagoas está subordinado à cultura do açúcar, assim como o processo de colonização do país. Portugal encontrou nos lucros advindos do açúcar o principal motivo para ocupar as terras

---

<sup>27</sup> Atualmente Igarassu.

brasileiras. Analisando a influência da monocultura açucareira na colonização nordestina, Diégues Júnior afirma:

A colonização do Nordeste começou com a construção de engenhos. Foi o açúcar o motivo da colonização, isto é, o fator a prender o elemento humano à terra. Através das fábricas de açúcar, se construiu a economia agrária do nordeste, e com ela encaminhou o português o processo colonizador. De Olinda, sede da capitania Duarte, parte a irradiação colonizadora. A ocupação humana se processa com o fincamento dos engenhos de açúcar (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p.25).

Esta pesquisa, por se limitar ao desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar em Alagoas, vai se deter a analisar a capitania de Pernambuco. Esta compreendia o referido estado, e tinha por donatário Duarte Coelho. Duarte Coelho teve muitas dificuldades para seguir as orientações portuguesas de estabelecer a cultura de açúcar e de povoar a grande extensão de terra, visto que o capital advindo da coroa era insuficiente para satisfazer as necessidades dessa incumbência, e os colonos trazidos nas caravelas eram um número irrisório diante do território carente<sup>28</sup> de civilização.

Diante dessa situação, Duarte Coelho contou com o auxílio do capital holandês direcionado a financiar os gastos necessários para iniciar tanto a plantação de cana-de-açúcar quanto o povoamento. Sobre esse fato, Andrade (2010, p.21) afirma que “o processo de povoamento da capitania foi determinado pela cultura da cana-de-açúcar, financiada por capital holandês, ou por judeus instalados na Holanda, que se empenharam na aquisição de escravos africanos, na instalação dos engenhos e na expansão dos canaviais”.

Graças a esse incentivo, aliando as condições que a região ofertava para a monocultura de açúcar, o donatário pôde iniciar a implantação dos engenhos<sup>29</sup> próxima dos rios. Neste período, as áreas próximas aos rios eram almeçadas pelo impulso que a água trazia a produção. Sobre o interesse de buscar por tais áreas, Diégues Júnior argumenta que:

A cultura da cana procurou sempre as proximidades das regiões de rios ou riachos, e não se distanciou, por interesses comerciais, do mar. É na água dos rios, dos pequenos rios, que o senhor de engenho encontra o melhor colaborador para sua organização econômica. É no rio que ele vai buscar não somente a água para movimentar a moenda; nele está a água para dar umidade ao solo, para o transporte da produção, para o banho dos animais; também para seu banho e o de sua família (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p. 112).

---

<sup>28</sup> O termo se refere a civilização de acordo com os princípios europeus, pois, antes da colonização, o Brasil era habitado por índios, por isso entendemos que já existiam formas de civilização.

<sup>29</sup> A instalação da estrutura de um engenho de cana-de-açúcar exigia um grande investimento de capital, pois além de suas partes possuírem um preço alto, tinham que ser importadas dos países centrais.

As instalações iniciais responsáveis pela transformação da cana em açúcar, os banguês, eram movidas pela força de trabalho escrava e animal. Mesmo constituindo-se estruturas rudimentares, proporcionaram um crescimento extensivo da produção na colônia, diante da abundância da matéria-prima. Mas cabe ressaltar que a produção oriunda dos banguês era de baixa qualidade em relação as ofertadas no mercado europeu. Esse déficit se dava em decorrência do baixo nível de tecnologia utilizada no processo produtivo (CARVALHO 2009).

Foram dessas estruturas, banguês, que os colonos lusitanos deram início as práticas econômicas na colônia brasileira, embasadas na monocultura açucareira, assim como a formação de sua estrutura social. Sobre esse fato, Diégues Júnior afirma que:

O engenho de açúcar como unidade econômica era um conjunto de exploração monocultora-latifundiária, com sua mão de obra baseada no trabalho escravo. Este quadro econômico refletia-se na organização da sociedade aí nascida. A figura característica dessa sociedade, ou desse grupo, é o senhor de engenho; é ele o *pater-familias omnipotente*, dispondo de sua propriedade como senhor absoluto, poder que se estendia igualmente aos elementos humanos dele dependentes (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p.48, grifos do autor).

Desse modo, a germinação da civilização brasileira se desenvolveu nas estruturas dos engenhos, pois comportavam em seu interior os grupos que constituíram a sociedade. As pessoas trazidas de Portugal, como também da Alemanha e Itália, por Duarte Coelho, para iniciar o processo de povoamento da capitania de Pernambuco, não se distanciaram, concentrando-se no âmbito dos engenhos. Estes, por sua vez, além da parte agrícola e a industrial que transformava a cana em açúcar, possuíam uma estrutura para comportar os colonos, seja no seu abrigo como a de sua cultura. Acerca dessas condições essenciais para a permanência dessas pessoas na colônia, Diégues Júnior explana que:

As instalações fundamentais do engenho eram constituídas: a) pela casa grande, núcleo de atividade social e, por assim dizer, centro de irradiação das atividades gerais do engenho; b) pela senzala, onde moravam os escravos, isto é, a mão de obra dos engenhos; c) pela casa de engenho, compreendendo, em seu todo, a parte propriamente do engenho e a das caldeiras, ou seja, todas as instalações necessárias ao preparo do açúcar, desde o esmagar a cana; d) a capela, dedicada às práticas religiosas daquela pequena comunidade, onde se celebravam os batizados, os casamentos ou outras festividades e onde se enterravam os mortos das famílias. Estas instalações fundamentais constituíram o que chamaremos o quadrilátero principal do engenho. Dentro das terras do engenho, se espalhavam, ainda,

as casas dos moradores ou agregados ou, ainda, de pequenos lavradores que plantavam cana (ibidem, p. 48).

Tendo essa estrutura como alicerce, o povoamento<sup>30</sup> de Alagoas aconteceu nas últimas três décadas do século XVI, quando Cristovão Linz obteve grande sesmaria e construiu cinco engenhos em Manguaba e Camaragibe. Esses engenhos se adaptaram às condições da região e se expandiram em pouco tempo. Sobre a ampliação das unidades açucareiras, Andrade (2010, p.22) expõe: “[...] Esses engenhos, que fundou com parentes protegidos, cresceram rapidamente em número, a ponto de somar, por ocasião de ocupação 10 unidades”. A região comportava as condições imprescindíveis para o desenvolvimento da cultura canavieira, pois possuía clima propício e solo fértil. Analisando essas condições, Diégues Júnior ressalta que:

O domínio que a monocultura açucareira logo assumiu na economia alagoana, veio facilitado não só pela riqueza que a produção proporcionava, mas também pelas condições adequadas de terrenos para o cultivo da cana. O solo, pela água e pelo terreno de massapé, e o clima das Alagoas permitiram o fácil desenvolvimento da cultura da cana no território alagoano (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p.116).

As condições que proporcionaram a ampliação em quantidade dos engenhos não ficaram restritas a essa região. Nas várzeas do rio Mundaú e Paraíba do Meio havia alguns engenhos e próximo a esses existiam vilas para abrigar os colonos. Na vila de Penedo, situada ao sul e drenada por rios como o Coruripe, Jequiá e o São Miguel, predominava a existência de engenhos. Apesar da cultura da cana constituir a atividade econômica mais importante do período, havia a existência da pecuária e de outras culturas que propiciavam as condições objetivas para o desenvolvimento da cana-de-açúcar.

O desenvolvimento da pecuária nas áreas menos produtivas era de suma importância para a subsistência dos moradores das vilas, pois além de serem utilizados como alimento, os animais eram aproveitados para as atividades dos banguês. O plantio de outros gêneros, feijão, milho, macaxeira, mandioca, batatas e legumes, era essencial para a sobrevivência dos colonos e escravos. Desse modo, a cultura extra cana era voltada para a subsistência dos residentes do banguê, sendo irrisória a quantidade comercializada internamente (DIÉGUES JUNIOR, 2006).

---

<sup>30</sup> O início do povoamento do território que compreende hoje o Estado de Alagoas deve-se, em grande parte, à indústria açucareira, já que os primeiros povoados quase sempre surgiam e se desenvolviam em torno dos engenhos de fabricar açúcar, a começar pelos levantamentos dos fins do século XVI na região norte do Estado, até os posteriormente erigidos por Gabriel Soares da Cunha, Miguel Gonçalves Vieira e outros da região das lagoas Mundaú e Manguaba (SANTANA, 1970, p, 229).

Diante dos fatores que contribuíram para a expansão da lavoura canavieira no Nordeste, grande oferta de rios e riachos, solos de massapê e abundância de madeiras, os engenhos se alargaram rapidamente. No final do século XVI, a conquista do território nordestino pelos portugueses já estava concretizada, conforme argumenta Diégues Júnior:

Ao alvorecer do século XVI, estava inteiramente realizada a conquista do território nordestino; alicerçava-se por outro lado, a colonização, fincados em bases sólidas de natureza econômica – a cultura da cana e a indústria do açúcar – os fundamentos dessa colonização. O crescimento dos engenhos reflete a ampliação da obra colonizadora, abrangendo já larga e profunda área de penetração. Penetração esta não só horizontal, mas também vertical; expandia-se no espaço através de engenhos construídos e aprofundava-se no tempo por meio da multiplicação das famílias oriundas da área açucareira, com as quais se argamassou a colonização do Nordeste (ibidem, p.35).

Na primeira metade do século XVII, registrava-se a presença dos engenhos fora do território da capitania pernambucana. Matias de Albuquerque<sup>31</sup> informou a coroa portuguesa que se contavam os engenhos presentes na região do Maranhão. A dificuldade da expansão dessas estruturas se dava em virtude das terras ruins para a cultura da cana-de-açúcar, esse empecilho se estendia a região do Ceará, assim como também a do Rio Grande do Norte. Apesar de o Pará ter tido um desenvolvimento satisfatório da monocultura em suas terras em relação as regiões citadas, esse não era tão expressivo quanto ao da capitania de Pernambuco.

Em meados do século XVIII, ocorreu a expansão dos engenhos no território que compreende o estado de Alagoas. Podemos perceber a dimensão do crescimento dessas estruturas açucareiras que:

Ao começo do século XVIII, em 1718 contava Alagoas somente a vila das Alagoas, 23 engenhos, número esse que ascendeu em 1730 a 47. Em 1749 possuía a comarca de 61. Nas últimas décadas do século XVII, segundo se depreende da ideia da população da Capitania de Pernambuco havia na vila de Porto Calvo 33 engenhos, dos quais 4 de fogo morto; na das Alagoas 30 engenhos, e na do Penedo 9 engenhos. Segundo as freguesias assim se localizavam: 12 engenhos, todos de bestas, em Porto Calvo, 11 em Camaragibe, 5 em São Bento, 2 em Meirim, 10 em Alagoas do Sul, 9 em São Miguel, 8 em Alagoas do Norte, 3 em Santo Antônio Meirim, 7 em Penedo e 2 em Poxim. Nos primórdios do século XIX o número de engenhos estava elevado para 120, “reputados bons” segundo Vilhena. Era 316 o número de banguês na metade do século XIX, época que se registrava o surto da produção, de modo a anotar-se, em 1859, a existência de 479 engenhos (DIÉGUES JUNIOR, 2006, p. 120).

---

<sup>31</sup> Governador de Pernambuco no contexto da invasão holandesa. Em 1630, atracou no porto de Olinda uma tripulação liderada por Diederik van Waerdenburch com o objetivo de se apropriar da capitania. Diante da ameaça holandesa, o governador Matias de Albuquerque reuniu tropas e iniciou uma guerrilha contra a invasão. Dados disponível em <<

A estrutura dos engenhos era formada pelas áreas agrícolas, das quais comportavam os canaviais e o âmbito industrial composto por unidades fabris chamadas de banguês. Nos banguês o processo produtivo era conduzido por tecnologias muito atrasadas, em relação as utilizadas nos países estrangeiros, que comprometiam a qualidade dos produtos. No cenário mundial, Antilhas se destacava na oferta de produtos derivados do açúcar, isso se deve ao fato que esta se valia do uso de inovações de cultivo com a introdução de variedades de cana, e do uso da maquinaria industrial no processo produtivo, que tornava o processo de transformação do caldo da cana em açúcar mais ágil, contando com métodos de fabricação inovadores, com o aproveitamento do bagaço para a produção de energia, e com a criação de novos produtos oferecidos no mercado consumidor como o rum (CARVALHO, 2009).

Tais avanços tecnológicos faziam da produção do açúcar e seus derivados, das Antilhas, ter maior qualidade, parecendo mais atrativa ao consumidor do que o açúcar brasileiro. Mesmo o Brasil perdendo mercado consumidor diante das inovações, esse fato não despertou nos donos de engenho o interesse de utilizar novas tecnologias no processo produtivo. Quanto a essa acomodação, Diégues Júnior (2006, p. 112) ressalta que “[...] É aplicável porque se observam no território alagoano as mesmas normas de plantio, o mesmo sistema de produção, a mesma técnica de fabrico, o mesmo processo econômico. Este era o sistema que o banguê presidia”.

Diante do costume desse processo produtivo, havia resistência dos senhores de engenho em incorporar novas técnicas de produção, por medo de perderem o controle sobre a produção, e continuaram a se valer das mesmas práticas rotineiras e atrasadas de produzir o açúcar de baixa qualidade e lançá-lo ao mercado. Mas a competitividade, advinda da oferta de melhores produtos no mercado exterior, repelia a produção insatisfatória do Brasil, o que desencadeou uma intensa crise açucareira.

Essa crise não pôde ser mediada dentro dos padrões arcaicos dos banguês, o setor se viu impulsionado a modernizar-se para permanecer competitivo no mercado. Essa modernização não coube aos senhores de engenho, mas sim ao Estado aliado ao capital estrangeiro, como veremos no item a seguir.

#### 1.1.4 O processo de modernização da agroindústria canavieira: dos banguês as usinas

A conjuntura do século XIX retrata o esgotamento da produção de baixa qualidade advinda dos engenhos, banguês, até então preponderante no processo produtivo açucareiro do Brasil. Neste sentido, Andrade afirma que:

A situação da agroindústria açucareira, nos fins do século XIX, quando dominava o sistema do banguê, era das mais precárias. O açúcar brasileiro, de inferior qualidade em relação ao das Antilhas, tinha dificuldade de disputar o mercado interno capaz de absorver a produção. A agroindústria mantinha-se muito rotineira quer no setor agrícola, onde as variedades de cana cultivadas davam uma produtividade baixa, quer no setor industrial, onde a produtividade era baixa e o produto de má qualidade. Ainda havia o problema da corrupção, visto que alguns exportadores de açúcar, para aumentar o volume do mesmo, misturavam-no com argila e outras substâncias acarretando restrições ao açúcar brasileiro no mercado internacional mais exigente (ANDRADE, 2010, p.38).

Diante da maior exigência do mercado externo, a produção das Antilhas se mostrou, neste contexto, satisfatória, face às demandas postas pelo mercado, sendo valorizada e procurada pelos consumidores mais exigentes. O mesmo não pode ser dito dos produtos brasileiros que além de qualidade inferior não era buscado meios de melhoramento do seu processo produtivo.

Mas esse fato não foi o único fator a contribuir para o agravamento da situação econômica. Neste século, foram introduzidas algumas modificações na cultura de açúcar brasileira. Um elemento que merece destaque é a libertação dos escravos e o deslocamento das relações econômicas para a região Sudeste. Sabemos que desde os primórdios dessa monocultura, a força de trabalho que a movia era a escrava, no início a do índio e depois a do negro africano. Pelo fato dos nativos não se adaptarem a condição de cativo imposta pelos colonizadores, a solução para iniciar o trabalho nos banguês foi requisitar a força de trabalho escrava, esta já explorada por Portugal. Analisando a introdução da escravidão negra na colônia, Diégues Júnior (2012, p. 42) resgata uma carta de Duarte Coelho ao rei lusitano solicitando o envio de escravos, “[...] nem estorvo faz dar-me licença para ver algumas peças de escravos para o melhor servir”. E mais adiante, mostra a resposta da coroa ao pedido:

As levas iam chegando e faziam crescer numericamente, no Nordeste, os escravos africanos. [...] É de se admitir que, já nos primeiros anos de donataria de Duarte Coelho, se verificasse a entrada, em maiores quantidades, do elemento africano para os engenhos de Pernambuco, então se instalando, já plantadas as primeira canas (ibidem, p. 42).



Mas na conjuntura do século XIX essa realidade se modifica em virtude do desenvolvimento do capitalismo exterior, que repelia as formas de trabalho precedentes a sua ordem e requisitava a força de trabalho assalariada. Com o crescimento da cultura de café<sup>32</sup>, preponderante na região Sudeste, que se destacou nas relações econômicas internacionais, e da atividade da mineração, a região Nordeste perdeu sua soberania embasada na monocultura açucareira. Sobre o florescimento de novas atividades econômicas que se destacaram diante da produção de açúcar, Diégues Júnior afirma que:

[...] o deslocamento do eixo econômico para o Sul, que se repetia no século XIX com a expansão da produção cafeeira. Primeiro, fora, no período colonial com a grande migração humana para as zonas de mineração; depois, o progresso da cultura de café, em pleno século XIX, arrebatada ao Nordeste, a hegemonia econômica (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p.121).

Neste contexto, o modo de produção capitalista passava por um processo de transição da fase concorrencial para a fase monopolista, em que a principal característica desse último período é a concentração da produção e do capital. Diante disso, o sistema capitalista exigia novos contornos econômicos compatíveis com essa fase.

Os países centrais, ou seja, de capitalismo avançado, passaram a constituir grupos econômicos dos quais dividiram em si o mercado mundial exercendo influência nos países de capitalismo atrasado. Sobre essa nova fase do sistema capitalista, Lessa argumenta que:

O processo de acumulação do capital fez com que, a partir da crise de 1870-71, as principais economias capitalistas passassem a ser dominadas pelos grandes grupos econômicos: adentramos o capitalismo monopolista. São os cartéis, monopólios etc. fazendo a sua entrada em cena de modo triunfal. Enquanto existir capitalismo será em suas mãos (e de suas formas contemporâneas mais desenvolvidas e mais poderosas) que repousará o leme da economia mundial (LESSA, 2014, p 18).

Desse modo, iniciou-se uma nova política imperialista, que requisitava dos países atribuídos como mercados nesta divisão, medidas que assegurassem a rentabilidade e acumulação do capital do país dominador. Nesta divisão mundial, o Brasil ficou sob a influência da Inglaterra. Essa tratou de estabelecer as condições objetivas para o país se encaixar em seus propósitos de acumulação. Neste sentido, a mesma passou a requisitar do

---

<sup>32</sup> De acordo com Sposito e Santos (2012), a cultura do café teve uma expansão significativa entre os anos de 1886 e 1894. Desse modo, a monocultura açucareira perdeu sua hegemonia de reger as relações econômicas brasileiras.

Brasil modificações em suas práticas econômicas. Sobre tais exigências, Costa argumenta que:

Dessa maneira, em primeiro lugar, fazia-se necessário que se efetivasse a abolição da escravatura, haja vista que a escravidão torna-se incompatível com o desenvolvimento das forças produtivas. Em decorrência, pois da pressão exercida pela Inglaterra, verificou-se a abolição gradual da escravidão no país: suspensão do tráfico negreiro, lei do ventre livre, do sexagenário e a abolição propriamente dita em 1888 (COSTA, 1997, p. 8).

A intervenção da Inglaterra para acabar com o tráfico negreiro transformou o escravo em um “produto” escasso, elevando seu preço e dificultando significativamente a sua aquisição. Diante desse contexto, as lutas abolicionistas ganharam força e foram conquistando a aprovação de leis que fomentaram a libertação do negro da condição de escravo. Podemos destacar como fruto dessa luta, e da pressão inglesa, as leis Eusébio de Queirós, Lei do Ventre Livre e a do Sexagenário. Em 1888, veio através da Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, a libertação<sup>33</sup> do negro da condição de escravo, possibilitando a preponderância do trabalho assalariado. A aprovação desta lei modificou o cotidiano dos senhores de engenho, classe dominante, que a partir desse momento tiveram que pagar pelo trabalho exercido nos engenhos, esse na maioria das vezes realizado pelo ex-cativo.

Diante dessa realidade posta à monocultura açucareira pelo capital exterior, a superioridade da produção de Antilhas colocou uma problemática aos senhores de engenho, pois diante da oferta de produtos de maior qualidade e déficit na mão de obra faltava-lhes dinheiro para investir na produção. Além da falta de recursos, havia escassez nos estudos voltados para o melhoramento da produção, o que resultava na utilização das velhas práticas produtivas.

Os filhos dos senhores de engenho, de Alagoas, quando se dedicavam aos estudos se deslocavam para Olinda, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo para cursarem Medicina ou Direito. Geralmente permaneciam nestas cidades para exercer cargos políticos ou magistratura e abandonavam a vivência no engenho. Esse fato dificultava a busca de inovações nessa cultura, e quando esta apresentava crescimento satisfatório era em virtude da expansão das estruturas açucareiras. Sobre esse fato, argumenta Andrade (2010, p. 30): “[...] observa-se que o crescimento da produção decorreu do crescimento do número de engenhos e da expansão da

---

<sup>33</sup> Essa libertação se deu sem estruturas para inserir o negro no âmbito social como cidadão. Diante dessa deficiência, os escravos recém-libertos não tiveram qualquer tipo de estrutura para viver como homens livres. Essa situação impeliu os ex-escravos a permanecerem nos engenhos, trabalhando com a cana, única atividade que os acolhiam nesse momento. Assim, mesmo livre da condição de cativo, o negro permaneceu a ser estigmatizado, morando em habitações insalubres e exercendo atividades desvalorizadas no âmbito social para sobreviver (ANDRADE, 2010).

área cultivada e nunca do melhoramento da produtividade agrícola e/ou industrial”. Assim, enquanto a competitividade no mercado não exigia o beneficiamento do processo produtivo açucareiro, o Brasil continuava a produzir nos arcaicos banguês.

A concorrência no mercado consumidor e a abolição da escravatura, aliados à produção de baixíssima qualidade, desencadearam uma crise na economia açucareira brasileira, já que os demais produtos ofertados no mercado internacional eram mais apreciados por sua qualidade do que os brasileiros. Acerca dessa crise, explana Diégues Júnior (2006, p. 120/121): “[...] A economia do açúcar debatia-se então, em uma de suas crises mais agudas, que vinha de certo modo prejudicar o ritmo progressista de existência do Banguê”.

Essa crise chegou à região do Nordeste com maior intensidade, pois a região Sudeste, além de progredir na cultura cafeeira, possuía melhores condições físicas para o cultivo da cana e não necessitava tão intensamente do beneficiamento do solo. Seus reflexos no Nordeste requisitaram a intervenção do Estado no ciclo açucareiro, contribuindo assim para estabelecer condições favoráveis para o seu reingresso no mercado mediante o processo de modernização da produção do açúcar na região.

Os ministros do Império, diante desse contexto de crise, foram impelidos pelo desenvolvimento do capital a promover a modernização do setor açucareiro para que o mesmo pudesse competir com os produtos estrangeiros e, por conseguinte, gerasse mais lucros. A primeira medida para impulsionar esse processo foi a tentativa de transformação dos velhos banguês em estruturas industriais mais modernas<sup>34</sup>, os chamados engenhos centrais.

O objetivo dessa transformação – dos banguês por engenhos centrais – era o de separar as atividades agrícolas das fabris, a fim de favorecer a introdução das inovações tecnológicas almejando o acréscimo da produção em virtude do melhoramento das práticas produtivas. Essa tecnologia penetrou no Brasil através do capital estrangeiro, por meio de empresas internacionais dispostas a implantar estruturas industriais açucareiras superiores as existentes, os engenhos centrais, visando adquirir altos lucros desse empreendimento. Para esse fim, foi necessário o governo imperial conceder condições de segurança para as empresas estrangeiras investirem capital para a construção e funcionamento dos engenhos centrais. Desse modo, foi por via do Decreto<sup>35</sup> 2.687, de 06 de novembro de 1875, que o governo estabeleceu as

---

<sup>34</sup> Cabe ressaltar que nesse momento histórico, enquanto o Brasil tem a iniciativa de modernizar a produção agrícola, os países centrais já possuem seu processo de industrialização acelerado.

<sup>35</sup> Autoriza o governo para conceder sob certas cláusulas, ao banco de crédito real que se fundar segundo o plano da lei número 1237 de 24 de setembro de 1864, garantia de juros e amortização de suas letras hipotecárias, e bem assim para garantir juros de 7% às companhias que se propuserem a estabelecer engenhos centrais para fabricar açúcar de cana. Dado disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1875-11-06:2687>.

garantias legais para a entrada de capital exterior no processo de modernização (COSTA, 1997).

As empresas inglesas, almejando a possibilidade de maior rentabilidade do seu investimento, trataram de estabelecer as condições objetivas estruturais para o transporte do açúcar aos portos, através da construção de estradas de ferro e serviços urbanos condizentes com o desenvolvimento das forças produtivas propostas com a emergência de estruturas modernas. Sobre esse fato, Andrade (2010, p.38) afirma que: “[...] No Brasil, inicialmente, os ingleses passaram a controlar o sistema ferroviário, arrendando estradas construídas por empresas brasileiras ou pelo próprio governo e, em seguida, procuraram implantar indústrias”.

Diante da possibilidade que os engenhos centrais pudessem mediar a crise açucareira do Brasil, as províncias que se propuseram implantá-los em seu interior passaram a receber incentivos financeiros do governo para esse fim. Sobre a intervenção estatal neste contexto, Costa afirma que:

Pelo referido Decreto, coube às Províncias de Pernambuco, Bahia e do Rio de Janeiro as maiores parcelas dos recursos subsidiados pelo governo imperial com vistas à implantação de **engenhos centrais**. A partir de então, foram aprovadas inúmeras concessões tanto para os grupos nacionais como para os grupos estrangeiros – ingleses em sua totalidade – com vistas à implantação das referidas fábricas (ibidem, p.9, grifos do autor).

O funcionamento dos engenhos centrais consistia na relação entre os grupos empresariais com os donos de engenhos. Os primeiros entraram com o capital necessário para construir, estruturar e equipar as indústrias e os segundos foram fornecedores de cana-de-açúcar para a produção de açúcar. Diante dessa relação, os senhores de engenho passaram a ser chamados de banguêzeiros, pois de produtores passaram apenas a serem fornecedores. Sobre essa mudança, argumenta Diégues Júnior (2006, p.29/30): “o banguêzeiro, dono do engenho banguê, o fornecedor, plantador de cana, o trabalhador rural homem do eito e do campo”. Essa mudança não constrangeu o senhor de engenho, visto que sua situação econômica diante da crise não o permitia investir em seus negócios de forma que pudesse torná-los competitivos no mercado, assim, a condição de fornecer o permitiu ser partícipe das práticas econômicas.

Essa relação, entre empresários industriais e fornecedores, era mediada por um contrato entre ambas as partes interessadas em consonância com os interesses do presidente da Província. Esse contrato estabelecia as obrigações e direitos, tanto dos empresários quanto dos fornecedores, a fim de evitar qualquer discordância durante o processo produtivo.

De acordo com Carvalho, a instituição dos engenhos centrais permitiu a introdução de novas tecnologias que se deram através da:

[...] implantação de tecnologias modernizadoras na área dos banguês com a introdução de novas maquinarias, processos de cultivo inovadores e, principalmente, a concentração pela ampliação da escala de produção em indústrias mais modernas (CARVALHO, 2009, p.15).

Os primeiros engenhos centrais foram implantados em Pernambuco, no ano de 1884. Alagoas sofreu um atraso da sua instalação, e somente em 1892 obteve seu primeiro engenho central (ANDRADE, 2010). Este, diferentemente dos banguês, já continha a cisão das atividades industriais das agrícolas, significando um avanço tecnológico de seu processo produtivo. Isso se explica pelo fato de que, nos engenhos centrais, o uso de tecnologias expressas nos maquinismos modernos permitia alavancar a qualidade da produção (COSTA, 1997).

Mas o empreendimento dos engenhos centrais não obteve progresso, apesar de constituir uma inovação diante das práticas produtivas precedentes. A má administração das verbas e a instalação dessas estruturas em áreas desprovidas para a produção levaram os engenhos centrais ao fracasso. Costa (1997), analisando os motivos que impossibilitaram o desenvolvimento desses engenhos, argumenta que:

[...] Primeiro, a especulação, a fraude e a má fé, obviamente foram as principais responsáveis pelos insucessos; e as regulamentações legais para controlar este comportamento chegaram a se tornar contraproducentes e tão severas. Segundo, os **engenhos centrais** não dispunham, em geral, de nenhum controle sobre o fornecimento e os preços da cana [...]. O terceiro motivo estava relacionado à crise do mercado que Pernambuco vinha sofrendo várias décadas [...]. O motivo se refere às questões de ordem técnica-administrativa: má localização dos engenhos, traçado inadequado das linhas férreas, escassez de mão de obra especializada, absolutismo dos equipamentos e mau gerenciamento (COSTA, 1997, p. 42, grifos do autor).

Mesmo diante do insucesso dos engenhos centrais, as mediações para contornar a crise açucareira continuaram a ser implantadas pelo governo, e entre essas podemos destacar a emergência das usinas de cana-de-açúcar. A introdução das usinas no Brasil, no século XIX, representou um grande avanço para o setor açucareiro, pois essas novas unidades industriais concentravam em seu âmbito todo o processo produtivo, que vai desde a plantação<sup>36</sup> da cana-

---

<sup>36</sup> É relevante ressaltar que os engenhos centrais necessitavam do fornecimento de matéria-prima pelos banguezeiros. Esse fato deixava a produção dessas unidades subordinadas aos fornecedores, sendo um

de-açúcar até o produto final, no caso o açúcar bruto para ser refinado na Europa. Neste sentido, Carvalho (2009, p16) ressalta: “As usinas resolvem esse problema ao plantar suas próprias canas e ao comprar de fornecedores a outra parte de seus insumos [...]”.

A consolidação das usinas de açúcar, no Brasil, foi o marco da consolidação do capital industrial e financeiro no campo, pois a partir de seu ingresso foi possível ao país controlar sozinho o processo produtivo e econômico do açúcar. Segundo Carvalho:

[...] a usina representa a consolidação do capital industrial e financeiro no campo, que, a partir de agora, passa a controlar sozinho todo o processo econômico do açúcar; desde a cultura da cana até a distribuição comercial, passando pela fase industrial (CARVALHO 2009, p.15).

A primeira usina de Alagoas foi a Brasileiro, inaugurada em 1892. Após esta, foram inauguradas a Central Leão, Serra Grande e Cansação Sinimbu. Dez anos depois da implantação da primeira usina, no ano de 1902, Alagoas possuía em seu território seis usinas de cana-de-açúcar. Essas usinas representam as primeiras iniciativas de modernização da produção açucareira, substituindo o projeto dos engenhos centrais, superando a produção dos banguês e possibilitando um maior rendimento industrial, e com a elaboração de produtos com maior qualidade graças à introdução de práticas industriais inovadoras. Segundo Melo, a usina:

Por ter mais capital e maiores condições de incorporar avanços tecnológicos, oferecia maior rendimento industrial e capacidade para introduzir algumas inovações como a irrigação, a seleção de mudas e novos processos de trabalho. Esse processo tecnológico se manifesta a) na qualidade do açúcar, com o surgimento dos tipos centrifugados; b) na produtividade industrial, com maior porcentagem de extração do açúcar contido na cana, e c) no tamanho das unidades industriais, com fábricas de capacidade dezenas de vezes maior do que os antigos engenhos e banguês ( MELO, 1975, p.40 apud CARVALHO, 2009, p.18).

Andrade (2010), analisando o processo de desenvolvimento das usinas na década de 1920, aponta as usinas em funcionamento no período:

Tabela 1 - Relação das usinas de cana-de-açúcar na década de 1920 em Alagoas/Brasil

USINA	MUNICÍPIO	INSTALAÇÃO	ENCERRAMENTO
-------	-----------	------------	--------------

empecilho. Unindo todas as etapas do processo produtivo em seu âmbito, as usinas conseguiram instaurar as condições objetivas para seu desenvolvimento de forma independente.

<b>Apolinário</b>	São José da Laje	1985	1930
<b>Bom Jesus</b>	Camaragibe	_____	Absorvida pela Camaragibe
<b>Brasileiro</b>	Atalaia	1892	1956
<b>Campo Verde</b>	Murici	_____	1954
<b>Cansação de Sinimbu</b>	São Miguel dos Campos	1894	_____
<b>Central Leão</b>	Santa Luzia do Norte	1894	_____
<b>Utinga</b>	Rio Largo	_____	_____
<b>Esperança</b>	Murici	_____	Absorvida pela Central Leão
<b>Oliveira</b>	União dos Palmares	_____	1922
<b>Peixe</b>	São Luiz do Quitunde - Flexeiras	_____	_____
<b>Pindoba</b>	São Luiz do Quitunde	_____	_____
<b>Rio Branco</b>	Atalaia	1933/37	_____
<b>Santa Alice</b>	_____	1922	1951
<b>Santa Regina</b>	São Luiz do Quitunde	1917	_____
<b>Santo Antonio</b>	São Luiz do Quitunde	1914	_____
<b>São Semeão</b>	Murici	_____	_____
<b>Serra Grande</b>	São José da Laje	1894	_____
<b>Vínculo Industrial (Destilaria)</b>	São Luiz do Quitunde	1897	_____
<b>Wanderley</b>	Santa Luzia do Norte	1896	_____

FONTE: ANDRADE, Manuel Correia. **Usinas e destilarias das Alagoas: Uma contribuição ao estudo da produção do espaço**, p.47-48, Coleção olhar de fora, Vol. II. Ed. Edufal, Maceió-AL, 2010.

Assim, o processo de modernização da agroindústria canavieira, iniciado nos finais do século XIX, culminou na transição dos arcaicos banguês para as modernas usinas. Segundo Carvalho (2009), essa transformação “marca a consolidação do capital industrial e financeiro no campo”. Vale ressaltar o atraso desse processo em relação aos países centrais que já no século XVIII, no caso da Inglaterra, havia iniciado de forma efervescente sua de industrialização.

No Brasil, o advento da industrialização emerge de forma hiper-tardia, de acordo com os estudos de Chasin (1978). Apesar de Caio Pradro Jr. (1970) e Suzinga (2000) identificarem indícios de industrialização desde o século XIX, somente a partir do século XX que emergiram os determinantes que impulsionaram o desenvolvimento e a solidificação do parque industrial brasileiro. Tais determinantes estão intimamente condicionados pelo curso do capitalismo mundial, que assim como delineou o caráter agrário do país passou a conduzir as relações econômicas embasadas na industrialização. Embasado nesta linha de raciocínio, o próximo item aspira tecer algumas considerações sobre o processo de industrialização do Brasil, ressaltando seu percurso nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, bem

como prosseguir a análise da modernização da agroindústria canavieira, que passou a incorporar técnicas de industrialização da agricultura no seu processo produtivo.



## 2. A EMERGÊNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA ERA VARGAS E NO GOVERNO JK

Esta seção expõe as particularidades do desenvolvimento da indústria do Brasil, a fim de demonstrar os contornos da expansão do capital industrial e a intervenção do Estado na agroindústria canavieira. Para esse fim, fez-se necessário apreendermos o percurso histórico desses processos durante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Para entendermos a história e o processo da formação econômica brasileira, devemos analisá-los inseridos do desenvolvimento capitalista. Esse sistema, em sua fase de acumulação primitiva, demandou a exploração da América como meio de extrair riquezas e mais-valia absoluta para impulsionar a autovalorização do capital internacional. Neste contexto, o Brasil adquiriu um caráter agrário, no qual suas relações econômicas foram forjadas na agroexportação, sobretudo do açúcar.

Esse caráter foi preponderante até o século XX, que em virtude da conjuntura mundial, tornou-se possível emergir as condições objetivas para a instalação da estrutura industrial no Brasil. A estrutura industrial, apesar de ter seus primeiros ensaios durante o século XIX, foi fortalecida e subsidiada de modo significativo no governo de Getúlio Vargas. Tratando-se da sistematização de medidas que promoveram a consolidação do parque industrial brasileiro, Vargas foi o primeiro que proporcionou os investimentos necessários para a indústria nacional, criando empresas estatais, estabelecendo políticas cambiais e concedendo direitos aos trabalhadores industriais, assim como desenvolveu programas governamentais de incentivos à produção canavieira, com destaque para a criação do Instituto de Álcool e Açúcar, dando curso ao seu processo de modernização. Já o governo de Kubitschek, embasado na ideologia do desenvolvimentismo, permitiu a entrada de forma intensa das multinacionais, o que promoveu uma aceleração do crescimento econômico do país, proporcionando a expansão industrial.

Para analisarmos o desenvolvimento da indústria no país, assim como identificarmos a ação do Estado na agroindústria canavieira, este item se embasa em autores que se propuseram a estudar o desenvolvimento econômico do país, no período da década de 1930 a 1980. Entre estes autores, podemos destacar Caio Prado Jr. (1970), Sposito e Santos (2012), Suzinga (2000) e Furtado (1994), que fundamentam a pesquisa que realizamos.

## 2.1 O processo de industrialização na Era Vargas e seus reflexos sobre a agroindústria canavieira

No início desta pesquisa, ressaltamos que o Brasil emerge no cenário mundial como um país capitalista, partícipe das relações econômicas mundiais, cuja função é transferir riquezas sob forma de matéria-prima para as grandes potências europeias. Esse caráter, adquirido desde a fase colonial (XVI, XVII e XVIII), irá perpassar por toda sua formação econômica que, apesar de ter realizado tardiamente sua industrialização, não superou o papel de submissão diante dos países centrais.

Neste sentido, iremos tecer algumas considerações sobre o processo de industrialização do Brasil, relacionando-o com os movimentos da conjuntura mundial que proporcionaram as condições para sua emergência e desenvolvimento. Para isso, essa análise se ancora nos estudos de Chasin (1978), que ao se debruçar sobre as particularidades do desenvolvimento do modo de produção capitalista, entende que houve um atraso no processo de industrialização de alguns países em relação ao caso *clássico*. Como exemplo, o autor cita a Alemanha, em que sua industrialização ocorreu somente no final do século XIX, e atingiu um grande desenvolvimento e expansão. Assim, para o referido autor, a industrialização alemã advém tardiamente, caracterizando o capitalismo tardio da Alemanha. Em relação ao Brasil, como veremos no decorrer desta seção, a industrialização se processou mais tardiamente, sem alcançar um intenso desenvolvimento e ainda subordinada aos grandes centros econômicos, por isso, Chasin (1978) compreende o Brasil como um país cujo desenvolvimento do capitalismo ocorreu de forma *hiper-tardia*.

Caio Prado Jr. (1970), identifica os primórdios da indústria brasileira vinculados ao período colonial. Neste contexto, o autor ressalta que a indústria era artesanal e restrita a pequenas localidades, e que logo foram desativadas em função da entrada de mercadorias estrangeiras de qualidade superior. Sposito e Santos (2012), investigando as raízes do processo industrial no Brasil, resgatam obras de diversos autores que convergem com a tese que a produção cafeeira foi o principal fator que desencadeou a industrialização. Pois a cultura de café exigia melhores condições de infraestrutura do que o açúcar. Partindo desse entendimento, os autores ressaltam:

[...] Há certo consenso, no entanto, que é somente a partir da segunda metade do século XIX, depois da libertação das amarras da coroa portuguesa, do fim dos privilégios da Inglaterra nas trocas comerciais com o país, da abolição da escravidão, entre outros, que o Brasil pôde conhecer o primeiro momento de

industrialização. A esses fatores é preciso acrescentar a tarifa Alves Branco de 1844 (a qual estabelecia que em torno de três mil artigos importados passassem a pagar taxas que variariam de 20 a 60%) que, embora tivesse a finalidade de solucionar o *déficit* orçamentário, acabou por incentivar a produção nacional de alguns bens (SPOSITO; SANTOS, 2012, p.140, grifos dos autores).

De acordo com Suzinga (2000), as informações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro são imprecisas para datarmos um ano exato de seu surgimento. Por esse motivo, sua análise sobre o processo industrial se embasa nos dados que indicam exportações de máquinas e equipamentos industriais dos países estrangeiros para o Brasil.

As pesquisas realizadas pelo autor supracitado apontam que os investimentos nas indústrias de transformação foram limitados até meados do século XIX. Isso se deve ao fato que, como o setor agrário exportador era o preponderante nas relações econômicas do país, os recursos financeiros eram direcionados para seu fortalecimento. Mas essa realidade indica transformações na metade da década de 1860, quando o governo aumentou os investimentos direcionados à indústria de transformação, em função das mudanças na política econômica decorrentes das despesas com a Guerra do Paraguai. Tais despesas foram parcialmente financiadas por uma ampliação do estoque de moeda, e esse, além de proporcionar subsídios à Guerra, estimulava as receitas de exportação de algodão e café. Com isso, a política inflacionária, à medida que causava depreciação da taxa de câmbio, possibilitava ao governo estender os direitos aduaneiros, possibilitando com essa ação proteção as referidas indústrias (SUZINGA, 2000).

Contudo, a proteção as indústrias de transformação não se estendeu por muito tempo, pois segundo Suzinga (2000, p.85) “O surto de investimentos que estava em curso na indústria de transformação foi interrompido a partir de 1874, caindo o investimento até 1879”. Diante dessa recessão, o setor agroindustrial passou a concentrar novamente os investimentos direcionados a economia brasileira.

Mas a partir de 1880 a 1895, tais indústrias passaram a ser alvo de investimentos, isso se deve ao fato de que o progresso econômico advindo da expansão de exportações de café do Centro-Sul, bem como as construções de estradas de ferro e a promoção da imigração para o trabalho nas lavouras, proporcionaram um aumento da renda. Este aumento é resultado da ampliação do mercado de produtos industrializados, pois tanto as obras de infraestrutura quanto os imigrantes demandavam o aumento da produção industrial (SUZINGA, 2000).

Graças a tais fatores, as indústrias de transformações passaram a requisitar novos subsídios, e uma dessas indústrias que merece destaque é a têxtil de algodão. O autor elucida

que emergiram mais de sessenta novas fábricas de tecidos de algodão, passando a diversificar a produção, além da oferta do tecido bruto, tecidos finos e artigos coloridos e estampados. Porém, Suzinga aponta ainda para outros ramos beneficiados:

Foram feitos investimentos para a modernização da indústria de chapéus, estabelecendo novas e maiores fábricas, e a produção de calçado aumentou. Outras indústrias se desenvolveram neste período: a indústria de moageira; a indústria de cerveja e a indústrias de fósforos (SUZINGA, 2000, p.87).

É neste contexto histórico, que identificamos o processo de modernização da indústria de açúcar, que substituiu os engenhos centrais pelas modernas usinas de cana-de-açúcar, nas quais, além de concentrar o processo produtivo em seu âmbito, passaram a separar as atividades agrícolas das industriais incorporando novas tecnologias.

Mas com o início da década de 1890, a indústria de transformação teve novamente seus investimentos reduzidos, em virtude da crise do setor agrícola exportador de café. Sobre essa recessão, Suzinga (2000, p.88) afirma “em praticamente todos os setores da indústria de transformação os investimentos foram severamente cortados. Apenas na indústria têxtil (algodão, lã e juta) e de moagem de trigo foram feitas adições significativas à capacidade de produção”.

No período compreendido entre 1902 e 1913, a expansão das exportações passou por mais um revigoramento. Após a recessão da economia norte-americana em 1907, foram implementadas políticas fiscais expansionistas. Por intermédio destas políticas fiscais, foi possível aumentar o estoque de moeda até 1912, devido a emissão de moeda pelo fundo de estabilização cambial. Graças a tais fatores:

O governo federal fez crescentes despesas para a construção de estradas de ferro, equipamento de portos, melhoramentos urbanos, etc., largamente financiadas por aportes de *recursos externos*. Essas políticas, juntamente com o programa de valorização do café, trouxeram como resultado o crescimento econômico em geral aumento da capacidade de importar e valorização da taxa de câmbio, ao passo que os preços internos permaneceram estáveis (SUZINGA, 2000, p.88, grifos meus).

É importante pontuarmos que, assim como o setor agroindustrial no Brasil foi delineado pelos interesses do capital estrangeiro, a germinação da industrialização segue os mesmos contornos, sendo financiada por recursos externos a economia país. Contudo, mesmo com a promoção da indústria, podemos perceber que o âmbito agrário permanece exercendo supremacia sobre as relações econômicas, já que seu crescimento impulsiona o revigoramento da indústria nascente.

Em virtude da conjuntura mundial, a indústria brasileira sofre mais uma vez um período de recessão em seu percurso. A eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918) fez com que as exportações de maquinaria industrial para o Brasil fossem reduzidas 12% do nível de 1913 e cerca de 16% em 1917 e 1918 (SUZINGA, 2000). As dificuldades impostas pela diminuição das importações de maquinarias e equipamentos, essenciais ao aperfeiçoamento das indústrias, e o encarecimento das importações no período de guerra, implicaram na queda dos investimentos para as indústrias de transformação brasileiras. Sobre essa brusca queda dos investimentos, Suzinga (2000, p.90) elucida “Em praticamente todos os setores industriais os investimentos foram reduzidos a uma proporção mínima dos níveis do pré-guerra”.

Porém, em alguns setores industriais, cujas exportações aumentaram durante a guerra, ocorreram investimentos significativos.

Entre estas se incluem o processamento de carnes (cuja maquinaria, porém, foi importada antes da guerra), açúcar (estimulado por melhores preços e crescente demanda por açúcar brasileiro) e óleo de caroço de algodão (exportado para mercados latino-americanos previamente supridos por exportadores norte-americanos). Ocorreram também investimentos em fábricas de papel e para a produção de algumas matérias-primas industriais cujas importações haviam sido mais seriamente afetadas pela guerra (SUZINGA, 2000, p.90).

O autor elucida que, no imediato pós-guerra, os investimentos nas indústrias de transformação foram revigorados, se mantendo elevados durante toda a década de 1920. A retomada de tais investimentos foi propiciada pela dinâmica política mundial, que passava por um processo de recuperação e por mudanças da política econômica brasileira.

Essas mudanças na política econômica do Brasil advêm da queda do preço do café, aproximadamente 45%, fruto da recessão econômica internacional dos anos 1920 e 1921. Como estratégia mediadora da redução econômica da principal atividade econômica do país neste período, foi implementado o novo programa de valorização do café conjugado com políticas monetárias e fiscais expansionistas, em 1922 e 1924. Nos anos de 1924 a 1926, foi aplicada uma política de deflação, e em 1927 a 1929 foi implementado um esquema de estabilização cambial (SUZINGA, 2000).

Com o surgimento da Grande Depressão de 1929, tanto o setor agrário quanto o industrial sofreram seus reflexos. No tocante ao âmbito agrário, Caio Prado Jr. ressalta:

As perspectivas do Brasil como fornecedor do comércio internacional tornam-se assim mínimas. O café, que durante um século lhe assegurava neste terreno uma posição notável, já relativamente pouco lhe poderá dar.

Não foi apenas uma crise passageira que atingiu a economia cafeeira em 1929. As dificuldades vêm de mais longe e são muito mais aprofundadas (PRADO JR., 1970, p.293).

A produção cafeeira não encontrava meios de escoar sua produção, fazendo emergir amplos estoques sem perspectiva de comercialização. Para amenizar essa problemática, que se pôs à economia brasileira, o governo incorporou medidas anticíclicas a partir de 1931, especialmente direcionadas para a cultura cafeeira. Em relação ao âmbito industrial, os anos de 1931 e 1932 apontam redução nos investimentos, atingindo apenas 30% (SUZINGA, 2000).

A análise do processo de surgimento da indústria no Brasil permite identificarmos que seu percurso foi conduzido ora por momentos de aumento de investimento, propiciando condições de desenvolvimento, por exemplo, aquisição de maquinaria e equipamentos, ora por bruscas recessões que dificultavam seu desenvolvimento.

Essa característica de oscilação passa por mudanças no decorrer da década de 1930, na qual faz emergir as condições necessárias para seu fortalecimento, tornando a indústria um setor de maior interesse de investimentos por parte do governo brasileiro, este conduzido pelos imperativos do capital internacional.

Durante a década e 1930, o processo de industrialização sofreu um salto tanto quantitativo quanto qualitativo, já que a crise do setor agroindustrial permitiu maiores investimentos para seu desenvolvimento. Essa década no Brasil foi permeada por modificações tanto no âmbito político como no econômico. A Revolução de 30, na qual Getúlio Vargas chegou ao poder, marcou o fim da República Velha e da política do “café com leite”, estabelecida entre São Paulo e Minas Gerais, estados que direcionavam as relações políticas do país.

Para continuarmos a análise sobre os reflexos desta revolução para o impulso do desenvolvimento industrial brasileiro e, por conseguinte, agrário, tomando como referência a agroindústria canavieira, faz-se necessário compreendermos porque, nesta conjuntura, deram-se as condições tão essenciais para o crescimento destes setores. Desse modo, iremos identificar os reflexos da Revolução de 1930 no âmbito industrial e agrário.

Desde a proclamação da República em 1889, o modelo republicano foi alicerçado sobre um sistema político, cujas eleições tinham resultados previsíveis. Os candidatos do governo chegavam ao poder e davam curso às mesmas práticas políticas de seus antecessores, privilegiando as elites dos cafeicultores e dos produtores de leite, mas essa realidade adquiriu um novo direcionamento em 1930. Neste ano, os pilares que sustentavam a República Velha

se esfacelaram e o governo não conseguiu conceder a posse presidencial ao seu candidato, configurando a Revolução de 1930, na qual Getúlio Vargas assumiu o poder.

Sob a regência da República Velha, a economia brasileira se alicerçava na exportação de produtos agrícolas, em especial a de café. Sobre essa característica, Skidmore afirma que:

Sob a República Velha, a economia brasileira tinha sido altamente dependente de alguns produtos agrícolas – café, cacau, algodão e borracha. O Brasil exportava estes produtos utilizando a decorrente receita cambial para importar quase todos os produtos manufaturados de seu consumo interno. Era uma continuação do papel histórico do Brasil na economia mundial: o de fornecedor de produtos primários tropicais e subtropicais, para as economias do Atlântico Norte (SKIDMORE, 1982, p.64).

No fim da década de 1920<sup>37</sup>, a crise econômica passou a refletir na economia brasileira, reduzindo bruscamente as exportações agrícolas. Esse fato fez com que os poderes dos cafeicultores fossem enfraquecidos. Esse enfraquecimento ocorreu por que:

A crise de 1929 se prolongou até 1939, quando teve início a II Grande Guerra (1939-45). Ainda que a situação econômica não fosse a mesma durante todos esses 16 anos, teve o efeito de impossibilitar a manutenção do modelo agroexportador que predominava desde a colônia (LESSA, 2014, p.32).

Essa situação contribuiu para a quebra das relações políticas que regiam a República Velha. Esta, caracterizada pela alternância do cargo presidencial entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais, os quais visavam responder aos interesses da agroexportação, pois de acordo com Yamamoto e Carvalho (2009, p.148): “[...] A burguesia ligada ao complexo cafeeiro, que mantém a hegemonia da direção do aparelho de Estado, se vê, no entanto, constantemente acossada, tanto pelas outras parcelas das classes dominantes, tanto pela tensão das classes dominadas”.

A erosão da República Velha teve por marco a Revolução de 30, que impossibilitou a posse do candidato<sup>38</sup> eleito presidente da República ao cargo presidencial, colocando assim fim ao arranjo político entre as elites agrícolas. A oposição ao governo, que se formou precisamente no estado do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, não aceitou esse resultado

---

<sup>37</sup> É importante ressaltar que neste período, a agroindústria canavieira também enfrentava mais uma crise que refletia em uma produção de baixa qualidade, ausência de uso de tecnologias em seu aprimoramento, o que a tornava pouco competitiva no mercado mundial.

<sup>38</sup> Washington Luís preparava-se para dar a posse ao seu candidato de governo, Júlio Prestes, mas essa, de fato, não ocorreu mesmo esse alcançando 1.091.709 do total de 1.890.524 votos (SKIDMORE, 1982).

acusando fraude, ainda que esse discurso tenha sido utilizado nas eleições anteriores. Neste sentido, em 30 de maio de 1930, Getúlio Vargas, candidato que não conseguiu se eleger, lançou um manifesto contra as práticas de fraudes que permeavam as eleições brasileiras, afirmando que: “[...] ainda acreditava nas modificações necessárias nos “nossos hábitos e costumes políticos” poderiam ter lugar “dentro da ordem e do regime” (SKIDMORE, 1982 p.22, grifos do autor).

Os opositoristas ao governo se organizaram em uma conspiração integral, destinada a tomar o poder via rebelião armada. Desse modo, iniciou-se o processo de recrutamento de comandantes militares para a conspiração, sendo a revolta marcada para o dia 03 de outubro daquele ano. Sobre essa revolta, Skidmore afirma que:

A revolta começou como programado, com Vargas exortando os rebeldes do Rio Grande do Sul a marcharem sobre o Rio de Janeiro. “Rio Grande de pé pelo Brasil! Não poderás falhar com teu destino heróico!” O “povo” estava se levantando “para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional”, proclamava Vargas (ibidem, p.23, grifos do autor).

A revolta assumiu proporções inimagináveis pelos generais do Rio de Janeiro, ao ponto desses assumirem o comando da situação, mas não havia mais medidas cabíveis para contornar o desenvolvimento da conspiração. Os generais comandantes desse processo emitiram ao presidente um comunicado para que renunciasse o cargo, que diante da intervenção do Cardeal Leme Washington deu sua posição política como perdida, entregando-a a uma junta militar que posteriormente a concedeu a Getúlio Vargas, em 03 de outubro de 1930.

Nesta data foi instalado o governo provisório, alicerçado na arbitrariedade das forças armadas diante da política interna. A mudança da liderança política via movimento militar armado ficou conhecida como *Revolução de 30*. Com sua ascensão ao poder, Vargas, segundo Skidmore (1982, p.25), “[...] praticamente todas as características do sistema político e da estrutura administrativa foram objeto do zelo reformista”.

Mas estas se deram através de um processo lento em que “[...] A estrutura social e as forças políticas do Brasil não sofreram mudanças da noite para o dia. O país permanecia esmagadoramente agrícola (mais de 70 por cento dos trabalhadores estavam na agricultura, em 1920)” (ibidem, p.25/6). Neste sentido, quando Vargas chegou à presidência continuou a favorecer este setor, mediando os efeitos catastróficos da crise de 1929 sobre os cafeicultores, aumentando as compras do governo do excedente do café.



Mas a cultura cafeeira não foi a única a receber intervenção do Estado para a mediação dos efeitos da crise, que se expressavam, sobretudo, nos grandes estoques sem perspectiva de exportação. A agroindústria canavieira, como um setor agrário de relevância para as relações econômicas no país, também demandou do Estado medidas que proporcionassem alternativas para seu revigoramento, já que além da produção nordestina advinda desde seus primórdios, o Sudeste iniciava sua participação na cultura canavieira em virtude da crise cafeeira.

Entre as medidas estatais designadas para a agroindústria canavieira, podemos destacar a criação do Instituto do Açúcar e Alcool<sup>39</sup> (IAA) em 1933, a partir da comissão de Defesa da Produção Açucareira. Através da criação do IAA, o Estado pode mediar os conflitos de interesse entre Sudeste e Nordeste, assim como regular a relação entre produtores de cana e usineiros.

Andrade (2010), afirma que antes da criação do IAA, as usinas de cana-de-açúcar em Alagoas direcionavam sua produção para o açúcar, fato que diante do não escoamento do açúcar no mercado internacional intensificou a crise vivenciada pelo setor. Com intervenção do referido Instituto, a produção passou a ser controlada e ocorreu o incentivo para que as usinas montassem suas destilarias, a fim de fomentar a produção de álcool. Neste sentido, o autor assevera que:

Em 1932, apenas três usinas produziam álcool, destacando-se a Serra Grande, com a usga, com uma produção que correspondia a 77,5% do total. A política do IAA iria animar os usineiros a montar destilarias, fazendo com que entrassem em funcionamento, em 1935, a Uruba e a Coruripe, e, em 1936, a Alegria, a Oricuri, a Rio Branco, e a Santo Antônio (ANDRADE, 2010, p. 120).

Desse modo, o Estado passou a regular tanto as relações de produção, estabelecendo metas de produção por estado, assim como definiu as regras e preços para as exportações. Essa intervenção foi imprescindível para o processo de modernização da agroindústria canavieira, o qual seria intensificado na década de 1960, assim como o seu retorno na competitividade do mercado.

Mas a intervenção estatal não ficou circunscrita ao setor agrário, mesmo o âmbito rural sendo preponderante na estrutura social brasileira. Com as iniciativas de desenvolvimento da indústria, houve o aparecimento de uma população urbana em crescimento que representava a classe média brasileira. Essa classe ocupava setores no comércio, indústria leve, profissões liberais e na burocracia que se encontravam especialmente em São Paulo (SKIDMORE, 1982).

---

<sup>39</sup>No próximo capítulo, iremos explorar as ações do IAA na agroindústria canavieira, em especial sua atuação na região Nordeste tomando como referência o estado de Alagoas.

O processo da industrialização brasileira era incentivado pelos apologistas liberais antes de 1930, mas esse fato não impulsionou sua aceleração. Havia o interesse de seus defensores de conseguir do Estado tarifas de proteção, mas, como o país possuía neste contexto suas relações econômicas forjadas sobre bases agrárias, não era vantajoso o investimento na indústria. Neste sentido, o autor argumenta que:

[...] A intervenção do Estado benefício da indústria, em contraste com o setor de exportação, entrava em choque com a visão predominante do papel “natural” do Brasil como economia dependente, trocando produtos primários por manufaturados (ibidem, p.65).

Com exceção de uns poucos itens, como tecidos, praticamente todos os produtos eram importados. Mas, a partir da crise de 1929, as relações econômicas começaram a ganhar novos contornos em relação à supremacia do café. O Estado, apesar de mediar os efeitos da crise sobre a economia cafeeira, não conseguiu manter por muito tempo seu equilíbrio, o que fez emergir as condições objetivas para estimular a cultura canavieira, assim como a industrialização na produção de itens antes importados. Diante do contexto de crise:

[...] Os consumidores agora procuravam fontes brasileiras para os produtos que, anteriormente, compravam no exterior. Ao mesmo tempo, os investimentos, desviados para o setor de exportação, eram atraídos pelos lucros mais altos advindos da produção industrial (ibidem, p 66).

Neste sentido, a procura da produção nacional fomentou o desenvolvimento industrial, pois:

[...] A resultante manutenção da procura interna, conjugada com a desvalorização progressiva da moeda, suficientemente rápida para manter as importações, veio a ser um estímulo poderoso para o crescimento da indústria leve nacional (ibidem, p.66).

A industrialização foi impulsionada, no final da década de 1930, como parte integrante da política do governo. No período 1930 a 1945, Vargas criou estruturas institucionais que subsidiaram o desenvolvimento industrial. Entre essas, podemos destacar a Companhia Nacional de Álcalis (1939), Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – (1942), Companhia Vale do Rio Doce – CVRD – (1943), Fábrica Nacional de Motores (1945) (SPOSITO; SANTOS, 2012).

Tais indústrias de bases requeriam fontes de energia para o seu funcionamento. Esse fato refletia no processo de industrialização nacional como um empecilho, pois as usinas

hidrelétricas ainda se encontravam em instalação e a transferência do transporte ferroviário, essencial para a cultura cafeeira, para o rodoviário, demandava um intenso consumo de petróleo. Assim, o petróleo passou a ser o principal produto importado, gerando altos custos para o governo que necessitava poupar capital para investir nas indústrias. A solução, para mediar o crescente consumo do combustível fóssil, foi misturar o álcool a gasolina, fazendo com que aquele passasse a forma 20% do combustível consumido (ANDRADE, 2010).

Desse modo, podemos identificar as primeiras preocupações do Estado brasileiro em proporcionar fontes energéticas alternativas ao petróleo, todavia, só foram de fato efetivadas no curso da década de 1970, como veremos adiante, pois segundo o referido autor “daí o estímulo dado à produção de álcool anidro e, posteriormente, na década de setenta, à política de substituição da gasolina para o álcool hidratado, com retificação dos motores de automóveis (ibidem, p.122)”

Dessa maneira, o florescimento da indústria não tirou de cena as relações econômicas embasadas na agroexportação, que até pouco tempo eram as únicas regentes da economia. Do âmbito agrário, além de emergir uma grande massa de capital para ser investida na industrialização, pois neste contexto o principal mecanismo de geração de capital nacional residia na exportação, sobretudo de produtos agrários, ainda proporcionava uma fonte de energia essencial para o desenvolvimento industrial (MAZZEO, 1988).

Sob a regência do Estado Novo, o esforço individual para desenvolver a indústria permaneceu, mas não de forma preponderante como no passado recente, pois o Estado realizava sua intervenção de forma significativa. Acerca da intervenção estatal no âmbito industrial, Skidmore ressalta que:

[...] Os empresários particulares eram estimulados a prosseguir com seus próprios esforços, o governo federal ampliava a sua autoridade para dirigir a economia por dois modos principais: a “manipulação de incentivos”, tais como impostos, controles de câmbio, cotas de importações, controle de créditos e exigências salariais; e a intervenção direta, através de investimentos públicos em setores como ferrovias, navegação, serviços públicos e indústrias básicas como petróleo e aço (SKIDMORE, 1982, p. 67, grifos do autor).

A Companhia Siderúrgica Nacional foi criada neste contexto, no qual se fazia necessário ao Estado brasileiro investir em indústrias de bases para proporcionar a infraestrutura que respondesse às demandas industriais. Mas como o país não possuía grande volume de capital para esse investimento, o Estado requisitou empréstimos aos norte-americanos.

Assim, a indústria brasileira passou a se desenvolver de forma significativa em relação aos estágios anteriores. Neste período, ocorreu a formação do seu proletariado<sup>40</sup> industrial advindo da diminuição da atividade rural. Este proletariado colocou ao Estado demandas<sup>41</sup> antes inexistentes na cultura agroexportadora, e fez-se necessário mediá-las para que não repercutissem como empecilho para a fase industrial.

Neste sentido, Vargas estabeleceu os primeiros salários mínimos, criou o Ministério do Trabalho para regulamentar as relações entre capital e trabalho no âmbito industrial<sup>42</sup> e passou a exercer influência sobre os sindicatos. Os sindicatos, sob a regência do governo Vargas, constituíram-se uma importante estratégia para manter os trabalhadores sob o comando do capital. Desse modo, a organização dos trabalhadores foi subordinada ao Estado, pois somente eram reconhecidas as demandas postas pelos sindicatos vinculados ao Estado. Sobre esse fato, o artigo 138 da Constituição<sup>43</sup> de 1937 afirma que:

A associação profissional e sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante ao Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas de Poder Público (p. 36).

O controle dos sindicatos pelo Estado foi utilizado como forma de desarticular as lutas dos trabalhadores, favorecendo os interesses do capital. Esse fato foi funcional para a indústria em processo de consolidação, desenvolvida por Getúlio, guiado por uma política progressista nacionalista. Essa política, além de proporcionar as condições essenciais para o fortalecimento do parque industrial, criou instituições estatais que subsidiaram esse processo. Analisando a ação estatal diante do objetivo de modernização do Brasil, Marini afirma que:

---

<sup>40</sup> Acerca do proletariado brasileiro, Lessa (2014) ressalta que no primeiro momento não havia trabalhadores que atendessem às exigências do trabalho industrial. Desse modo, os primeiros operários a trabalharem nas indústrias brasileiras foram os imigrantes, sobretudo, os italianos. Somente depois de um percurso de tempo os trabalhadores rurais passaram a ocupar postos de trabalho nas indústrias, passando assim a compor o proletariado brasileiro.

<sup>41</sup> Com o surgimento do proletariado brasileiro, esse demandou do Estado serviços de infraestrutura, como moradia, saneamento nos bairros operários, educação e profissionalização (IAMAMOTO e CARVALHO 2009).

<sup>42</sup> Neste período histórico, somente os trabalhadores do âmbito industrial foram beneficiados com a instituição de direitos. Os rurais, que ainda eram a grande maioria dos trabalhadores do Brasil, ficaram à margem de qualquer tipo de regulamentação trabalhista.

<sup>43</sup> file:///C:/Users/layana%20lima/Downloads/constituicao\_1937\_texto%20(1).pdf

[...] Getúlio não tardou em definir-se por uma política progressista nacionalista, da que foram frutos: a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; a decisão de concretizar o Plano Salte (programação de investimentos públicos nos setores da saúde, alimentação, transporte e energia); o Plano Nacional de Estradas e Fundo Nacional de Eletrificação; o requerimento da marinha mercante e do sistema portuário; o monopólio estatal do petróleo (Petrobras) e o projeto de monopólio estatal de energia elétrica (Eletrobrás) (MARINI, 2000, p.14).

Mesmo com a industrialização do país, não foi possível romper com o caráter rural. O passado persistia na era industrial e suas relações econômicas eram significativas na condução das novas relações. No período que as importações se colocaram superiores diante das exportações, refletindo negativamente na balança de pagamentos do país, esse déficit fez com que Vargas, em 1953, se valesse da instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito para mediar essa situação. Esta instrução proporcionou ao Estado a adoção de uma política de incentivo às importações de bens de capital, necessários à modernização do parque industrial. Analisando a funcionalidade da instrução 70 para a mediação da situação econômica do Brasil, Sposito e Santos ressaltam que:

A instrução 70 da SUMOC foi criada por causa dos *déficits* na balança de pagamentos do país, decorrentes da aceleração do processo de substituição de importações e da necessidade crescente de divisas. A finalidade da instrução consistiu, basicamente, na criação de um sistema de taxas de câmbio flutuante, em que os produtos importados foram divididos em cinco categorias (de essenciais a supérfluos) e as compras de divisas passaram a ser feitas em bolsas de valores (SPOSITO; SANTOS, 2012, p.148, grifos dos autores).

Diante do exposto, é possível identificarmos que no decorrer da década de 1930, por intermédio de determinantes externos, a economia brasileira foi proporcionando o desenvolvimento do processo de industrialização do Brasil. Esse processo, apesar de ser financiado por países estrangeiros, como foi o caso dos norte-americanos, teve por interesse inicial fortalecer as indústrias nacionais. Contudo, o setor industrial não foi o único a demandar investimentos para sua consolidação. Neste percurso histórico, a agroindústria canavieira também foi incentivada, fato que disponibilizou o incremento de programas governamentais direcionados ao referido setor, dando impulso a sua modernização. Partindo desse entendimento, o próximo item trata da intervenção do governo de Getúlio Vargas na agroindústria canavieira, tendo como foco de análise o estado de Alagoas.

## 2.2 A intervenção de Vargas na agroindústria canavieira: Uma análise sobre Alagoas

O item precedente tratou do processo de industrialização no Brasil e a intervenção do Estado na agroindústria canavieira através do IAA. Agora, vamos analisar como se deu essa intervenção no estado de Alagoas, tendo por foco o setor canavieiro.

Lima (2014) destaca que enquanto a produção açucareira em São Paulo prosperava,<sup>44</sup> durante a década de 1930, no mesmo período o processo produtivo açucareiro realizado em Alagoas era muito atrasado, com ausência de técnicas, inclusive de adubação. O crescimento da produção alagoana, como já assinalado por Andrade (2010), devia-se ao fato do cultivo de grandes extensões de terras, pois seu rendimento industrial era muito baixo.

Desse modo, os usineiros buscavam expandir ao máximo sua produção através da ampliação de suas terras, ao invés de incorporar técnicas agrícolas de melhoramento. O anseio por incorporação de novas extensões de terras fez emergir um conflito entre usineiros e senhores de engenho, que permeou a década de 1930. Analisando o atrito entre usineiros e senhores de engenho, Lima (2014, p.57) afirma que: “[...] Esse fato se expressa no fechamento de centenas de engenhos e pequenas usinas, com a conseqüente concentração da produção açucareira num conjunto reduzido de usinas, como também na aquisição de terras e engenhos pelos usineiros”.

Mas a incorporação das terras dos engenhos pelas usinas se deu mediante conflitos entre ambas as partes. Os conflitos se expressavam na demarcação de terras, na qual as usinas suprimiam as terras dos engenhos; no impedimento por parte dos engenhos da construção de ferrovias que beneficiassem o transporte da produção das usinas; na relação de fornecimento de cana-de-açúcar entre engenho e usina, na qual os engenhos apontavam prejuízos nesta relação (LIMA, 2014).

Diante do cenário desfavorável, os senhores de engenho impuseram resistência ao processo de coerção do qual as usinas os subordinavam. Almejando ocupar suas terras para evitar a apropriação por partes dos usineiros, assim como requisitar para si a força de trabalho incorporada pelas usinas dificultando sua produção, os senhores de engenho instalaram em

---

<sup>44</sup> A princípio, é relevante ressaltar que, na década de 1930, a região Sudeste, em especial o estado de São Paulo, intensificou sua produção açucareira em decorrência da crise cafeeira, que provocou a redução do mercado consumidor do café brasileiro, acarretando na produção excedente sem perspectiva de escoamento. Como essa região possuía capital para investimentos no setor canavieiro, clima e terra propícia, essa cultura desenvolveu-se rapidamente ao ponto de competir com a região Nordeste, que tradicionalmente era responsável pelo fornecimento de açúcar no país. Carvalho (2009) destaca que, na década de 1920, a produção paulista foi de 96.000 sacos de 60 Kg, já na década de 1930, São Paulo alcançou a produção de mais de um milhão de sacos.

seu território o sistema de morada. De acordo com Lima, por meio desse sistema, os senhores de engenho:

[...] atraindo um maior número de pequenos produtores que se situavam nas proximidades dos engenhos, viabilizavam o acesso a terra para o cultivo de roçados próprios, intensificando as relações de morada, mas o que de fato estava sendo estimulado era a existência de lavradores, dificultando assim, o acesso das usinas à mão de obra para trabalhar nos seus canaviais (LIMA, 2014, p. 60).

Cabe ressaltar que o sistema de morada não emerge neste contexto, suas raízes sociais e históricas advêm desde os banguês, como aponta Diégues Júnior:

A classe dos trabalhadores do campo ou do eito forma o grosso da população do engenho, quer nos moentes e correntes, quer nos de fogo morto, apenas fornecedores de cana às usinas. Ao lado dos trabalhadores de campo, aparecem outras duas classes de ocupantes de terra dos engenhos: os foreiros, ou moradores, e os lavradores. Estes são pessoas a quem o senhor de engenho concede terra e casa, a fim de que plantem cana de meiação. O açúcar produzido da cana colhida é dividido entre senhor de engenho e lavrador (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p.30).

Diante da falta de força de trabalho resultante do sistema de moradas instalado nos engenhos, as usinas incorporaram em sua propriedade esse sistema, requisitando tanto os lavradores moradores dos engenhos quanto de outras regiões. Com isso, as usinas foram obrigadas a adotar novos padrões de relacionamento entre trabalhadores e proprietários, assim como uma nova hierarquia administrativa para conduzir essa relação. Essa postura das usinas acirrou ainda mais o conflito existente com os engenhos. Neste sentido, Carvalho resalta que:

Nos anos 1930, com a afirmação das usinas, acentua-se a disputa entre usineiros e fornecedores de cana. Os usineiros consideravam uma necessidade integrar a atividade agrícola à industrial, alegando que os fornecedores não tinham condições de aperfeiçoar a cultura da cana, fazendo com que a produtividade agrícola descasse a níveis antieconômicos. Além disso, as usinas, ficando à mercê da cana adquirida, corriam o risco de ter sua atividade industrial desestabilizada por falta de matéria-prima (CARVALHO, 2009, p.23).

Além da intensificação dos conflitos, o setor açucareiro enfrentava uma fase de dificuldade que se expressava no excesso da oferta de produtos e na desorganização do mercado interno. Conjugados com esses fatores internos, o setor canavieiro ainda lidava com o problema da dificuldade de escoamento da produção excedente, visto que em contexto de

crise mundial, os mercados para as exportações diminuíram. Acerca da superprodução de açúcar, Lima ressalta:

A crise de superprodução de açúcar tinha se tornado uma realidade grave no final dos anos 20 e início dos 30. O súbito e intenso crescimento das exportações brasileiras de açúcar no período da I Guerra Mundial resultou, é verdade, do aumento da demanda e da atratividade dos preços internacionais desse produto. Porém, foi a expansão do consumo interno que desencadeou efeitos substanciais na sua produção, cujo crescimento se deu não somente com a expansão da capacidade produtiva das fábricas e plantações de cana até então existentes, mas sobretudo, com a instalação de novas unidades produtivas principalmente em áreas que não eram tradicionalmente produtoras de açúcar e que habitualmente importava esse produto do nordeste (LIMA, 2010, p.47).

Diante desta conjuntura, o setor canavieiro, sobretudo o do Nordeste, não tinha possibilidades de mediar sozinho as dificuldades econômicas que enfrentava. Desse modo, o governo advindo da *Revolução de 30*, fez-se presente neste setor. A princípio, a intervenção estatal vislumbrou controlar a superprodução açucareira dos estados, oriunda do final dos anos vinte com a crescente produção açucareira do Sudeste.

Lima (2014) argumenta que uma das primeiras medidas para sanar com o excedente de açúcar, foi estimular uma utilização alternativa para a cana e a formação de estoques regulados de açúcar. Em relação ao uso alternativo, o autor aponta o incentivo à produção de álcool combustível, pois com isso seria possível equilibrar a oferta e demanda do açúcar.

O autor afirma ainda que esta política teve por aspectos centrais o sistema de defesa dos preços e de quotas de produção, tomando por base a produção dos cinco anos anteriores. Esses aspectos tiveram como instância reguladora o Instituto de Açúcar e Álcool, a partir de 1934. Carvalho (2009) argumenta que o conflito entre senhores de engenho e usineiros foi solucionado por meio de uma negociação que culminou na criação do Estatuto da Lavoura Canavieira,<sup>45</sup> em 1941, pelo IAA.

Desse modo, a partir da conjuntura de 1930, o Estado intensificou sua intervenção na agroindústria canavieira, e a criação do IAA propiciou à região Nordeste uma alavanca para seu desenvolvimento. Por meio do IAA, o Estado passou a regular as relações econômicas do setor canavieiro, atuando, sobretudo, na reserva de mercado e na compra da safra, garantindo a produção açucareira, a fixação dos preços de cana, álcool e açúcar, proporcionando a margem de lucro, concedendo subsídios financeiros, em especial para a região Nordeste,

---

<sup>45</sup> O referido estatuto encontra-se disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3855-21-novembro-1941-414000-retificacao-69249-pe.html>> acesso em 30/05/2014.



almejando equilibrar os custos da produção em relação ao Sudeste, a fim de protegê-la da competitividade.

Sendo a região Nordeste privilegiada no curso da atuação do IAA, os usineiros nordestinos não tardaram a exercer influência política nesta instância para se protegerem da competição com o Sudeste. Além do sistema de cotas, já referenciado, o Estado designou mercados para São Paulo, que forneceria produtos para o Sul e Sudeste, e a produção nordestina ficou responsável por seu próprio abastecimento e pelas exportações. Essa partilha permitiu a garantia de um mercado consumidor tanto São Paulo quanto para o Nordeste, sem que competissem entre si.

Alicerçados na desigualdade regional com o Sudeste, os produtores nordestinos se organizaram politicamente para exercer pressão sobre o Estado para permanecerem ativos no mercado. Neste sentido, esses produtores exerciam forte influência nas decisões do Estado em relação a sua intervenção no setor canavieiro, requisitando privilégios para si. Desse modo, o IAA permitiu a base necessária para que o Nordeste, permeado de proteção, pudesse permanecer competitivo.

Estudando a intervenção do Estado na agroindústria canavieira por meio do IAA, Carvalho (2009) sinaliza que o período de existência desse instituto pode ser analisado em duas fases. A primeira, compreendida no período entre 1933 e 1960, estava pautada no crescimento regular, representado pelo processo de institucionalização setorial por meio de mecanismos de regulação e defesa. A segunda ocorreu entre 1960 e 1990, e expressou o crescimento acelerado, quando ocorre o processo de modernização agroindustrial conduzido pelo Estado.

Neste contexto, o estado de Alagoas, que também vivenciava o processo de expansão da cultura da cana, via a incorporação dos tabuleiros como áreas cultiváveis. Desde o desenvolvimento da produção de açúcar no estado, os vales próximos aos rios eram a preferência para implantar os canaviais, devido às condições do solo. Mas, com a necessidade de expandir a produção açucareira e alcooleira, passou-se a incorporar gradativamente as terras dos tabuleiros, que segundo Lima (2010, p. 60), “[...] representaram a grande expansão da lavoura canavieira alagoana no curso dos anos 50 em diante”.

Na segunda etapa, a partir dos anos 1960, ocorreu uma forte intervenção do Estado com a criação de programas, planos e fundos federais de apoio à modernização da produção açucareira, o que proporcionou o crescimento do complexo do açúcar nordestino em virtude da conjuntura internacional. Neste sentido, Carvalho (2009), analisando a ação do Estado nesta fase, aponta alguns programas e fundos federais significativos para o crescimento da

produção da agroindústria canavieira, são eles: o Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira (1961), Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (1963), Fundo Especial de Exportação (1965), Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (1965), Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971), Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (1971) e o Programa Nacional do Álcool (1975).

Em Alagoas, os incentivos federais proporcionaram a expansão dos canaviais, sobretudo, nas áreas dos tabuleiros do Sul em direção ao Agreste. Desse modo, o autor sinaliza que ocorreu o crescimento do número de usinas e principalmente de destilarias. Nessas empresas, os subsídios estatais promoveram o incremento de novas tecnologias que impulsionaram o processo produtivo. As inovações advindas deste período possibilitaram um maior rendimento da parte industrial e na área agrícola, além de novas variedades de cana-de-açúcar, resistentes às pragas, mais eretas, com maior concentração de sacarose, e avançados métodos de produção, a substituição da tração animal pela mecânica, ou seja, a introdução da maquinaria nos canaviais.

Na conjuntura da intervenção direta do Estado na agroindústria canavieira, os usineiros alagoanos souberam recorrer aos recursos disponibilizados pela autarquia para alavancar o seu desenvolvimento, tornando-se mais competitivos. Neste sentido, as facilidades postas pelo IAA permitiram que esses empresários realizassem altos empréstimos para modernizar suas empresas com longos prazos de pagamento e baixos juros. Dessa maneira, os canaviais expandiram de modo significativo, como aponta Carvalho (2009, p.30): “[...] a área plantada saltou de 119 mil hectares em 1970, para 257 mil, em 1974, e a produção de cana aumentou de 6 milhões para 11 milhões de toneladas, no mesmo período”.

Mas o progresso decorrente dos subsídios estatais não atingiu a todos os usineiros. Apenas as empresas mais sólidas conseguiram de fato realizar o processo de modernização e as menos competitivas, com menos capital e garantias para requisitar empréstimos, foram absorvidas pelas usinas de maior porte. A respeito da incorporação das empresas menores pelas maiores, o autor sinaliza que:

Neste sentido, em Alagoas, a usina Laginha incorporou a Campo Verde, e a Bititinga incorporou a Santa Amália. A usina Boa Sorte saiu do município de Viçosa e foi para o de Junqueiro (hoje Teotônio Vilela) com o nome de Seresta, e a Porto Rico, sediada em Colônia Leopoldina, construiu outra unidade no município de Campo Alegre (CARVALHO, 2009, p. 30).

Com o auxílio do Estado foi possível expandir as áreas cultivadas pela cultura da cana-de-açúcar, com a incorporação dos tabuleiros, mas foi durante a década de 1970 que ocorreu

um intenso desenvolvimento do setor canavieiro. Os investimentos possibilitaram a agroindústria canavieira alagoana superar o atraso técnico que vivenciava, incorporando métodos que beneficiassem a produção. Dessa maneira, a preocupação com a produção ia para além do acréscimo das áreas cultivadas. Os usineiros passaram a fazer o uso contínuo de fertilizantes para melhorar a produtividade do solo, incorporaram técnicas advindas de pesquisas, cultivaram as canas com melhor adaptação ao solo e clima da região, e passaram a incorporar a mecanização nos canaviais como meio de baratear e intensificar o trabalho dos cortadores de cana.

Graças aos recursos vindos do IAA foi possível ao setor canavieiro alagoano implantar, em 1978, na cidade de Maceió, um moderno terminal açucareiro, que proporcionou um avanço na infraestrutura destinada à exportação do açúcar. Assim como instalar um centro de pesquisas destinado a melhorar a qualidade da cana cultivada. Sobre esse fato, Carvalho (2009, p. 32) ressalta: “[...] Na área da pesquisa agrônômica, essa autarquia desenvolveu a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar (EEAA) em Rio Largo, depois de ter fundado a Estação Experimental de Carpina, Pernambuco” e mais adiante complementa que “[...] Entre 1970 e 1985, a EECAA desenvolveu um programa de melhoramento genético responsável pela renovação da quase totalidade das variedades existentes em Alagoas na década anterior” (ibidem, p.33).

A EECAA, apesar de ter como foco a realização de pesquisas biológicas, conseguiu inovar outras dimensões do processo produtivo canavieiro. Por meio dessa estação, foi possível substituir os caminhões simples com carroceria de madeira por caminhões duplos com carroceria de ferro, contribuindo assim para a rentabilidade do transporte da cana dos canaviais para as indústrias. Além do transporte, ocorreu a introdução das cortadeiras e as carregadoras mecânicas, o uso da irrigação por gotejamento, novos processos de colheita com o uso do corte de cinco sulcos e o pagamento da cana por seu teor de sacarose, o que ocasionou o aumento da qualidade da cana cortada (CARVALHO, 2009).

Em relação ao Proálcool, o autor pontua que Alagoas foi um dos estados que mais se beneficiou com suas ações, recebendo 7% dos projetos aprovados e 8,1% dos recursos destinados à produção de álcool. Neste sentido, entre os anos de 1975 e 1990, o setor canavieiro do referido estado ampliou seu processo produtivo com a instalação de 20 destilarias anexas e 9 autônomas, o que permitiu um acréscimo na produção de álcool. Estudando sobre a atuação do Proálcool em Alagoas, o autor (ibidem, p.42) destaca que “Neste período, Alagoas foi o Estado com maior crescimento proporcional entre produtores

de álcool no país, devido à instalação de um parque industrial com uma capacidade de produção efetiva de mais de um bilhão de litros de álcool”.

A partir dos anos 1980, o Proálcool iniciou seu período de desaceleração em decorrência da redução dos gastos com a importação de petróleo, que tornavam os produtos derivados deste combustível mais atraentes do que o etanol. O problema se agravou com o direcionamento da produção canavieira para o açúcar, nos anos de 1988 e 1989, para atender a demanda internacional. A brusca redução da produção de álcool acarretou uma crise de desabastecimento que, paralela à crise fiscal do Estado, alavancou o processo inflacionário no curso da década de 1980, tornou inviável as políticas de recursos públicos para o setor canavieiro. Neste sentido, as ações de incentivo do IAA e do Proálcool foram inviabilizadas, fazendo com que os subsídios do Estado fossem gradualmente reduzidos até a extinção.

Apesar da presença significativa da intervenção estatal, via programas e fundos federais destinados à agroindústria canavieira, que proporcionaram a Alagoas uma melhor relação com o trato da cultura da cana-de-açúcar, isso não alterou seu baixo rendimento industrial em relação a São Paulo. A produção paulista, por fatores já elucidados, superava a produção nordestina, mesmo esta sendo favorecida pelo Estado. Com a reconfiguração do Estado diante do setor canavieiro, a disparidade entre as regiões, Sudeste e Nordeste, se agravou, pois sem o auxílio estatal não era possível ao Nordeste manter-se competitivo<sup>46</sup>.

O próximo item demonstra a continuação do desenvolvimento da industrialização, analisando-o no governo de JK. Este governo promoveu a continuidade da consolidação do parque industrial brasileiro, mas ao contrário de Vargas, que se regia por uma política nacionalista, JK buscou no capital estrangeiro as condições necessárias para acelerar o crescimento econômico do país.

### **2.3 A articulação da indústria brasileira com o capital multinacional no governo JK**

Vimos como o processo da industrialização brasileira percorreu um longo período histórico, entre avanços e recessões, para se consolidar na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. Agora, vamos continuar a analisar o referido processo no governo de JK – (1956-1960). JK, ao longo de seu mandato presidencial, intensificou a requisição de capital estrangeiro para promover a ampliação do parque industrial. Cardoso (1977), afirma que a busca por mais recursos para a promoção da indústria se deu em virtude da ideologia do

---

<sup>46</sup> Na terceira seção desta pesquisa, mostraremos as estratégias utilizadas pela agroindústria canavieira, com destaque para a de Alagoas, a fim de se manter competitiva no mercado.

desenvolvimentismo<sup>47</sup>, na qual apontava como meio da superação da miséria a modernização do país via industrialização. Neste sentido, Luca (2001, p. 74) aponta que: “o discurso desenvolvimentista atribuía especial ênfase ao processo de industrialização, encarando como solução para o subdesenvolvimentismo e todas as injustiças sociais e instabilidade dele decorrentes”.

A solução para dar curso aos seus objetivos de acelerar o desenvolvimento, iniciado no governo Vargas, foi buscar nos países estrangeiros o capital necessário para investir na infraestrutura do país. Apesar das iniciativas de Getúlio Vargas, a questão da infraestrutura não respondeu às demandas diante do atraso industrial do Brasil face aos países centrais. Era impossível reverter o quadro em um restrito percurso de tempo e o país não possuía capital interno suficiente para esse empreendimento.

Juscelino assumiu o governo em 1956, guiando-se por uma política nacionalista desenvolvimentista que se materializou com um audacioso programa de desenvolvimento econômico do Brasil (SKIDMORE, 1982). Este se expressava no Plano de Metas que possuía como *slogan* desenvolver o país 50 anos em apenas 5. Analisando esse plano, Sposito e Santos (2012, p.154, grifos dos autores) ressaltam que o “[...] objetivo subjacente ao Plano de Metas era engendrar um *upgrade* na estrutura industrial brasileira, isto é, conduzi-la para estágios superiores e atrair capital necessário para isso”.

Para esse fim, as metas desse Plano se estruturaram em trinta itens que o país deveria atingir para superar sua situação subalterna diante das economias centrais. Luca (2001), analisando o Plano de Metas de JK, afirma que esse se subdividiu em cinco áreas essenciais para o fortalecimento da economia nacional, são elas, segundo a autora: “[...] energia (5 metas), transportes (7 metas), indústrias (11 metas), alimentação (6 metas) educação (1 meta), cujo objetivo declarado era acelerar a industrialização, criar novos empregos e melhorar a qualidade de vida da população” (ibidem, p. 72).

De acordo com Furtado (1994), o Plano de Metas foi executado através de um esquema administrativo paralelo ao já existente, mas visando potencializar o desenvolvimento que, apesar de existente, não correspondia ao nível necessário para mediar a situação de atraso econômico. Segundo o autor, o sistema administrativo desse plano era constituído basicamente da seguinte forma:

---

<sup>47</sup> Segundo Cardoso (1977, p.139), “O desenvolvimentismo supõe que politicamente é um perigo a manutenção do estado de miséria que se alastra por todo o continente”. Na análise sobre essa ideologia, a autora aponta que os países periféricos que vivenciavam a situação de miséria eram incapazes de promover seu autodesenvolvimento sem a cooperação das nações desenvolvidas. Assim, o acesso ao desenvolvimento econômico é encontrado na industrialização.

Conselho Nacional de Desenvolvimento, com poderes para formular e executar a política de desenvolvimento do país;

*Grupos de Trabalho* – órgão de assessoria do Conselho, que eram constituídos por técnicos com experiência de planejamento, a maioria procedente da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, do grupo BNDE-CEPAL e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) [...];

*Grupos executivos* – órgãos instituídos por decreto, que tinham autoridade para coordenar esforços no sentido da realização das metas que envolvessem o setor privado (FURTADO, 1994, p.164/5 grifos do autor).

Neste sentido, o presidente almejava dar um salto tanto qualitativo como quantitativo nas relações econômicas do Brasil, fortalecendo-as via a intensificação da expansão industrial. Para esse fim, de acordo com Cardoso (1977, p.78), “[...] As propostas específicas deste governo são no sentido do crescimento econômico acelerado, através da industrialização, com especial atenção para as necessidades de infraestrutura”. A questão da infraestrutura era uma problemática que se colocava diante do processo de aceleração da industrialização, pois esta era essencial tanto para a emersão de indústrias nacionais, quanto para atrair a vinda das indústrias estrangeiras, em especial das multinacionais. Assim, mediar essa questão era fundamental para dar curso as metas que regiam o governo, pois: “a efetivação das metas dependia de investimentos estatais, concentrados, sobretudo, em infraestrutura (energia, transportes, siderurgia) e de recursos privados, internos e externos (LUCA, 2001, p.72)”.

Para mediar o problema da infraestrutura, bem como efetivar as metas de seu plano, JK requisitou ao capital maiores investimentos, desse modo:

[...] A fim de canalizar investimentos privados para as indústrias básicas, o governo estabeleceu “grupos executivos” em indústrias como a de automóveis e aparelhos elétricos, o que mostrava que as regulamentações governamentais a ajudavam e não atrapalhavam a rápida expansão da capacidade. Às firmas estrangeiras foi dado um incentivo especial para investir na indústria brasileira. A fim de encorajá-las a trazerem equipamentos industriais para o Brasil, o que era extremamente necessário, o governo fez uso liberal da Instrução 113 da SUMOC, baixada durante o Governo de Café Filho (SKIDMORE, 1982. p. 205/6).

A instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC<sup>48</sup>, neste contexto, desempenhou um papel relevante no desenvolvimento industrial brasileiro, pois era necessário estabelecer a segurança necessária para que os países estrangeiros pudessem injetar seu capital no país, assim como dar impulso a aliança entre Estado e capitalistas nacionais e internacionais nos projetos industriais. Essa aliança permitia, por meio de suas diretrizes, a

<sup>48</sup> Superintendência da Moeda e do Crédito

importação de capital sem a cobertura cambial, desse modo, as empresas podiam importar máquinas e equipamentos e contabilizá-los como investimento sem impedimento por parte do governo (SPOSITO; SANTOS, 2012).

Neste sentido, JK almejava proporcionar as bases para a modernização industrial do Brasil, que apesar de iniciadas no governo de Getúlio Vargas ainda estavam imersas no atraso. Neste contexto, os países centrais fincavam suas relações econômicas nos grandes monopólios, tendo seu processo de industrialização consolidado com incremento de modernas tecnologias, gerando um grande acúmulo de capital. Estes vivenciavam um processo de expansão, de busca de mercados para instalar seus monopólios. Desse modo, a penetração dos Investimentos Estrangeiros Diretos <sup>49</sup> iniciou-se antes do governo de JK, mas se intensificou em sua regência. Analisando a entrada desses investimentos no Brasil, Sposito e Santos afirmam que:

Os IED são direcionados ao Brasil mesmo antes do governo JK, em função do “amadurecimento” das economias centrais e do início das disputas de mercado entre grandes grupos econômicos. Isso demonstra a preocupação das EM em não perder a possibilidade de se fazerem presentes em um mercado potencial. Todavia, na segunda metade do governo de JK os IED cresceram consideravelmente, com valores duas vezes maiores do que apresentados na primeira parte da década (SPOSITO e SANTOS, 2012, p.156, grifos dos autores).

O capital estrangeiro ocioso estava disposto a realizar investimentos que promovessem tanto sua ampliação, assim como criar mercados para satisfazer sua necessidade de acumulação. Por esse motivo, ao ser requisitado por Juscelino Kubitschek como meio de efetivar o Plano de Metas, esse capital se disponibilizou a financiar os empreendimentos do referido presidente. Neste sentido, Cardoso afirma que:

Preocupado em acelerar o nosso crescimento econômico, o desenvolvimentismo pretende que, junto com o capital, a técnica disponível nas nações mais avançadas possa ser incorporada ao processo de desenvolvimento, tornando-o mais produtivo e mais eficiente, portanto mais rápido e menos oneroso (CARDOSO, 1977, p. 156).

Para proporcionar esse intenso processo de desenvolvimento, JK tanto investiu capital nacional quanto o requisitou do estrangeiro para investir em setores de base, sobretudo na

---

<sup>49</sup> Os autores Sposito e Santos se direcionam ao Investimento Estrangeiro Direto usando a sigla IED, e as Empresas Multinacionais com EM.

infraestrutura, alimentação, indústrias de base, educação, energia e transporte. Analisando a política adotada pelo referido presidente, Sposito e Santos ressaltam que:

O governo de JK, na segunda metade dos anos de 1950, é caracterizado por uma política direcionada à implantação de segmentos extremamente importantes de infraestrutura econômica e de setores industriais, especialmente a indústria de bens de consumo durável, cuja maior representante é a indústria automobilística (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 153).

É importante identificarmos o interesse que conduz a aplicação de capital estrangeiro no país. Para a ideologia do desenvolvimentismo, os países centrais auxiliariam os países emergentes a superar sua situação de miséria, proporcionando as condições objetivas para sua industrialização. Neste processo, os países centrais concederam empréstimos essenciais para a criação da infraestrutura necessária para a emersão de um parque industrial, facilitaram a aquisição de maquinaria imprescindível para o funcionamento das indústrias de base e depois instalaram suas multinacionais no Brasil para modernizá-lo.

O financiamento desse empreendimento no Brasil, pelo capital estrangeiro, não é uma mera cooperação das nações centrais para retirar os periféricos da situação de miséria, como se propaga a ideologia do desenvolvimentismo. Já ressaltamos anteriormente que o papel do Brasil, assim como dos demais países em situação de desenvolvimento, desde a sua colonização, é transferir riquezas, matéria-prima e força de trabalho barata para os países centrais, e neste contexto essa regra não se contradiz. O Brasil possuía um vasto mercado consumidor carente de produtos industrializados, em especial de bens de consumo duráveis, e a ausência de capital para satisfazer essa necessidade. Essas condições eram uma fonte para os países centrais autovalorizarem seu capital.

Os empréstimos concedidos ao Brasil pelos países estrangeiros, além de serem revertidos de forma breve na construção da infraestrutura essencial para a instalação de suas multinacionais, foram multiplicados em forma de juros no ato de seu pagamento. O equipamento necessário para a montagem das indústrias de base brasileiras foi adquirido nos mesmos países que lhe disponibilizaram capital. Neste sentido, Cardoso (1977), expressa que: “[...] Boa parte do capital que consigam destinar para o investimento deverá ser aplicado em equipamento, que tem que ser comprado no exterior”. Desse modo, os empréstimos concedidos ao Brasil voltariam para esses mesmos países ao serem adquiridos os equipamentos industriais.



Mas as vantagens para os países estrangeiros não cessam na aquisição dessas concessões, as multinacionais instaladas aqui não tinham a concorrência nacional, assim monopolizavam a produção de determinados produtos. Neste sentido, Luca ressalta que “[...] a indústria automobilística, maior realização do governo JK, já se constituía sob a forma de oligopólio, ou seja, situação na qual um diminuto número de companhias dominava o mercado, determinando preços, qualidade e quantidade da produção” (LUCA, 2001, p. 74). A análise da autora permite identificar a monopolização da indústria brasileira pelas multinacionais, ou seja, que o interesse do capital externo era ampliar seu mercado, assim como extrair o máximo de mais-valia possível para enriquecer seu país.

A força de trabalho que impulsionou a produção das multinacionais neste novo mercado foi mais barata e abundante, e mais explorada, do que nos países de origem, centrais, e ainda com a vantagem da ausência do caráter de lutas por melhores condições de trabalho. Havia grande quantidade de matéria-prima expressa nas jazidas de ferro, que diminuiriam consideravelmente os custos da produção. Assim, podemos perceber que o capital estrangeiro não adentrou no país por mero acaso ou comprometido em reduzir sua situação de miséria, o que lhe moveu foi a oportunidade de alavancar sua lucratividade e instalar seus monopólios no Brasil reafirmando sua condição de fornecedor de riqueza.

Assim, é possível perceber que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro condicionado pelos países centrais não ficou circunscrito à era colonial. A função de conceder os meios para a autovalorização do capital exterior é reafirmada a cada fase de seu desenvolvimento.

As indústrias brasileiras, que emergiram neste contexto, se voltavam para produzir bens de produção e não apenas produtos manufaturados. Essas indústrias se empenhavam em produzir máquinas que produziam máquinas, peças para manutenção, enfim, proporcionar ao parque industrial os meios necessários para sua produção e reprodução, bem como responder os interesses do capital estrangeiro. Neste sentido, necessidade de escoamento de bens duráveis, foco da produção internacional, impulsionou a instalação dessas indústrias no país.

Diante da necessidade do capital estrangeiro, as indústrias nacionais, que se constituíram o foco de investimento da Era Vargas, no governo de JK tiveram seus investimentos reduzidos e transferidos para as multinacionais. Neste sentido, as indústrias nacionais sentiram os prejuízos causados por esse redirecionamento e se posicionaram a favor de sua proteção. Sobre esse fato, Luca (2001, p.72) afirma que:

As vantagens ofertadas para as empresas estrangeiras não eram extensivas às nacionais. A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) não

deixou de protestar contra esse tratamento desigual e, em 1958, foi a vez da Confederação Nacional das Indústrias denunciar a desnacionalização do setor, prejudicado pela importação indiscriminada de máquinas (que, segundo argumentava, poderiam ser produzidos no país) e pela concorrência desleal com as multinacionais, que acumulavam favores governamentais.

Neste sentido, as indústrias que surgiram no país em meados da década de 1950, em especial as estrangeiras, foram impulsionadas a crescer durante o governo de JK. O Estado, empenhado em acelerar o desenvolvimento industrial, interferia nas relações econômicas do país. De acordo com Cardoso (1977, p. 165), o Estado se dedicava “[...] em estabelecer em termos claros um programa geral capaz de atrair a livre iniciativa”. Podemos citar como exemplo de empresas que emergiram antes deste governo, mas que conseguiram de fato uma estabilidade financeira para investir em sua expansão, a indústria Zanini, fundada em 1950 para atender as necessidades de equipamentos pesados da agroindústria canavieira paulista, somente se desenvolveu de fato a partir da década de 1960 (SANTOS, 2010).

Analisando o desenvolvimento industrial brasileiro é inquestionável o impulso proporcionado no governo de JK, no qual, alimentando-se do capital estrangeiro e abrindo as fronteiras do país para as multinacionais, foi possível aprimorar sua infraestrutura, adquirir maquinaria e solidificar seu parque industrial. Diante das relações econômicas progressistas que marcaram esse contexto, Skidmore ressalta sobre o governo de JK que:

[...] O dinâmico presidente prometeu “cinquenta anos de progresso em apenas cinco de governo” e não há dúvidas de que de 1956 a 1961 o Brasil apresentou um crescimento real e marcante. A base para esse progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% *per capita*. Para a década de 1950, o crescimento *per capita* efetivo do Brasil foi aproximadamente três vezes maior que o resto da América Latina (SKIDMORE, 1982, p. 204, grifos do autor).

Comungando com a concepção de que houve crescimento da industrialização no governo de JK, Luca ressalta que:

[...] Em 1958, a taxa do *PIB* registrou seu aumento mais significativo 10,8%, marca que somente seria ultrapassada no início dos anos 1970. A indústria por sua vez crescia à taxa média de 11,9%. Em 1955, a produção industrial representava 20,4% total do *PIB*, participação que cinco anos mais tarde atingiu a marca dos 25,6%, indicando a importância adquirida pelo setor na geração de riquezas do país (LUCA, 2001, p.73, grifos da autora).

Diante do crescimento industrial que JK e seu Plano de Metas proporcionaram ao Brasil, é relevante ressaltar que este beneficiou de modo significativo a valorização do capital estrangeiro, já que a elevação das taxas da economia brasileira advinha das multinacionais, especialmente das automobilísticas. Neste sentido, a autora aponta que:

Atraídas pelas condições favoráveis, montadoras como Volkswagen, Simca, Willys Overland, Toyota e Vemag, grupo brasileiro que contava com a tecnologia estrangeira, instalaram-se na cidade de São Paulo e seus arredores, iniciando a produção de veículos de passeio, utilitário e caminhões. A produção de ônibus e caminhões subiu de 19.855 unidades em 1957 para 51.325 em 1960, enquanto o número de carros cresceu de 2.189 em 1958, ano de início da produção, para 37.843 em 1960 (ibidem, p.74).

Mas é importante pontuar que esse progresso econômico não percorreu todas as regiões do país. Este se concentrou na região Sudeste, na instalação e solidificação do parque industrial, e na Centro-Oeste, como região que expressou os investimentos de infraestrutura na construção da capital, Brasília. O objetivo do governo de JK, como aludido em linhas anteriores, era superar a situação de subversão por meio da modernização do país expressa no desenvolvimento industrial. Tendo o setor industrial como foco das políticas econômicas governamentais, as áreas de agricultura e educação foram menos incentivadas. Segundo Skidmore (1982, p.207), “[...] Executando seu programa, o governo era pragmático, enfatizando o crescimento das indústrias de base e virtualmente ignorando áreas como a agricultura e a educação, apenas nominalmente incluídas no Programa de Metas”.

Porém, ignorar esses setores gerou uma disparidade em relação a sua intenção de desenvolvimento. A região Nordeste, que por muitas décadas exerceu a condição de preponderante nas relações econômicas do país ao entrar no século XX, perdeu esse posto para a região Sudeste com o florescimento do café<sup>50</sup>. O Sudeste passou a se desenvolver economicamente mais do que o Nordeste, e com a intensificação do processo de industrialização a desigualdade entre ambas se intensificou.

Neste sentido, enquanto o Sudeste prosperava com o desenvolvimento do Plano de Metas de JK, o Nordeste vivenciava um atraso econômico latente. Almejando mediar a desigualdade do processo de desenvolvimento do Brasil, o governo de JK criou, em 1959,

---

<sup>50</sup> É importante frisar que antes do apogeu do café, durante o século XIX, ocorreu o ciclo do ouro no século XVIII. Estes emergiram no contexto de crise do açúcar, que apesar de continuar atuante nas relações econômicas do Brasil deixou de ser a atividade central.

através da Lei 3.692, a Superintendência<sup>51</sup> do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. O objetivo da SUDENE era promover e coordenar o desenvolvimento da região, a fim de integrá-la ao processo de modernização do país. Neste sentido, Andrade (1988, p.38) ressalta que: “a Sudene nasceu da política desenvolvimentista do governo JK, quando se procurava objetivar o crescimento econômico do país, de forma acelerada, e com a integração das áreas consideradas periféricas ao núcleo mais dinâmico”.

Para mediar a desigualdade do desenvolvimento entre Sudeste e Nordeste, a SUDENE, conduzida por Celso Furtado, identificou que as causas do subdesenvolvimento da região advinham da ausência de infraestrutura necessária para comportar os avanços econômicos que floresciam. Neste sentido, o referido órgão constatou que, para mediar o atraso econômico nordestino, fazia-se necessário realizar uma modernização agrícola, já que a região possuía suas relações econômicas embasadas no âmbito agrário (ANDRADE 1988).

Visando realizar essa modernização, a SUDENE planejou uma política de financiamento dos grandes proprietários rurais para que esses realizassem obras de infraestrutura em suas propriedades, que seriam pagas com a doação de uma pequena parte de suas terras para as famílias camponesas cultivarem gêneros alimentícios. Entretanto, “os grandes proprietários, temerosos de uma Reforma Agrária, se opuseram à realização deste projeto e ele não chegou a ser realizado” (ANDRADE, 1988, p.40).

Desse modo, as ações da SUDENE, mesmo almejando diminuir a disparidade entre as regiões Sudeste e Nordeste mediante a implantação de projetos de implementação de infraestrutura e fomentação das culturas de gêneros alimentícios, não se concretizaram em virtude da conservação da velha estrutura fundiária preponderante na região desde a era colonial. Neste sentido, Luca afirma:

[...] A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, objetivava diminuir esse descompasso, apoiando a agricultura irrigada e projetos de industrialização para a região. Os resultados, contudo, foram bastante limitados, uma vez que não se atacou o cerne do problema, ou seja, a estrutura de propriedade que imperava na região (LUCA, 2001, p.75).

---

<sup>51</sup> Andrade (1988) pontua que antes da criação da SUDENE, o Governo Federal, analisando o desenvolvimento do parque industrial na Sudeste em contraste ao atraso do Nordeste, organizou um grupo de estudos para analisar essa questão que ia contra ao desenvolvimento acelerado que almejava. Este grupo, diante da magnitude da questão regional, foi transformado na Operação Nordeste (Openo) e em seguida na Comissão de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno). No ano de 1959, esta foi transformada na SUDENE, tendo por seu primeiro superintendente o economista Celso Furtado.

Mesmo o governo de JK não conseguindo estender suas metas de desenvolvimento de forma igualitária por todo o país, a aceleração do processo de industrialização ocorreu de fato, condicionada e subordinada ao capital estrangeiro, que identificava no país um mercado para seus grandes monopólios. Porém, a almejada industrialização não superou o subdesenvolvimento do Brasil diante dos países centrais, ideia propagada pela ideologia do desenvolvimentismo e utilizada para alicerçar a política do governo. Mesmo o Plano de Metas desencadeando um desenvolvimento econômico considerável diante dos períodos precedentes, esse crescimento teve por desdobramento o agravamento da inflação em virtude de desequilíbrios econômicos. Analisando esse fato, Furtado afirma que:

[...] A expansão da moeda e do crédito superou as expectativas do ministro da fazenda, José Maria Alckimin (1956-58), e acelerou o crescimento da taxa de inflação. No plano externo, a taxa cambial subsidiada ampliou cada vez mais a defasagem da moeda em relação ao dólar, desestimulando exportações, que não acompanharam o aumento das importações, o que por sua vez, agravou o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos (FURTADO, 1994, p. 167).

Após um período intenso de desenvolvimento econômico, sobretudo do setor industrial, já que o agrário como podemos constatar ficou em segundo plano nas prioridades do governo de JK, a economia do país entrou em uma fase de retração. Sobre a redução do crescimento econômico, o autor pontua que:

A queda das taxas de crescimento econômico pode ser explicada como decorrência de vários fatores, que se conjugam. Internamente, o número de substituições de produtos importados teria chegado a um limite que não possibilitaria manter aceleradas taxas de crescimento do produto industrial. O aumento da taxa de inflação teria, também, desestimulado a poupança interna e inibido investimentos produtivos (FURTADO, 1994, p.171).

A desaceleração do crescimento econômico ocasionou uma crise expressa no aumento da inflação que desestabilizou a economias do país. Os efeitos inflacionários não permaneceram circunscritos ao governo JK, seus desdobramentos repercutiram nos governos seguintes. Neste sentido, na próxima seção iremos tratar dos efeitos dessa crise na conjuntura nacional, bem como das estratégias direcionadas para sua mediação. Neste contexto, também serão elucidados os planos que possibilitaram a consolidação do processo de modernização da agroindústria canavieira, o advento da reestruturação produtiva no referido setor e seus reflexos sobre as condições de trabalho dos cortadores de cana.

### **3. O ADVENTO DA MODERNIZAÇÃO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS REFLEXOS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA**

Na trajetória desta pesquisa identificamos que a história da agroindústria canavieira advém desde os primórdios do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, passando por intervenções estatais que culminaram em seu processo de modernização, o que permitiu a consolidação do parque produtivo canavieiro. Desse modo, este setor agroindustrial superou os empecilhos que o remetiam ao atraso e ao fornecimento de produtos de baixa qualidade ao mercado mundial.

Diante do contexto da crise do petróleo, o Estado, norteador pelo regime ditatorial, intensificou os incentivos à agroindústria canavieira, permitindo seu revigoramento e destaque na economia brasileira. Neste contexto, a região Nordeste utilizou os subsídios estatais para fomentar sua produção e se proteger da concorrência interna, o que possibilitou sua permanência e crescimento no mercado.

Mas com a estabilidade do preço do óleo combustível, no início da década de 1980, o Estado reconfigurou sua atuação no setor canavieiro, isso fez com que as usinas e destilarias, que antes tinham suas relações econômicas reguladas, ficassem à mercê da competitividade do mercado. Diante dessa conjuntura, a agroindústria canavieira iniciou seu processo de desregulamentação, e para mediar os efeitos da subtração dos incentivos estatais teve que iniciar sua reestruturação produtiva.

O processo de reestruturação produtiva possui por premissa a racionalização da produção a baixos custos, e sua implantação na agroindústria canavieira, ao mediar os efeitos da subtração dos subsídios do Estado, refletiu de forma negativa sobre os cortadores de cana. Ao incorporar novas tecnologias ao processo produtivo e intensificar o uso da maquinaria nos canaviais, respondendo assim a demanda de racionalização posta pelo capital, as usinas de cana-de-açúcar passaram a submeter os trabalhadores canavieiros a uma intensa exploração.

Neste sentido, essa seção versa sobre o processo de modernização da agroindústria canavieira e os efeitos da reestruturação produtiva sobre os cortadores de cana, tendo por foco a análise desse setor agroindustrial em Alagoas. Para esse fim, buscamos alicerce teórico em autores que estudaram o processo de modernização, assim como a desregulamentação do referido setor tanto no âmbito brasileiro, como em Alagoas, tais como Iamamoto (2012), Carvalho (2009), Lima (2014), Plancherel (2011), Bertoldo (2011) e Verçoza (2011).

### **3.1 O processo de desenvolvimentismo na década de 1960 e seus reflexos na agroindústria canavieira**

Aludimos nos itens precedentes que, a partir da década de 1930, foram gestadas as condições objetivas para o desenvolvimento do processo de industrialização do Brasil, condicionadas pela emergência da crise de 1929, assim como sua intensificação durante a regência do governo de JK. Agora iremos direcionar a análise para o período desenvolvimentista da década de 1960, e seus reflexos tanto no âmbito industrial quanto no canavieiro.

O acelerado desenvolvimento do parque industrial financiado pelo capital estrangeiro deu sinais de esgotamento na entrada da década de 1960. Acerca desse fato, Luca (2001, p.80) afirma que: “A partir de 1962, o crescimento da indústria diminuiu e os problemas econômicos tornam-se evidentes. Assim, entre 1957 e 1961, o país cresceu cerca de 8% ao ano. Índice que caiu para 5,2% em 1962 e 1,3% em 1963”.

Nesta conjuntura, os empréstimos concedidos ao Brasil, pelos países centrais, utilizados para financiar a expansão industrial, começaram a ser cobrados. Mas esse fator, conjugado com a redução da produção voltada para a substituição de produtos antes importados, engessou as taxas de crescimento, ocasionando sua contração, pois a produção brasileira não detinha mercado para o escoamento de suas mercadorias. O aumento da taxa de inflação constitui um elemento desanimador diante do progresso econômico alcançado anteriormente, desestimulando a poupança interna e inibindo investimentos produtivos (FURTADO, 1994).

Analisando a situação financeira do país neste período, o autor ressalta:

A dívida externa elevou-se mais ainda de 2,2 bilhões de dólares, em 1961, sendo que grande parte vencível nos três anos seguintes. A instabilidade política comprometeu ainda mais a credibilidade externa do País, causando a redução do fluxo de entrada de poupanças externas (FURTADO, 1994, p.171).

Diante dessa situação econômica, os empréstimos estrangeiros, antes concedidos ao Brasil, foram diminuídos, inviabilizando o desenvolvimento alcançado no início da implementação do Plano de Metas. Sobre a subtração dos recursos destinados ao financiamento da aceleração da industrialização, o autor afirma que:

Os empréstimos e financiamentos caíram de 381 milhões de dólares, em média, por ano, no período 1956-61, para 265 milhões no período 1962-1964. Em 1962, os investimentos externos diretos não foram além de 9 milhões de dólares, o que contribuiu para maior desajuste do balanço de pagamentos. Um dos fatores que concorreram para essa retração foi a *Lei 4.131/62* que regulou o registro do capital estrangeiro e a remessa de lucros para o exterior. A dívida externa aumentou no período, atingindo 3.170 milhões de dólares em 1964, dos quais apenas 4,5% com bancos privados internacionais (FURTADO, 1994, p. 171, grifos do autor).

A instabilidade econômica advinda da redução do financiamento industrial, aliada à elevação da taxa de inflação, não foi mediada durante o governo de JK. Desse modo, essa situação foi transferida para o próximo governo, que herdou o déficit do progresso de desenvolvimento de “50 anos em apenas em 5”. Jânio Quadros assumiu a presidência em janeiro de 1961, com o desafio de estabilizar a situação econômica do Brasil.

Para contornar a instabilidade econômica, Jânio Quadros se mostrou favorável às medidas recomendadas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional). Neste sentido, Mazzeo (1988, p. 43) ressalta que: “[...] Como primeiras medidas antiinflacionárias, Quadros desvalorizou a moeda, reformou o sistema cambial, arrochou os salários e congelou os subsídios para a importação de produtos como trigo e gasolina”.

Entretanto, tais medidas, segundo o autor supracitado, não tiveram o efeito esperado. Em primeiro lugar, destaca-se a elevação das taxas de inflação, e em segundo, a insatisfação da população diante do aumento da cesta básica com a permanência de salários incompatíveis para a sobrevivência. Esses fatores culminaram em grandes protestos populares que reivindicavam contra as medidas assumidas pelo governo.

Diante do fracasso da mediação da crise e dos protestos populares, as orientações do FMI não foram possíveis de serem efetivadas. Neste sentido, Jânio Quadros, a fim de prosseguir com seu governo, tentou articular “um golpe de renúncia”, almejando instituir, nas palavras de Mazzeo (1988, p.44), “[...] um governo ditatorial; algo próximo de um bonapartismo<sup>52</sup> carismático”.

Essa estratégia almejava comover as massas forçando as forças armadas, assim como os ministros reacionários a admitirem sua volta como um ditador. Somente desse modo, imaginava o presidente, poderia dar curso as orientações do FMI, pois seria possível reduzir os espaços democráticos, alijando as massas do cenário político. Sua renúncia forçaria a

---

<sup>52</sup> Segundo Mazzeo (1988), por bonapartismo podemos compreender a forma de governo ditatorial burguês, onde prevalece a figura de uma pessoa ou de uma instituição, com poderes políticos centralizados que, pretensamente, representam todo povo de uma nação.



tomada dessa decisão em virtude que João Goulart, por ser considerado um político de esquerda, não inspirava confiança perante o contexto de mobilização popular.

Entretanto, Jânio Quadros encontrava-se sozinho com seu plano de conspiração. Sua renúncia após sete meses de governo não despertou, nem nas massas e nem nas forças armadas, o desejo de sua permanência no poder. Desse modo, o vice-presidente João Goulart assumiu o poder após a vacância do cargo presidencial. Mas, por seus posicionamentos políticos, sua posse foi mediada por negociações com os militares e o Congresso, que a subordinaram ao parlamentarismo. Sobre esse fato, Sposito e Santos apontam que:

João Goulart, à época considerado esquerdista e comunista, consegue assumir a presidência do país após negociação da cúpula militar com o Congresso, cuja solução encontrada foi a instauração do parlamentarismo e o enfraquecimento do poder de ação do governo empossado (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 160).

Desse modo, os representantes políticos da classe dominante da época construíram a salvaguarda necessária para que Jânio Quadros não retornasse como um ditador, assim como limitar os poderes políticos de Goulart para que não ameaçasse os interesses do grande capital respondendo às demandas postas pelos movimentos populares.

Despertando desconfiança na classe dominante, Goulart assumiu a presidência, pautado em restrições. No contexto de instabilidade política que o país se encontrava, o presidente deu curso ao seu mandato visando mediar à crise com a elaboração do *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social* para o período de 1963/65, conhecido como Plano Trienal. Esse Plano foi elaborado por Celso Furtado, que adicionou aos planos setoriais alguns elementos de formulação socioeconômicos. Segundo Furtado (1994, p.172), “[...] O Plano abordou como objetividade o problema do desequilíbrio regional e destacou a importância das reformas agrária, fiscal, bancária e administrativa”.

Identificando a necessidade de realizar mudanças nas relações políticas e econômicas do país, o Plano Trienal do governo Goulart almejou respondê-las, de acordo com Sposito e Santos, em dois momentos:

[...] o Plano Trienal, cuja implementação ocorreria em dois momentos e com duas etapas: primeiro, combater a inflação a partir da adoção de uma política de contenção do crédito; segundo, levar adiante as reformas de base com o objetivo de modernizar o país e reduzir as desigualdades sociais. Entre as propostas estavam as reformas agrárias, urbana, partidária, bancária, fiscal e tributária (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 160/61).

É importante esclarecer neste momento que tais mudanças estavam longe de romper com o domínio da lógica do capital no Brasil, ansiando por instaurar um novo tipo de organização social. O que Goulart identificou na realidade brasileira foi a forte subordinação da burguesia brasileira ao capital imperialista dos países centrais, que imperavam e regiam as relações políticas e econômicas desde a era colonial. Neste sentido, Netto afirma que:

[...] o desenvolvimento do capitalista não se desvinculou dessas formas arcaicas (como o monopólio oligárquico da terra, o latifúndio) não liquidou o “atraso” – pelo contrário, o desenvolvimento capitalista, aqui, se operou *refuncionalizando* tais formas: não destruiu o “atraso”, incorporou-o; trocando em miúdos: no Brasil, o capitalismo se desenvolveu *sem realizar o que, em países centrais, foram as reformas burguesas* (NETTO, 2014, p.75/6 grifos do autor).

Ao realizar as mudanças necessárias para o fortalecimento da burguesia brasileira, Goulart intencionava superar a subordinação desta diante do capital estrangeiro. No entanto, tais transformações não foram incorporadas pela classe dominante com otimismo, por representarem o risco à ordem estabelecida. Neste sentido, Luca ressalta que:

[...] o governo enfrentava oposição cerrada dos setores conservadores – grandes proprietários de terras; industriais; setores das camadas médias urbanas e dos militares. Estes viam com suspeita a crescente mobilização das camadas populares e desconfiavam do projeto nacionalista do presidente, que propunha para o Brasil um desenvolvimento autônomo, o controle do capital estrangeiro, a reforma agrária (LUCA, 2001, p.81).

Tais medidas iriam repercutir de forma intensa na dinâmica econômica do país, proporcionando a sua burguesia uma autonomia inexistente diante do capital estrangeiro. Mas, na conjuntura da década de 1960, esse redimensionamento não era compatível com o capital estrangeiro, que desde as origens sociais e históricas do Brasil o conduzia pelo caminho de fornecedor de riquezas para sua acumulação. Isso se deve ao fato de que, além do contexto da guerra fria, a hegemonia norte-americana almejava sanar com qualquer conduta não compatível com os imperativos do capital, pois as modificações da divisão internacional do trabalho requisitavam dos grandes centros capitalistas salvaguardar suas periferias de qualquer ameaça contra as relações de dependência estabelecidas (NETTO, 2014).

Neste sentido, os países centrais tinham que eliminar as intenções de ruptura de suas periferias com o modelo de subordinação a elas atribuído. Desse modo, os países imperialistas, nas palavras de Netto (2014, p.74, grifos do autor), “[...] patrocinaram a *contrarrevolução preventiva em escala mundial*”.

Segundo o autor, os centros imperialistas deram curso ao processo contrarrevolucionário sob o hegemonismo norte-americano que refletiu nos países emergentes como uma reinserção, ainda mais subalterna, no sistema capitalista avançado. Analisando o propósito da contrarrevolução, Netto afirma:

A finalidade da contrarrevolução preventiva era tríplice, com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital, golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista, e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (NETTO, 2010, p16).

Embasado na perspectiva da contrarrevolução preventiva, no dia 01 de abril de 1964 ocorreu no Brasil o Golpe Militar que constituiu na tomada do governo brasileiro pelos militares sem a renúncia de João Goulart. Segundo Netto (2014, p.69), “[...] ao final de 01 de abril a situação estava definida: não havia suficientes forças armadas fiéis à legalidade democrática dispostas a sair na defesa das instituições [...]”. Desse modo, a proposta das mudanças nas relações econômicas e políticas ficaram circunscritas nas páginas do Plano Trienal sem serem de fato efetivadas.

O processo da Ditadura Militar brasileira iniciou com a tentativa dos conspiradores militares de fazer o presidente Jango se desvincular abertamente da esquerda, mas, com a recusa do presidente, o andamento da tomada do poder, por intermédio do golpe, prosseguiu. Diante das forças militares postas contra o sistema de governo presidencial, não havia como o presidente impor resistência ao processo antidemocrático.

Sendo Goulart alijado do cargo presidencial do país, Mazzili foi posto na presidência da república pelos golpistas e guiado pelo *Supremo Comando Revolucionário*<sup>53</sup>. Mas esse, segundo a análise de Netto, era apenas um mero fantoche conduzido pelo supremo comando revolucionário utilizado nos primeiros dias do golpe. No dia 11 de abril, o Congresso Nacional, sob a coesão militar, “elegeu” para a presidência da república o Marechal Castelo Branco (1964/67) e, para vice-presidência, José Maria Alckmin.

O Brasil, neste contexto, vivenciava uma crise econômica advinda dos empréstimos realizados durante o governo JK para acelerar o desenvolvimento industrial do país. Neste sentido, ao assumir a presidência, Castelo Branco tentou conter a inflação, a fim de retomar o

---

<sup>53</sup> Segundo Netto (2014), este comando era composto pelo general Arthur da Costa e Silva, o vice-almirante Augusto Rademaker Grunewald e o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello.

ritmo de crescimento econômico. Para efetivar esse objetivo, foi criado em agosto de 1964 o *Programa de Ação Econômica do Governo* (PAEG), tendo por objetivos principais acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico do país e conter progressivamente o processo inflacionário<sup>54</sup> durante 1964/65 (FURTADO, 1994).

Para atender a esse fim, o referido programa se direcionava a atender os seguintes pontos: combater a inflação; aumentar os investimentos estatais (principalmente em infraestrutura); reformar o Sistema Financeiro Nacional; diminuir as desigualdades regionais (Norte-Sul) e atrair investimentos externos. Em sua implantação foram adotadas medidas coniventes com as orientações do FMI, tais como: redução do déficit orçamentário, retração do crédito e da moeda, aumento da receita tributária e contenção dos ajustes salariais. Os investimentos para amenizar os efeitos da inflação foram direcionados, principalmente, para o âmbito da infraestrutura econômica, abrangendo os setores energéticos (hidrelétricas) e transportes (rodoviário e ferroviário).

Estas medidas tinham como objetivo central combater a alta inflação. Neste sentido, Furtado (1994, p.173) afirma que o programa almejava como “[...] meta, 25% em 1965 e 10% em 1966.” Todavia, o autor sinaliza que:

[...] Os meios de pagamento, que se haviam expandido à taxa de 75% em 1965 – em decorrência da elevação do preço dos produtos agrícolas e do aumento das reservas cambiais –, aumentaram, no ano seguinte, apenas 17%, o que causou efeitos recessivos sobre a economia, com a elevação da taxa de desemprego, mais acentuada entre outubro de 1966 e março de 1967 (FURTADO, 1994, p.173).

A mediação da inflação se deu de forma agressiva, atuando com rigor nas supostas causas geradoras da crise que freavam a modernização do país, repercutindo de forma negativa no conjunto da sociedade. Esta, além de sofrer com a elevação dos preços dos produtos de subsistência e crescimento do desemprego, era submersa a um contexto de controle e violência que impelia qualquer ato de manifestação contra as ações do governo.

As medidas também abrangeram as reformas institucionais, das quais, o autor destaca:

- o instituto mais amplo da correção monetária (Lei 4.357/64), com a criação das *Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional* (ONTR), títulos públicos com prazo de resgate inicial de 1,2,5 e 8 anos, mais correção monetária ou

---

<sup>54</sup> Os militares decidiram implantar o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que reduziu a inflação de 91,8% ao ano, em 1964, para 22% ao ano, em 1968, mas não conseguiu alcançar as metas de crescimento programadas. Fonte: [http://veja.abril.com.br/arquivo\\_veja/](http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/) Acesso em 10/03/2015.

cambial e juros que variam de 6 a 8% ao ano; as ORTN's destinavam-se a cobrir déficits orçamentários e atender a investimentos do Governo Federal;

- a reforma bancária (Lei 4. 595/ 64), da qual surgiu o *Banco Central do Brasil* (BCB), como órgão executor e fiscalizador da política financeira estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN);
- a reestruturação do mercado de capitais (Lei 4.728/65) com o objetivo de ampliar a captação de poupanças para atender à capitalização das empresas e possibilitar maior negociação dos títulos da dívida pública, através de uma nova estrutura do Sistema Financeiro Nacional (FURTADO, 1994, p. 173/4, grifos do autor).

Em relação à questão do sistema fundiário, houve a tentativa de regular o direito da propriedade mediante um mecanismo fiscal advindo do Estatuto da Terra<sup>55</sup>, que almejava penalizar, inclusive com expropriação, os proprietários que não utilizavam com eficiência suas terras, mas devido a reação da classe dos latifundiários a primazia desse estatuto foi novamente adiada. Esse fato mostra o quanto a classe dos latifundiários exercia influência no governo, que mesmo direcionando os investimentos para a modernização do país, via industrialização, necessitava do seu apoio para conduzir as relações econômicas do país.

No âmbito fiscal, o governo aprovou o Código Tributário Nacional,<sup>56</sup> que estabeleceu normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos estados e municípios. Assim, como estabeleceu mudanças nas relações econômicas dos produtos industrializados. De acordo com Furtado (1994, p.174), “[...] o antigo imposto de consumo foi substituído pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o imposto de vendas e consignações foi sucedido pelo Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM)”.

Mediante a implantação das medidas aludidas, foi possível ao governo renegociar a dívida e estimular as exportações, a fim de adquirir capital para realizar novos investimentos para revigorar a economia. Nesta direção, o governo recorreu novamente ao capital estrangeiro para realizar investimentos diretos, almejando suprir o déficit na conta corrente do balanço de pagamentos.

Neste sentido, as exportações foram novamente incentivadas com a isenção do IPI, assim como a isenção de tributos estaduais aos produtos exportados, aumentando o lucro das empresas. Desse modo, as medidas para combater a crise e, por conseguinte, a inflação, permitiram que a situação econômica do país fosse aos poucos se estabilizando. Neste sentido, Furtado (1994, p.175) ressalta que “no início do Governo Castelo Branco, 70% da dívida

---

<sup>55</sup> O Estatuto da Terra, regulamentado pela Lei 4.504/64, regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. Fonte: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4504.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm), Acesso em: 02/01/2015.

<sup>56</sup> O Código Tributário Nacional (CTN), regulamentado pela Lei 5.172/66, dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Fonte: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/3399667/lei-n-5172-de-25-de-outubro-de-1966>, Acesso em: 02/01/2015.

externa – que no final de 1963 era de 2.497 milhões de dólares – foi renegociada, com prazo de cinco anos para pagamento, com dois de carência”.

Assim, quando Costa e Silva (1967/69) assumiu a presidência, apesar da situação econômica não estar estabilizada, a realidade econômica brasileira estava menos complicada que no governo precedente. Costa e Silva estabeleceu o *Plano Estratégico de Desenvolvimento* (PED) que objetivava uma política de crescimento acelerado e autossustentado, por meio da substituição de produtos importados. Este abrangia os setores da agricultura, indústria, energia, transportes, telecomunicações, habitação, saúde e saneamento. Mas o autodesenvolvimento sustentado não foi implantado de fato, sendo redirecionado para o mercado externo. Analisando os fatores que corroboraram para essa mudança, Furtado pontua:

- poupança interna não ser suficiente para atender ao ritmo acelerado de crescimento desejado;
- a capacidade da indústria nacional de substituir importados ter-se esgotado;
- o comércio mundial em franca expansão, à taxa de 8% ao ano;
- a liquidez do mercado financeiro internacional, oferecendo, a baixos juros, financiamentos para exportação e importação, bem como poupança imprescindível para tornar *acelerado* o crescimento econômico do País;
- a carência interna de novos bens de capital, insumos básicos e tecnologia avançada (FURTADO, 1994, p. 176/7, grifos do autor).

O maior incentivo às exportações, sobretudo de produtos primários, reafirmou o caráter agrário do país mediante o financiamento do setor agrícola. Para este setor, foram direcionados créditos subsidiados, política de preços mínimos para o produto agrícola, incentivos à mecanização e uso de fertilizantes. Desse modo, o governo revigorou as exportações, desencadeando seu aumento e contribuindo para a acumulação de capital no país.

No ano de 1978, as medidas econômicas adotadas pelo governo militar começaram a mostrar resultados favoráveis na mediação da crise econômica que o país enfrentava. A economia demonstrou sinais de recuperação significativos, ao ponto de marcar o período compreendido entre os anos de 1968 a 1973 como o *milagre brasileiro*, pelo fato de ter ocorrido uma elevada taxa de crescimento do produto real com uma moderada elevação dos índices gerais de preços.

Nesta conjuntura de prosperidade econômica brasileira, tanto o setor industrial como o agrário foram incentivados para impulsionar o acelerado desenvolvimento econômico que o Brasil vivenciava. Em relação à atuação do governo no âmbito agrário, podemos destacar o Programa de Metas e Base de Ação do Governo, executado no período de transição de 1970 a

1971. Segundo Furtado (1994), esse plano compreendia uma série de metas econômicas e sociais com o objetivo de desenvolver a economia do país e possuía como ênfase a integração regional, sobretudo do Nordeste com a Amazônia e o Planalto Central. Para tal fim, foram aprovados: o Plano de Integração Nacional<sup>57</sup> (PIN), por meio do Decreto-lei 1.106/70, e o Plano de Redistribuição de Terra e Estímulo à Agroindústria Norte e Nordeste<sup>58</sup> – PROTERRA (Decreto 70.677/72). Este último almejava a modernização e a incorporação de vastas extensões de terras ao processo produtivo daquelas regiões.

Esta modernização compreendia a intervenção direta do Estado nas relações econômicas rurais para tornar esse setor mais competitivo, com a elevação da qualidade da produção. Neste sentido, podemos destacar que neste período o governo concedeu empréstimos aos pequenos e médios produtores rurais, almejando que esses adquirissem terras próprias, o financiamento direcionado às propriedades rurais em processo de modernização, o financiamento de projetos destinados à expansão da agroindústria, com destaque para a canavieira, e incentivos às pesquisas destinadas ao âmbito agrícola com o intuito de desenvolvimento de novas técnicas de produção. Para o setor canavieiro, além de financiamentos diretos, o Estado criou o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar, o Planalsucar, que constituiu na criação de uma estrutura de pesquisa agrônoma para introduzir novas variedades de cana, mais produtivas e com maior adaptação às condições climáticas de cada região (LIMA, 2010).

Desse modo, o setor agrário foi fomentado a impulsionar o seu desenvolvimento e, através desses incentivos estatais, a agroindústria canavieira deu curso ao seu processo de modernização iniciado na década de 1930. Contudo, paralela a esse crescimento, a questão industrial ainda permanecia como centro de interesse do Estado, como elemento desencadeador do desenvolvimento econômico do país.

Nesta direção, Médici (1969/74) deu continuidade ao Programa de Metas e Bases de Ação do governo anterior, que restringia o desenvolvimento industrial ao setor de produtos de consumo duráveis. Esse fato fez com que a maquinaria, tanto destinada às indústrias quanto ao âmbito agrário, continuasse a ser adquirida via importação. Dessa maneira, o país

---

<sup>57</sup> O Programa de Integração Social foi criado com o objetivo de promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas. Fonte: <http://www.portaltributario.com.br/legislacao/lc7.htm>, Acesso em 16/01/2015.

<sup>58</sup> O Plano de Redistribuição de Terra e Estímulo à Agroindústria Norte e Nordeste tinha por objetivo promover o acesso do homem a terra, criar melhores condições de emprego de mão de obra e fomentar a agroindústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE. Fonte: <http://www.noticiasjornal.com.br/41059>. Acesso em 16/01/2015.

subordinava sua modernização às relações comerciais com o estrangeiro, que na maioria das vezes comercializava máquinas consideradas ultrapassadas para sua produção.

A abrangência desse programa ficou circunscrita à região Sudeste, resultando em si a concentração do parque industrial. A restrição do crescimento econômico nesta região ocasionou uma maior disparidade com as demais regiões, sobretudo Amazônia e Nordeste, que alicerçavam suas relações econômicas no setor agrário, permanecendo à margem do desenvolvimento industrial. Desse modo, enquanto o Sudeste voltava sua produção para os bens de consumo duráveis, o Nordeste permanecia como fornecedor de produtos de gênero agrícola, sobretudo de açúcar.

Mas a produção canavieira vai adquirir um novo contorno nas relações econômicas do país no curso da década de 1970, com a eclosão da crise do petróleo. Nesta conjuntura, ocorreu a passagem da presidência para Geisel (1974/79) e este, além de dar continuidade aos programas advindos dos governos precedentes, conduzido pelas transformações da economia mundial, em virtude da crise econômica que emergia, fomentou o crescimento do setor energético a partir de 1975.

Neste sentido, tanto o setor industrial quanto o de energia foram o foco deste governo. No setor energético, o governo incentivou, sobretudo, o aumento da produção da Petrobrás que, segundo Furtado (1994), “[...] o aumento de 115% dos investimentos de exploração, produção e refino de petróleo [...]” e o desenvolvimento de fontes alternativas a esse combustível.

Em relação às fontes alternativas de combustível, já que no contexto de crise do petróleo seu custo estava elevado, o governo criou o Programa Nacional do Carvão (PROCARVÃO) com o objetivo de incentivar a produção do carvão energético como principal substituto do óleo combustível; e o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCCOL), implementado em 1976, com a intenção de fomentar a produção do álcool como combustível automotivo substituto da gasolina, e como matéria-prima para a indústria química (FURTADO, 1994).

Carvalho (2009), analisando a produção canavieira antes da criação do Proálcool, ressalta que as usinas quase não se preocupavam com a produção de álcool e que: “[...] muitas vezes, era preferível produzir melão e comercializá-lo a produzir etanol” (ibidem, p.40). Mas essa realidade se modificou em virtude do contexto mundial e, através do incentivo oriundo desse programa, o Estado viabilizou uma produção alternativa para as usinas, proporcionando seu revigoração e destaque nas relações econômicas do país.



Desse modo, a agroindústria canvieira passou a demandar necessidades para sua modernização como a aquisição de maquinaria, desenvolvimento de novas técnicas de destilação e financiamentos, que foram respondidas pelo Estado. Dessa forma, “a produção de álcool era inteiramente de responsabilidade do setor privado, mas sua existência só se efetivava graças às subvenções estatais” (ibidem, p.41).

Neste sentido, o Proálcool garantia até 80% do financiamento das destilarias com juros de 4% ao ano, pagamento em 12 anos com carência de 3 anos. A matéria-prima era financiada com juros de 7% ao ano, pagamento em 5 anos com carência até 2 anos (CARVALHO, 2009). Sendo as condições objetivas para a ampliação da produção canvieira concedidas pelo Estado, no curso da década de 1970, a agroindústria canvieira conseguiu um desenvolvimento significativo, ofertando ao mercado tanto seus produtos tradicionais quanto fonte energética, tornando-se mais competitiva no mercado.

Durante o governo de João Figueiredo (1979/85), os programas e planos desenvolvidos durante os governos anteriores permaneceram sendo executados. Os setores de energia e agricultura, assim como a exportação, eram o foco da economia, que passava por um processo de ajustamento em virtude da crise mundial.

No setor energético, o governo fomentou a produção interna de petróleo através de incentivos financeiros para o desenvolvimento de pesquisas, que permitiram a exploração deste combustível em linhas de águas mais profundas<sup>59</sup>. A produção de gás natural atingiu 5 milhões de metros cúbicos em 1984. Desse modo, o país passou a ser menos dependente em relação ao petróleo estrangeiro, obtendo uma real economia de divisas (FURTADO, 1994).

Em relação às fontes de energia alternativa, o setor canvieiro permanecia como foco de incentivos estatais para aumentar a produção de álcool. Neste sentido, o Proálcool continuava a ser fomentado pelo o Estado e apresentava bons resultados na produção de álcool como combustível alternativo. Acerca desse programa no governo Figueiredo, Furtado afirma que:

No que se refere às soluções energéticas alternativas, o PROÁLCOOL ganhou maior dimensão e apresentou resultados expressivos. A produção procedente do plantio da cana-de-açúcar, apesar de ter provocado sensíveis transformações em regiões de outras culturas, permitiu que o álcool combustível (anidro e hidratado) elevasse sua participação no consumo interno de combustíveis líquidos de 1,2% em 1973 para 8,1% em 1983, enquanto a gasolina, no mesmo período, teve sua participação reduzida de

---

<sup>59</sup> Segundo Furtado (1994), a exploração de petróleo na bacia de Campos (RJ), com poços de 383 metros de linha de água, superou as profundidades de outros poços produtores no Mar do Norte, na costa norueguesa e no Golfo do México.

31,1% para 14,8%. O álcool tornou-se viável também como matéria-prima da indústria química, o que permitiu sua maior oferta no mercado interno e para a exportação (FURTADO, 1994).

Em relação à agricultura, o governo almejou aumentar a produção através do fornecimento de créditos e financiamentos que se mantiveram até 1983, ano em que o Estado iniciou sua gradual retirada desse setor, mantendo apenas os subsídios para as regiões menos desenvolvidas. Esse fato fez com que a tradicional monocultura açucareira, a cultura da laranja e café intensificassem sua produção, impulsionando a taxa de crescimento agrícola do país.

Analisando as fases do Proálcool, Carvalho<sup>60</sup> (2009) assevera que nesta conjuntura o programa alcançou seu período de aceleração, no qual a produção de álcool, tanto como combustível quanto como matéria-prima, atingiu significativo crescimento, respondendo às expectativas do governo.

Quanto às exportações, a inflação advinda do contexto de crise já refletia neste setor. Diante disso, o governo adotou a estratégia de promover exportações e restringir importações, almejando o ajuste de contas correntes do balanço de pagamento. Mas, apesar dessa mediação ter efeitos positivos no início de sua implantação, os reflexos da crise neste âmbito não tardaram a aparecer. A participação do Brasil nas exportações internacionais sempre foi muito significativa, sobretudo com produtos agrários, e graças aos incentivos estatais essa atingiu o percentual de 1,2 em 1973. Mas, em virtude da conjuntura de crise econômica, caiu para 0,7 em 1984, mostrando que as estratégias governamentais não contornariam os reflexos da crise nas relações econômicas do país.

De acordo com Furtado (1994), a indústria e o comércio tiveram um desempenho negativo no período de 1981/83, com reflexos depressivos sobre o produto real, cuja taxa de crescimento foi inferior à registrada em 1963. Esse fato denotava que a fase de prosperidade não poderia mais ser sustentada e que o “milagre econômico estava em crise”. O autor pontua que, a partir de 1981, ocorreu uma queda na oferta de 14,4% no setor industrial e que o aumento da taxa de desemprego ocasionou a diminuição dos investimentos em atividades produtivas. Esta diminuição provocou o aumento dos custos financeiros da produção e dos serviços e, em consequência, estimulou a especulação do mercado financeiro.

Diante desse cenário econômico, a economia brasileira teve que ser ajustada às condições postas pela crise internacional, o que restringiu seu mercado de exportações. O

---

<sup>60</sup> O autor identifica que houve uma expansão moderada em 1975/79, uma expansão acelerada no período de 1980/85 e o declínio que acarretou na crise em 1986/90.

governo, almejando contornar essa situação, adotou as orientações advindas do FMI que proporcionaram um melhor desempenho da agricultura e das exportações, mas que foram insuficientes para retornar ao progresso dos anos anteriores. Neste sentido, o final do governo Figueiredo foi marcado pela recessão da aceleração do crescimento, permeado por uma crise inflacionária que abrangia todos os setores econômicos.

No curso dos anos 1970, o Estado, em decorrência da crise do petróleo, intensificou os incentivos para a produção de álcool, o que alavancou a importância do setor canavieiro na economia do país. Nesta conjuntura, Alagoas se beneficiou dos auxílios para consolidar seu processo de modernização, mas com a redução da ação estatal, a partir da década de 1980, os progressos advindos da década precedente não puderam ser sustentados. Dessa maneira, o setor canavieiro entrou em crise, ocasionando sua desregulamentação. Partindo dos efeitos da crise sobre o setor canavieiro, o próximo item versa sobre o processo de reestruturação produtiva e seus reflexos sobre os cortadores de cana.

### **3.2 A desregulamentação da agroindústria canavieira e seus efeitos sobre os trabalhadores canavieiros**

Para entendermos a crise que ocasionou o processo de reestruturação produtiva na agroindústria canavieira é necessário identificá-la no movimento do modo de produção capitalista. Para isso, presumimos que as crises são inerentes do modo de produção capitalista, e, portanto, uma consequência insuperável desse sistema. Nas palavras de Netto e Braz (2011, p. 167, grifos dos autores), as crises capitalistas são “[...] expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é *constitutiva* do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise**”.

A crise econômica não é peculiar ao capitalismo. Na análise de Netto e Braz (2011), essas já existiam nas sociedades pré-capitalistas, porém com natureza distinta. Nestas sociedades, as crises advinham da destruição dos produtores diretos ou dos meios de produção, que resultavam como consequência a carência generalizada. Desse modo, há uma insuficiência na produção dos valores de uso, o que atribui a essas crises um *caráter de subprodução de valores de uso*. Enquanto que, nessas sociedades, era a diminuição da força de trabalho que ocasionava a redução da produção, na sociedade regida pelo capital é a redução da produção que ocasiona a diminuição da força de trabalho – desemprego –, neste sentido, no capitalismo, o caráter das crises é de *superprodução de valores de uso*.

Esse tipo de crise ocorre quando a produção não encontra escoamento, implicando na interrupção do movimento <sup>61</sup>capitalista. Contudo, no curso de uma crise é possível encontrar uma alternativa para revigorar a produção capitalista. A possibilidade da retomada do movimento capitalista é característica de uma crise cíclica, que nas palavras dos autores referenciados:

As crises expressando a contraditoriedade inerente ao MPC, são elas mesmas contraditórias: *de uma parte, trazem à luz as contradições do MPC; de outro, criam as condições para uma reanimação de um novo auge*, isto é, para um novo ciclo (ibidem, p.172, grifos dos autores).

Mas, a partir da década de 1970, emerge uma crise de natureza distinta das crises cíclicas. Trata-se de uma crise estrutural que afeta o sistema capitalista em nível global, abrangendo todos os seus aspectos, não apontando possibilidades para o revigoramento do capital em nível crescente. Mészáros (2002), analisando a crise estrutural do capital, expõe quatro aspectos principais que se constituem no *caráter universal*, a atual crise não se limita a uma esfera particular de produção; *no alcance global*, seus efeitos não se limitam a um conjunto particular de países, *sua escala de tempo* é extensa com caráter contínuo, ao contrário de limitada e cíclica; seus desdobramentos são *rastejantes*. O autor, acerca da atual crise estrutural, expressa ainda que:

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente de uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (MÉSZÁROS, 2002, p.797, grifos do autor).

Ao contrário de uma crise cíclica, a estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido. Assim, esta crise não está relacionada aos limites imediatos, mas aos limites<sup>62</sup> últimos do sistema. A crise estrutural, ao contrário de uma cíclica, não aponta

---

<sup>61</sup> Segundo Netto e Braz (2011), o movimento capitalista pode ser expresso na seguinte fórmula: **D – M - D'** na qual, **D** corresponde ao dinheiro investido pelo capitalista para produzir mercadorias, **M** corresponde as mercadorias produzidas graças ao investimento realizado e **D'** se refere a aquisição, por parte do capitalista, de uma soma de dinheiro maior que anteriormente investido.

<sup>62</sup> Ao se debruçar sobre o estudo da ativação dos limites absolutos do capital e suas formas de expressão na atualidade, Mészáros considera como principais características: o antagonismo estrutural entre capital transnacional em expansão e os Estados nacionais; a destruição e devastação do meio ambiente; a liberação das mulheres e o desemprego crônico (PIMENTEL, 2012, p.77).

alternativas para sua mediação, conduziu o capital para seu processo de reestruturação, ocasionando várias modificações no âmbito das relações capitalistas de produção, que repercutiram de forma<sup>63</sup> negativa sobre o trabalhador. O processo de reestruturação produtiva perpassa por todos os setores de produção capitalista. Neste sentido, a agroindústria canavieira não ficou isenta de sofrer seus efeitos.

Ao contrário de outros setores que sentiram os reflexos da reestruturação ainda no curso da década de 1970, na agroindústria canavieira esses só emergiram na metade da década de 1980. Neste sentido, a década de 1990 representou, para a agroindústria canavieira, o período de sua desregulamentação. Os problemas que culminaram neste processo vinham sendo gestados nas décadas precedentes de forma gradativa, contudo, a mediação do Estado amenizava seus efeitos. Mas com a eclosão da crise estrutural do capital e seus impactos em todas as esferas produtivas, as debilidades da agroindústria canavieira foram postas de modo intenso no curso desta década.

A desregulamentação do setor canavieiro, advinda do processo de reestruturação produtiva do capital, ocorreu mantendo ativas antigas práticas comerciais – tais como, fixação de cotas e o planejamento das safras – incorporando-as às novas estratégias, como a liberação do mercado nacional, almejando a eliminação dos estoques de mercado destinados ao escoamento da produção nordestina, a monopolização dos produtos regionais e a privatização das importações, que antes efetuadas pelo Estado passaram a ser realizadas pelas usinas ou por *trading*s (CARVALHO, 2009).

O controle da produção pelo Estado, segundo Carvalho, possibilitou que os principais centros produtores de açúcar ficassem em uma situação de igualdade na disputa dos mercados, tanto nacionais quanto internacionais. Todavia, essa medida repercutiu de modo negativo para o Nordeste. Esta região, em virtude de suas condições climáticas e de solo desfavoráveis, necessitava constantemente de tecnologias que as mediassem.

Com a diminuição dos subsídios do Estado na agroindústria canavieira, o Nordeste, que se valia de sua ação para obter as condições essenciais para a permanência no mercado competitivo, perdeu mercados para a região Sudeste, sobretudo, para o estado de São Paulo. Sem posse de grande capital para investir no beneficiamento do seu processo produtivo e com a produção superior do Sudeste, a desregulamentação do setor canavieiro traçou para o Nordeste uma conjuntura desfavorável.

---

<sup>63</sup> A respeito dos efeitos negativos do processo de reestruturação produtiva do capital, Antunes (2011) sinaliza que a crise emergente na década de 1970 fez com que o sistema adotasse o modelo de produção “enxuta”, o que permitiu uma acumulação flexível. Esse modelo se alicerça na intensificação da exploração da força de trabalho, no aumento do trabalho precarizado e o crescimento do desemprego estrutural.

Analisando os primeiros reflexos do processo de desregulamentação na referida região, Carvalho sinaliza o significativo crescimento da produção paulista.

Tabela 2 – Brasil: exportações de açúcar 1990/1998 em 1000 t

	1990/91	1992/93	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98
<b>Brasil</b>	1.405,8	2.610,9	4.048,6	5.132,7	5.521	<b>7.029</b>
<b>Norte/Nordeste</b>	1.197,6	1.500,5	1.762,4	1.643,6	1.574	<b>2.050</b>
<b>Alagoas</b>	648,2	759,1	869,5	770,6	773	<b>1.143</b>
<b>Pernambuco</b>	532,9	718,5	839,5	814,5	-	-
<b>Centro-Sul</b>	208,2	1.110,4	2.286,2	3.489,1	3.947	<b>4.979</b>
<b>São Paulo</b>	12,0	1.110,1	2.097,4	3.111,8	-	-

FONTE: SUDENE 1999/ COORPORATIVA DOS USINEIROS, 1999 apud CARVALHO, 2009.

A tabela mostra que, apesar das exportações nordestinas não terem sofrido uma queda brusca, seu crescimento não atingiu os mesmos níveis da região Centro-Sul e do estado de São Paulo. O processo de desregulamentação do setor canavieiro intensificou ainda mais a disparidade entre Sudeste e Nordeste, expressa com o desenvolvimento da industrialização. Durante o curso do século XX, o Sudeste tornou-se o centro das relações econômicas com o apogeu da cultura do café e, subsequente, com o desenvolvimento do parque industrial brasileiro.

Quanto ao Sudeste, além de possuir capital decorrente de sua economia para aprimorar sua produção canavieira, podemos pontuar, por exemplo, o financiamento de pesquisas, as condições favoráveis para o plantio de cana-de-açúcar, tais como solos férteis e planos, clima propício, maior produtividade industrial e agrícola e proximidade com o mercado consumidor nacional. Neste sentido, Carvalho sinaliza que o Nordeste, na conjuntura de 1990:

Movendo-se num novo ambiente institucional marcado pela desregulamentação estatal, com graves problemas de endividamento e competitividade, com uma média de rendimento industrial menor que a de São Paulo e com média de produtividade agrícola significativamente mais baixa que a do Centro-Sul, o setor sucroalcooleiro nordestino passou a enfrentar uma situação inédita (CARVALHO, 2009, p.50).

Diante deste contexto, os usineiros alagoanos recorreram ao governo e do Estado para mediar os efeitos de sua reestruturação. O meio encontrado para auxiliar os empresários do açúcar foi utilizar recursos públicos advindos do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. A articulação entre os usineiros e o governo ficou conhecida, segundo Lima (2014), como o “o acordo dos usineiros”. Segundo o autor:

[...] o Estado se reconheceu em débito com as usinas e comprometeu-se a uma restituição, por meio de compensações do ICMS, em 120 parcelas mensais (10 anos) e atualizados pelo maior índice de correção do período. A quantia objeto nesse acordo representava US\$ 65.000.000 (sessenta e cinco milhões de dólares) (LIMA, 2014, p. 131).

É possível identificar na análise do autor que, apesar do governo federal ter revisto as políticas que consolidaram o padrão de crescimento do setor canavieiro que protegem a região Nordeste da competitividade interna, o governo de Alagoas assumiu o ônus da desregulamentação, beneficiando com recursos públicos a adaptação das usinas a nova conjuntura. Contudo, os valores destinados ao âmbito canavieiro eram incompatíveis com as finanças de Alagoas, o que desencadeou uma crise financeira no estado. Analisando os efeitos do “acordo dos usineiros” sobre as finanças do estado, Lima afirma:

Como resultado, esse acordo afetou profundamente as finanças públicas estaduais transformando-se no elemento central da crise alagoana, e o principal fator de desorganização do Estado. A percepção desse fato, por volta de 1995/6, deu início a questionamentos e críticas bem como a movimentos de setores organizados pela revisão do “acordo dos usineiros”. Até mesmo as estruturas oficiais começaram a apresentar interpretações diferenciadas na avaliação do acordo (LIMA, 2014, p. 133).

Desse modo, pode-se dizer que o referido acordo, executado ao longo da primeira metade da década de 1990, foi o principal fator que desencadeou a crise <sup>64</sup> financeira em Alagoas, ocasionando uma instabilidade econômica, social e política. Acerca da crise financeira, Lima sinaliza que:

A crise financeira deu seus primeiros sinais em 1995, quando o Estado de Alagoas começou a apresentar uma situação de profundo desequilíbrio estrutural de suas finanças públicas. Esse quadro caracterizou-se por resultados primários fortemente deficitários, R\$ 214 milhões em 1995 e R\$220 milhões em 1996, despesas com pessoal comprometendo 105% e 106% da receita corrente líquida, nos dois anos respectivos, e atraso de até seis meses de pagamento da folha do funcionalismo público estadual, aspecto que agravava o quadro da crise e comoção social (LIMA, 2014, p.135).

Diante da situação de desequilíbrio e crise de Alagoas, aliada a constante inadimplência<sup>65</sup> do setor açucareiro, o governo alagoano não pôde arcar com o ônus da

---

<sup>64</sup> De acordo com as pesquisas realizadas por Lima (2014), a referida crise teve seu ápice numa grande manifestação popular que culminou no confronto armado entre policiais civis e militares em greve no centro da cidade de Maceió, em frente à Assembleia Legislativa.

<sup>65</sup> Além do desequilíbrio das finanças do Estado, ocasionado pela transferência de recursos públicos para o setor canavieiro, os usineiros passaram a não honrar com seus débitos. Carvalho afirma que, no ano de 1996, as usinas deviam a quantia de R\$ 40 milhões para a Companhia Energética de Alagoas – CEAL.

reorganização das políticas destinadas ao setor. Nas palavras de Carvalho (2009, p. 53), “[...] A partir de 1996, o Estado de Alagoas entra em bancarrota, fechando-se, assim, a segunda porta onde o setor sucroalcooleiro havia ido buscar protecionismo”.

Essa realidade não deixou alternativas ao setor açucareiro a não ser a reestruturação. Com a extinção do IAA, Planalsucar e desativação do Próalcool, ocorreu o fechamento de algumas usinas, e as que permaneceram ativas tiveram que se adequar à conjuntura de ampla concorrência, sem medidas governamentais que estendessem os privilégios dos anos anteriores. Neste sentido, as empresas açucareiras mais fortes economicamente puderam incorporar inovações tecnológicas e organizacionais em nível e ritmos distintos, gerando disparidades interempresariais na dinâmica alagoana.

Analisando esse processo de reestruturação, Carvalho (2009) afirma que seis usinas não conseguiram permanecer ativas diante das novas relações de competição – são elas: Alegria, Bititinga, São Simeão, Terra Nova, Ouricuri e Peixe – e que outras seis, apesar de conseguirem manter suas atividades, ficaram limitadas a uma produção de menos de um milhão de sacos/ano – Capricho, João de Deus, Laginha, Marituba, Santana e Taquara. Ainda segundo o autor, as que conseguiram de fato efetivar o processo e se adequar as exigências de competitividade do mercado foram: Cachoeira, Caeté, Camaragibe, Coruripe, Guaxuma, Leão, Porto Rico, Roçadinho, Santa Clotilde, Santo Antônio, Seresta, Serra Grande, Sinimbu, Sumaúma, Triunfo e Uruba. Nestas dezesseis unidades se concentrou a produção açucareira de Alagoas. Mesmo incorporando inovações no processo produtivo, o que possibilitou um melhor rendimento na produção canavieira, a produção Nordestina, representada por Alagoas e Pernambuco, não conseguiu alcançar o mesmo índice de crescimento da região Centro/Sul tendo por representante São Paulo.

Lima (2014) ressalta que a produção nordestina ficou centrada nos estados de Alagoas e Pernambuco, não surgindo outro estado produtor. No caso da região Centro/Sul, São Paulo aparece como estado referência, mas outros produtores surgiram, são eles Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás. Apesar desses estados não ameaçarem a hegemonia de São Paulo, mostram que a referida região, mesmo em contexto de reestruturação do setor canavieiro, apresenta um forte crescimento, aumentando assim sua participação na produção nacional.

No tocante à região Nordeste, Alagoas aparece como principal estado produtor, conforme a tabela abaixo.



Tabela 3 – Produção nordestina da agroindústria canavieira

PRODUTO	ALAGOAS		PERNAMBUCO	
	1990/91-92/93 (médias trienais)	1996/97-98/99 (médias trienais)	1990/91-92/93 (médias trienais)	1996/97-98/99 (médias trienais)
<b>Cana moída</b>	43,6	42,5	36,3	33,3
<b>Açúcar</b>	44,6	50,2	41,8	36,8
<b>Álcool Total</b>	42,9	36,7	28,1	27,2
<b>Anidro</b>	42,2	46,1	39,6	29,1
<b>Hidratado</b>	42,9	31,4	26,4	25,9

FONTE: Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool do Estado de Alagoas apud LIMA, 2014 p. 147.

É importante frisar que Alagoas só alcançou o ritmo de produção, expresso nos dados, em virtude da adequação da produção aos preceitos do mercado. E quando falamos em produção, estamos nos referindo àquelas dezesseis usinas que incrementaram seu processo produtivo com inovações tecnológicas que permitiram racionalizar a produção. As usinas e destilarias que conseguiram incorporar em seu processo produtivo as medidas de ajustes ao contexto de ampla concorrência tiveram uma tendência à concentração da produção, expressa na formação dos grupos agroindustriais. Neste sentido, Carvalho (2009, p. 58) ressalta que “neste processo de reestruturação, a centralização da produção de cana, álcool e açúcar fica evidenciada quando é somada à produção dos grandes grupos agroindustriais [...]”.

Acerca desses grupos empresariais, Carvalho (2009) e Lima (2014) expressam que estes concentram as seguintes unidades industriais:

- **Grupo Carlos Lyra** – Usinas e destilarias Cachoeira, Caetés e Marituba; Agro Industrial Volta Grande Ltda e Delta, ambas em Minas Gerais;
- **Grupo João Lyra** – Usinas e destilarias Guaxuma, Laginha e usina Uruba; Triálcool – Álcool do Triângulo S.A., em Minas Gerais;
- **Grupo Corrêa Maranhão** – Usina Camaragibe e usina e destilaria Santo Antônio;
- **Grupo Tércio Wanderley** – Usinas e destilaria Coruripe e destilaria autônoma Camaçari, Usina Iturama em Minas Gerais;
- **Grupo Toledo** – Usinas Capricho, destilaria autônoma Penedo e usinas e destilaria Sumaúma;
- **Grupo Olival Tenório** – Destilaria autônoma Porto Alegre e destilaria e usina Porto Rico;
- **Grupo Andrade Bezerra** – Usina e destilaria Serra Grande e usina Trapiche em Pernambuco.

Os referidos grupos concentram em si a produção, desde a matéria-prima até o produto final, investem em recursos para o melhoramento da lavoura, assim como incorporam maquinarias para aumentar a produtividade. O uso desses incrementos tecnológicos tende a melhorar a produtividade a baixos custos, o que deixa a empresa mais competitiva no mercado. Contudo, a incorporação dessas inovações reflete negativamente sobre os trabalhadores, pois muitos cortadores de cana são repelidos de seus postos de trabalho e os que permanecem tendem a ser mais explorados.

Essa lógica está condizente com o processo de reestruturação produtiva do grande capital, que nas palavras de Verçoza:

Foi assentada nessas condições, que a agroindústria canavieira de Alagoas pôde se reestruturar mais adiante, garantindo a sua competitividade. Mudanças tecnológicas e de gestão da força de trabalho na recente reestruturação foram realizadas com o mesmo objetivo da reestruturação produtiva em nível global: reduzir os postos de trabalho ao mesmo tempo que eleva a produtividade (VERÇOZA, 2011, p. 397).

Após a análise sobre o advento da reestruturação produtiva no setor canavieiro, o próximo item versa sobre seus efeitos sobre os cortadores de cana, ressaltando as condições de trabalho que esses trabalhadores são submetidos a partir da intensificação da maquinaria nos canaviais de Alagoas. Neste sentido, almejamos identificar as modificações no âmbito do trabalho canavieiro e as consequências sobre os trabalhadores da cana.

### **3.3 As condições de trabalho dos cortadores de cana a partir da intensificação da mecanização da colheita**

Para prosseguir a análise do objeto deste estudo, verificaremos as condições de trabalho às quais os cortadores de cana são submetidos, sendo relevante ressaltarmos a perspectiva sobre trabalho, na qual essa pesquisa se ancora. Comungamos com os estudos realizados por Karl Marx em *O capital*, nos quais o filósofo afirma que o trabalho é o processo em que o homem se defronta com a natureza<sup>66</sup>, a fim de transformá-la para responder uma determinada necessidade. Assim, o autor expressa que o trabalho se constitui:

[...] processo entre homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza.

---

<sup>66</sup> A natureza é composta por inorgânico (mundo mineral) e pelo ser orgânico (minerais e plantas) (LESSA, 2006).

Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1985a, p.149).

Neste sentido, o processo de trabalho é exclusivo do homem, distinguindo-o<sup>67</sup> de qualquer outro ser da natureza, proporcionando-o novos conhecimentos e habilidades. O homem, através do trabalho, incorpora em seu desenvolvimento peculiaridades completamente distintas e inéditas da escala biológica. Com isso, emerge na natureza um novo tipo de ser, dotado de uma complexidade nova e exponencialmente maior do que já existente no âmbito natural, o *ser social*<sup>68</sup>. Esse novo ser não se relaciona com seus semelhantes segundo determinações genéticas, mas sim por relações essencialmente sociais. Desse modo, Lessa expressa que:

[...] No mesmo compasso, salientamos que a sociedade não se identifica com a natureza e não pode ser explicada por ela. Ou seja: estamos argumentando que a sociedade constitui um tipo de ser específico, uma esfera ontológica peculiar, radicalmente distinta do ser natural, a que cabe a designação de ser social [...] (LESSA, 2011, p. 139).

O trabalho, além de distinguir o homem de qualquer ser orgânico, faz com que mediante sua execução o indivíduo se distancie das barreiras naturais<sup>69</sup>. Tal afastamento não significa que os indivíduos possam ultrapassá-las ou suprimi-las, porém que estas deixam de ser a exclusiva determinação que irá reger a realidade. Sobre essa afirmação, Braz e Netto expõem que:

[...] Constituindo-se a partir dela, o desenvolvimento do ser social faz com que ela perca, cada vez mais, a força de determinar o comportamento humano: o que é próprio do desenvolvimento do ser social consiste, sem eliminar a naturalidade do homem, em *reduzir* seu peso e a sua gravitação na

---

<sup>67</sup> O elemento fundamental, que irá diferenciar as atividades exercidas pelos animais e o trabalho do homem, está na capacidade deste ter projetado em sua mente o produto final antes mesmo de materializá-lo, ou seja, há uma antecipação na consciência do resultado provável que será alcançado. Esse determinado momento de antecipação na consciência do resultado provável, ou seja, planejamento que antecede e orienta a ação do homem sobre a natureza é chamado de prévia-ideação.

<sup>68</sup> Segundo Netto e Braz (2011), o ser social se constitui na síntese de realizar atividades teologicamente orientadas; objetivar-se material e ideologicamente; comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente; escolher entre alternativas concretas; universalizar-se; e socializar-se.

<sup>69</sup> Segundo Braz e Netto (2011), o desenvolvimento do homem, enquanto ser social, não supõe a *naturalidade* do homem, não a suprime, pois o homem terá sempre uma naturalidade que indica sua condição originária de ser da natureza.

vida humana – quanto mais o homem se *humaniza*, quanto mais se torna ser social, tanto menos o ser natural é determinante em sua vida (BRAZ e NETTO, 2011, p. 48, grifos dos autores).

O processo de trabalho perpassa por todas as relações entre os homens, à medida que é o meio da satisfação de suas necessidades. Neste sentido, o trabalho permite as condições materiais para o desenvolvimento do homem, sendo por isso, independente de qualquer organização social que esteja inserido, o homem sempre irá realizar o trabalho.

Entretanto, o processo de trabalho adquiriu novas configurações à medida que o homem alavancou o desenvolvimento das forças produtivas<sup>70</sup>. Com o surgimento das classes sociais,<sup>71</sup> o trabalho foi incorporado como uma relação de poder entre os indivíduos. Esse fato fez emergir o antagonismo entre as classes, no qual a riqueza social produzida pelos produtores diretos é privatizada e direcionada para atender os interesses da classe dominante. Essa relação de desigualdade é identificada nas mais distintas formas de organização social, escravista, feudal e capitalista, mas, por essa pesquisa discutir sobre a análise do desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas particularidades, buscaremos entender sua especificidade.

No modo de produção capitalista não há espaço para escravos<sup>72</sup> e servos, mas sim para homens livres, possuidores de sua força de trabalho para ofertar a quem estiver disposto a pagar. Essa liberdade se fundamenta no fato de que na sociedade burguesa os indivíduos não pertencem aos meios de produção. Ao contrário, há uma cisão entre os homens e tais meios, deixando-os desprovidos de qualquer meio que proporcione sua sobrevivência fora dos imperativos do capital. Analisando o processo de separação do homem de seus meios de produção, Marx argumenta que:

[...] A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1984b, p. 262).

---

<sup>70</sup> Engels (2012), na obra *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* afirma que o desenvolvimento dos ramos da produção - criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos - tornou a força de produção do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção.

<sup>71</sup> Segundo Lessa (2011, p.178), “as classes sociais se diferenciam e se determinam mutuamente pela respectiva inserção na estrutura produtiva”.

<sup>72</sup> Ao pontuarmos escravos e servos, estamos nos referindo às classes dominadas dos modos de produção precedentes ao capitalismo.

Assim, a acumulação primitiva do capitalismo se constitui um processo histórico de radical apartação entre trabalhadores e seus meios de produção. Esse processo foi extremamente necessário para o desenvolvimento desse modo de produção. Pois nos anteriores era inexecutável extrair lucros das relações estabelecidas. Fez-se imprescindível deixar o homem livre de qualquer meio que provesse sua subsistência, para que a única alternativa para manter-se vivo fosse aceitar as novas e árduas condições de trabalho impostas pelo capital.

Mas, como já foi elucidado no início desta pesquisa, as relações de trabalho regidas pelo capital não emergiram no Brasil da mesma forma que nos países de capitalismo clássico<sup>73</sup>. Estas relações, no referido país, se alicerçaram no trabalho escravo para alavancar a acumulação capitalista europeia. De acordo com Amaral:

[...] sabe-se que o Brasil é uma sociedade constituída para atender aos anseios do capitalismo europeu. Estruturou-se com base na grande propriedade rural de natureza escravocrata para responder ao projeto de expansão, riqueza e poder da monarquia absolutista europeia que saía da idade do feudo para entrar na era da modernidade capitalista. A escravidão legal foi o regime legal do Brasil durante os séculos (XV, XVII, XVIII, XIX), mesmo contrariando a argumentação dos apologistas da época que criticavam, menos pelo explícito caráter desumano, mais pelo seu alto custo (AMARAL, 2011, p.151/2).

A grande propriedade rural, referenciada pela autora, corresponde ao latifúndio canavieiro, no qual os escravos foram forçados a trabalhar nos canaviais em prol da acumulação capitalista europeia. Dessa natureza escravocrata emergiram as condições de trabalho que perpassam a cultura da cana-de-açúcar na contemporaneidade. Mesmo com o processo de abolição do trabalho escravo e a legitimação do trabalho livre, assalariado, podemos observar poucas mudanças nas relações de trabalho que regem o âmbito canavieiro no Brasil. O trabalhador canavieiro não está à mercê da violência aberta como os escravos, mas as condições ofertadas pelo capital continuam sendo insalubres à vida<sup>74</sup>. A sujeição<sup>75</sup> desses trabalhadores aos imperativos do capital se deve ao fato de que esses homens e mulheres deixam suas casas em busca de uma melhor condição de vida para mediar à situação

---

<sup>73</sup> Essas relações se alicerçam na separação dos trabalhadores dos meios de produção, na sua transformação em vendedores de força de trabalho e na subordinação de sua sobrevivência ao capital. Tais relações emergiram nos países de capitalismo clássico, dos quais tomamos como referência Inglaterra e França.

<sup>74</sup> Para maior compreensão sobre as condições de trabalho, as quais os cortadores de cana são submetidos, sugerimos o documentário *Tabuleiro de cana xadrez de cativo*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IgxAn4b32Q> Acesso em: 01/03/2015.

<sup>75</sup> Documentário sobre as condições de trabalho dos cortadores de cana sujeitos a condição de escravidão: <https://www.youtube.com/watch?v=Bm8VUWqm-B8>, Acesso em: 01/03/2015.

de pobreza presente em seu cotidiano. Desse modo, os cortadores ingressam na agroindústria canavieira para venderem sua força de trabalho em prol de sua sobrevivência.

A agroindústria canavieira é um setor produtivo que incorpora a integração técnica e econômica entre as atividades agrícolas e industriais, sob o controle do usineiro. Neste sentido, a usina de cana-de-açúcar é uma unidade constituída da junção destas atividades, na qual demanda tanto trabalhadores rurais, como é o caso dos cortadores de cana, quanto industriais, a exemplo dos operadores de máquinas e técnicos de manutenção (IAMAMOTO, 2012).

É nesse setor agroindustrial que os cortadores de cana se inserem para trabalhar sob condições de trabalho degradantes, que exigem o máximo de sua vitalidade. A pobreza, como assinalada, é o fator determinante que faz com que homens e mulheres ingressem no trabalho canavieiro, conforme afirma Iamamoto (2012, p.199, grifos da autora), “[...] *A pobreza é o móvel* determinante, mas é também resultante do trabalho, em suas dimensões materiais, *sociopolíticas e culturais*”.

A pobreza da classe trabalhadora faz parte do desenvolvimento contraditório do sistema capitalista. Nas palavras de Marx (1984b, p.210), “[...] A acumulação de riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”.

Os lucros das usinas advêm do volume de mais-valia extraído dos trabalhadores canavieiros que, por mais que aumentem sua produtividade, não conseguem obter uma qualidade de vida distinta da que vivenciam. Esses trabalhadores só dispõem dos meios necessários para manterem-se aptos para o processo produtivo, convivendo com a situação de pobreza. Neste sentido, na busca da satisfação de suas necessidades, esses trabalhadores estão à mercê do prolongamento da jornada de trabalho e de outras formas de exploração, pois segundo as palavras de uma trabalhadora canavieira (IAMAMTO, 2012, p. 219, grifos da autora), “[...] Para a gente vir para o campo e não ganhar o dia, filha, não compensa. *Mas que não é fácil, não é não! É difícil para nós. É difícil! Bom, a gente precisa trabalhar... Não é brincadeira!* Mas precisa, nós somos pobres<sup>76</sup>”.

As condições de trabalho no âmbito canavieiro são essencialmente degradantes, em virtude da forma que este deve ser realizado. Segundo Plancharel:

---

<sup>76</sup> Depoimento da senhora Antonia, colhido em uma pesquisa de campo realizada em uma usina na região de Piracicaba SP, expressa na obra: *Trabalho e individuo social*, Iamamoto (2012).

No universo do trabalho agrícola do complexo agroindustrial canavieiro, o contínuo e excessivo dispêndio de energia física no corte da cana sob um sol diuturnamente escaldante, ao longo de todo o período da safra (Setembro a Março, em Alagoas), o forte e nauseante cheiro da cana queimada e a ininterrupta inalação de poeira, resíduos agrotóxicos e fuligem das folhas queimadas, configuram os elementos externos que tornam aquele trabalho singularmente prejudicial à saúde dos canavieiros (PLANCHEREL, *et al*, 2011, p.66/7).

Todavia, essas condições se tornaram mais deploráveis no contexto de reestruturação produtiva, no qual o capital demandou a necessidade de racionalizar a produção e isso refletiu de modo negativo na força de trabalho canavieira. Uma das primeiras consequências que podemos pontuar é o prolongamento da jornada de trabalho.

Segundo Tavares e Lima (2009), a jornada<sup>77</sup> de trabalho do setor canavieiro é de oito horas diárias, até recentemente desrespeitadas pelas usinas. Somente com o aumento de denúncias de morte de cortadores de cana por exaustão, suscitou nas usinas o temor das penalidades, fazendo com que passassem a respeitar tal jornada. Contudo, as autoras sinalizam que a produtividade continua crescente. Esse fato indica que, no período de oito horas, as usinas conseguem extrair a mais-valia do trabalhador, igual, ou até mesmo superior, a uma jornada maior.

A intensificação da força de trabalho se constitui uma estratégia capitalista, na qual, ao cumprir a legislação trabalhista, não prejudica sua taxa de lucratividade. Ao alavancar o desenvolvimento das forças produtivas, o capital não necessita prolongar a jornada de trabalho para adquirir lucratividade. De acordo com Marx:

[...] torna-se compreensível que, num trabalho que não se caracteriza por paroxismos transitórios, mas por uma uniformidade regular, repetida a cada dia, tem que se alcançar um ponto nodal em que o prolongamento da jornada de trabalho e intensidade do trabalho excluem-se mutuamente, de modo que o prolongamento da jornada de trabalho só é compatível com um grau mais fraco de intensidade do trabalho e, vice-versa, um grau mais elevado de intensidade com a redução da jornada de trabalho (MARX, 1984b, p.33).

Mesmo conseguindo manter crescentes as taxas de lucro, o desejo incessante de acumulação de capital faz com que as usinas incentivem os cortadores de cana a desrespeitar a legislação que os protegem em busca de um maior salário. Segundo Silva (1999), a forma preponderante de salário na cultura canavieira é o trabalho por peça, pois “[...] Trata-se de

---

<sup>77</sup> Segundo as autoras, a jornada de trabalho de oito horas foi uma conquista da greve dos cortadores de 1984, realizada na região de Guariba em São Paulo.

uma forma de salário mais vantajosa ao capitalista uma vez que a intensidade do trabalho não depende dos investimentos em capital constante, mas do próprio trabalhador” (ibidem, p.86).

Mas, cabe ressaltar que essa forma de salário não é recente, Marx (1984b), em seus estudos, já o identificou como forma de extrair mais-valia do trabalhador. Segundo o autor:

O salário por peça aparece, à primeira vista, como se o valor de uso vendido pelo trabalhador não fosse função de sua força de trabalho, trabalho vivo, mas trabalho já objetivado no produto, como se o preço não fosse determinado, como o salário por tempo [...] (ibidem, p.139).

A consequência da intensidade da atividade do corte de cana, em busca de um maior salário, vai desde o envelhecimento precoce, doenças advindas do trabalho, como é o caso das câibras e dores nas articulações, até o caso mais extremo, levando o trabalhador a morte. Vejamos:

Após analisar as condições de trabalho do cortador de cana-de-açúcar Juraci Barbosa, de 39 anos, morto no dia 29 de junho de 2006, o Ministério Público do Trabalho concluiu que, antes de morrer, Juraci havia trabalhado 70 dias sem folga, entre 15 de abril e 26 de junho. Além disso, nos dias que antecederam sua morte, ele cortou um volume de cana bem superior à média diária de 10 toneladas. O médico João Amâncio Batista, que avaliou todos os documentos apresentados pela usina [...], empregadora de Juraci, disse à Folha de São Paulo que um fato chamou a sua atenção: “no dia 28 de junho, um dia antes de sua morte, ele cortou 17,4 toneladas de cana”. Mas este não foi o único dia que Juraci foi exposto a uma elevadíssima intensidade do trabalho. O médico comentou que “no dia 21 de abril ele chegou a cortar 24,6 toneladas<sup>78</sup>!” (Disponível em: <http://www.wsws.org/pt/2007/may2007/por1-m30.shtml>).

Os dados revelam que, apesar da legislação<sup>79</sup> em vigor que proporciona ao trabalhador folga semanal e descanso diário durante o corte de cana, ainda ocorrem mortes em virtude de excesso de trabalho. Isso ocorre porque o trabalhador, ao ser induzido pelo pagamento por produtividade, ou seja, quanto mais cortar cana maior será sua remuneração, almeja potencializar seu trabalho em busca de melhores condições de vida. Neste sentido, Iamamoto afirma que:

---

<sup>78</sup> Brasil: Ministério Público confirma, cortador de cana morre em São Paulo por ter trabalhado 70 dias sem folga, data: 30 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.wsws.org/pt/2007/may2007/por1-m30.shtml>. Acesso em: 04/03/2015.

<sup>79</sup> Em relação às legislações, podemos citar o Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento do Trabalho na Agricultura e o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar (2009).



Uma vez estabelecida esta forma de pagamento, torna-se interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, como a única possibilidade de ampliar seus rendimentos. Facilita ao patronato elevar o grau normal de intensidade do trabalho, fazendo com que as diferenças individuais de habilidade, energia, força, velocidade, persistência, sejam um fator importante da definição do montante final do salário percebido. Do mesmo modo, o trabalhador adere ao prolongamento da jornada de trabalho, como meio de elevar seu salário diário ou mensal (IAMAMOTO, 2012, p.231).

As denúncias de mortes por exaustão acarretaram mobilização social para melhorar as condições de trabalho neste setor agroindustrial, materializadas em algumas medidas adotadas pelo governo brasileiro em cooperação com o público/privado. Entre estas medidas, podemos destacar o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar<sup>80</sup> (2009). Este Compromisso possui por objeto:

O Compromisso Nacional tem como objeto a cooperação entre os entes privados e públicos neste ato representados para viabilizar conjunto de ações destinadas a aperfeiçoar as condições de trabalho no cultivo manual da cana-de-açúcar, valorizando e disseminando práticas empresariais exemplares (COMPROMISSO NACIONAL PARA APERFEIÇOAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CANA-DE-AÇÚCAR, disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2009/08/compromisso-nacional-para-aperfeicoar-as-condicoes-de-trabalho-na-cana-de-acucar/>).

Considerando a importância da agroindústria canavieira para as relações econômicas do país, os impactos da mecanização da colheita sobre os trabalhadores canavieiros, as legislações trabalhistas e previdenciárias, assim como as Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), esse compromisso foi criado almejando conceder respostas à sociedade sobre as precárias condições de trabalho às quais os cortadores de cana são submetidos.

Neste sentido, os direitos concedidos pela mobilização dos trabalhadores canavieiros, na década de 1980, foram reafirmados no corpo deste Compromisso, dos quais podemos destacar: o contrato de trabalho com carteira assinada, segundo os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); o fornecimento de alojamentos higiênicos para trabalhadores migrantes; a garantia de transporte digno e seguro sem desconto no salário do trabalhador; a disponibilização gratuita pelas usinas de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aos trabalhadores (idem).

---

<sup>80</sup> O referido Compromisso encontra-se disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2009/08/compromisso-nacional-para-aperfeicoar-as-condicoes-de-trabalho-na-cana-de-acucar/>.

Apesar de esses direitos serem essenciais para a execução do trabalho no corte de cana, os usineiros, ainda assim, os descumpriam ou transferiam para os trabalhadores seus custos. Yamamoto (2012) identificou no relato de um dos administradores de uma usina paulista que o não fornecimento obrigatório do EPI se devia ao fato de que simplesmente os cortadores de cana negavam-se a utilizá-lo. Nas palavras da autora:

*É interessante observar que o discurso dos técnicos e administradores tende transferir para o trabalhador a responsabilidade pela recusa do uso de equipamentos de segurança: culpa-os, como se fossem responsáveis pelas condições adversas de trabalho. Utilizam como subterfúgio a desqualificação do trabalhador, seu desconhecimento da necessidade e importância de uso de equipamentos, para encobrir a inobservância das prescrições legais relativas ao fornecimento gratuito dos equipamentos de proteção e dos meios de trabalho, por parte das usinas e agropecuárias (IAMAMOTO, 2012, p. 223, grifos da autora).*

A análise da autora mostra que mesmo a legislação em vigor sendo reafirmada tanto pelo governo quanto pelos empresários, as usinas encontram os meios para suprimi-la no âmbito canavieiro. Desse modo, a referida legislação não impede o capital de extrair ao máximo a mais-valia do cortador de cana. As consequências para o trabalhador, como já assinalado, vão desde o seu adoecimento até a sua morte prematura.

O adoecimento dos cortadores de cana é algo comum no cotidiano canavieiro, em virtude da alta exploração a qual esses trabalhadores são submetidos. Segundo Verçoza (2011), o mal estar e as câibras são as doenças mais comuns no âmbito canavieiro, sendo que a última pode levar o trabalhador à morte. Cientes que a intensidade do trabalho exigida aos trabalhadores acarreta agravos para sua saúde, os usineiros se valem de estratégias para mediá-los, almejando que o adoecimento dos cortadores de cana não afete a produtividade. Neste sentido, Lourenço expressa que:

*As usinas têm se utilizado, ainda, de várias estratégias para ocultar os possíveis rebatimentos desse processo de trabalho na vida e saúde dos trabalhadores. O fornecimento de soro – hidratação oral – e o alongamento antes do início da jornada (ginástica laboral) apenas para os cortadores de cana têm uma dupla funcionalidade: evitar a câibra ou o saque imediato da vida e manter a alta produtividade (LOURENÇO, 2013, p.187).*

No tocante às condições de trabalho em Alagoas, essas não se diferenciam das já sinalizadas. No referido estado, os cortadores de cana são submetidos a uma intensa exploração que traz agravos a sua saúde, sendo a câibra sua expressão mais comum. Segundo Plancherel *et. al.*:

As contrações espasmódicas e dolorosas dos músculos, seja de suas partes (das mãos, sobretudo), seja do corpo inteiro (muitas vezes, literalmente, destruindo vidas), tornaram-se identificadas entre os cortadores de cana alagoanos como sendo acometidos pelo “canguru”. Efetiva e rotineiramente, a câibra tornou-se reconhecida, entre os próprios canavieiros, como uma doença ocupacional característica desta atividade laboral, resultante do desmedido esforço físico despendido durante o trabalho, de uma parte, imposta pela (ir) racionalidade do capital agroindustrial e, de outra, realizado como o único meio de o trabalhador elevar sua produtividade diária do corte da cana-de-açúcar e, em consequência, a sua própria remuneração (PLANCHEREL, et. al., 2011, p. 60).

As condições de trabalho, alicerçadas na demasiada exploração da força de trabalho, são intensificadas no contexto de reestruturação produtiva da agroindústria canavieira. Sobre esse processo, Souza (2011, p.92) elucida que: “A crise de acumulação capitalista, nos anos 1970, impõe a reestruturação do capital e da atividade produtiva. Inspirado no modelo japonês, no processo de acumulação flexível, o domínio do capital sobre o trabalho adquire contornos diferenciados.” Neste sentido, a agroindústria canavieira, como qualquer outro setor produtivo do capital, foi condicionada a responder as necessidades postas pelo sistema, racionalizando sua produção e extraindo o máximo de mais-valia do trabalhador canavieiro.

Esse processo implicou na redução dos postos de trabalho, assim como na intensificação da jornada de trabalho. Analisando os impactos da reestruturação produtiva no âmbito do trabalho, Antunes assevera que:

A necessidade de elevação da produtividade dos capitais em nosso país deu-se, desde fundamentalmente o início dos anos 1990, através da reorganização sócio-técnica da produção, da redução do número de trabalhadores, da intensificação da jornada de trabalho dos empregados, do surgimento dos CCQ’s (Círculos de Controle de Qualidade) e dos sistemas de produção *just-in-time* e *kamban*, dentre outros elementos da lógica simbólica do toyotismo flexibilizado (ANTUNES, 2011, p.105, grifos do autor).

Na agroindústria canavieira, o sistema de racionalização da produção regido pela flexibilização refletiu negativamente no trabalho canavieiro. A exploração da força de trabalho no interior dos canaviais é intensa desde a implantação da cultura da cana-de-açúcar no Brasil, mas sob o contexto do capital em crise, a extração de mais-valia adquiriu contornos que intensificaram ainda mais a degradação das condições de trabalho às quais os cortadores de cana são sujeitos.

Os meios utilizados pelos usineiros para exacerbar a subordinação dos trabalhadores canavieiros aos imperativos do capital são variados, indo desde a imposição da forma como a cana-de-açúcar deve ser cortada<sup>81</sup> até a intensificação da maquinaria na produção. De acordo com Marx (1984b), a máquina é meio de produção de mais-valia, pois permite aumentar extraordinariamente a produtividade do trabalho.

Com 385.3 hectares de terras destinadas a cultura canavieira, ocupando o sétimo lugar dos estados produtores de açúcar e álcool no Brasil (CONAB<sup>82</sup>, 2014), Alagoas embasa sua produção canavieira em condições de trabalho permeadas pela intensa exploração dos cortadores de cana. A agroindústria canavieira alagoana comporta, atualmente, 20 usinas e destilarias segundo o Sindaçúcar<sup>83</sup> (2015) e estas requisitam cerca de 60 mil<sup>84</sup> trabalhadores<sup>85</sup>.

A agroindústria canavieira alagoana, assim como os demais setores produtivos do capital, para permanecer no mercado competitivo no contexto de crise teve que se reestruturar. O processo de reestruturação produtiva não interferiu somente no âmbito da produção, mas trouxe transformações nas relações de trabalho. Vimos que essas relações neste setor agroindustrial são complexas, regidas por uma intensa exploração da força de trabalho em prol da acumulação capitalista, mas na contemporaneidade elas se tornaram mais acirradas.

A princípio, cabe ressaltar as perdas que os cortadores de cana tiveram com o advento da reestruturação produtiva. Heredia (1988) afirma que, no período que emergiram as primeiras usinas em Alagoas, houve grande disputa das estruturas agroindustriais modernas e os engenhos de açúcar. Tal conflito possuía como cerne a apropriação das terras dos engenhos pelas usinas. Diante disso, os engenhos estabeleceram o sistema de morada como meio de ocupar as terras e impedir a invasão da propriedade. Neste sistema, a autora expressa que:

O trabalhador que se tornava *morador* recebia uma *casa* dentro da propriedade. Essa *casa* incluía um “fundo de casa”, lugar onde o trabalhador tinha a possibilidade de desenvolver cultivos ou, em outros termos, seu *roçado*. Como contrapartida, o *morador* dava trabalho ao proprietário. Esse trabalho seria desenvolvido durante o tempo que fosse requerido e nas condições que lhe fossem determinadas – esta era a *condição* (HEREDIA, 1988, p. 117, grifos da autora).

<sup>81</sup> O corte deve ser rente ao solo para maior aproveitamento da sacarose da cana (IAMAMOTO, 2012).

<sup>82</sup> Fonte: [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14\\_12\\_19\\_09\\_02\\_49\\_boletim\\_cana\\_portugues\\_-\\_3o\\_lev\\_-\\_2014-15.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_12_19_09_02_49_boletim_cana_portugues_-_3o_lev_-_2014-15.pdf) Acesso em: 13/12/2014.

<sup>83</sup> Fonte: <http://www.sindacucar-al.com.br/relacao-das-usinas/>. Acesso em: 12/12/2014.

<sup>84</sup> Fonte: Gestão Familiar, Globo Rural Al. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT208562-18283,00.html>. Acesso em: 05/02/2015

<sup>85</sup> Esse universo comporta tantos os trabalhadores rurais quanto industriais (IAMAMOTO, 2012).

É possível observar que as relações de trabalho embasadas neste sistema, apesar de não eliminar a exploração, a qual o trabalhador era submetido pela *condição* imposta pelo proprietário, assegurava-o de moradia e meios de subsistência, como é o caso do *roçado*. Este sistema não ficou circunscrito aos engenhos, o mesmo se expandiram as usinas caracterizando as relações de trabalho no âmbito canavieiro.

Mas com a necessidade de expansão da área cultivada, na qual os canaviais passaram a ocupar os tabuleiros, esse sistema foi perdendo força. Aos poucos os trabalhadores foram expulsos das moradias dentro da propriedade, transferindo-se para as cidades próximas as usinas (ibidem). Esse processo teve início na década de 1950 e foi intensificado no curso dos anos 1980, em virtude do processo de reestruturação produtiva. Atualmente, apenas poucos administradores residem nas terras pertencentes às usinas e mesmo assim são incentivados cotidianamente a abandonar as casas, em virtude das péssimas condições em que se encontram<sup>86</sup>. Desse modo, podemos observar os primeiros efeitos do processo de reestruturação produtiva nas relações de trabalho no âmbito canavieiro alagoano. Porém, seus reflexos não se circunscrevem no sistema de moradia, atingem diretamente o trabalho canavieiro.

Com a necessidade de racionalizar ao máximo a produção a baixos custos, a agroindústria canavieira incorporou diversas estratégias no seu processo produtivo para alcançar esse objetivo, e estas incidem nas relações de trabalho nos canaviais. Tais estratégias variavam desde a adoção de novas variedades de cana, com maturação precoce em relação às utilizadas, a mecanização agrícola, conjugadas com a organização do trabalho. Relembramos que o advento da maquinaria no setor da agroindústria canavieira não é algo tão recente, pois se fez necessário devido às próprias etapas da produção da cana que compreendem a preparação do solo, o plantio, tratamentos culturais e a colheita (IAMAMOTO, 2011).

No tocante à mecanização da colheita, Silva (1999) ressalta que, em meados da década de 1980, a colheita era essencialmente manual, sendo a fase em que as regiões produtoras de açúcar e álcool mais requisitavam trabalhadores para o corte de cana. Vale ressaltar que nesta conjuntura, os cortadores de cana adentravam no âmbito canavieiro sem direito as condições mais básicas de trabalho (equipamentos de segurança e transporte, por exemplo). Essa situação, conjugada com a exploração a qual os trabalhadores canavieiros eram submetidos, resultou em sua mobilização por melhores condições de trabalho, e, por

---

<sup>86</sup> Dados oriundos da pesquisa de campo realizada pelo grupo de pesquisa TRASSO (2012).

consequente de vida, que se expressou nas greves de Guariba. A partir das greves<sup>87</sup> (1984 e 1985), e de sua repercussão no âmbito social, os cortadores de cana conseguiram a concessão de alguns direitos que os proporcionavam o mínimo para executar o corte da cana-de-açúcar.

Diante dos custos que a efetivação dos direitos acarretou no âmbito canavieiro, os usineiros começaram a intensificar<sup>88</sup> o uso de colheitadeiras na colheita da cana, substituindo o trabalhador pela máquina. Esse processo de substituição mostrava-se rentável, já que o uso da maquinaria<sup>89</sup> gerava custos menores do que a contratação dos cortadores de cana, e servia de meio para intensificar a exploração do trabalhador individual. A respeito da intensificação da exploração do trabalhador por meio do uso da máquina, Marx afirma que:

Se a maquinaria é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se torna, como portadora do capital, inicialmente nas indústrias de que se apodera de imediato, o mais poderoso meio de prolongar a jornada de trabalho para além do limite natural (MARX, 1984b, p.28).

Mas, a intensificação da maquinaria no processo produtivo canavieiro não ocorreu de modo rápido, pois era necessário estabelecer condições essenciais para o seu desenvolvimento. Entre essas condições, podemos pontuar o solo, que, além de plano, Silva sinaliza que:

[...] Há necessidades de nivelamento dos terrenos dos talhões, para facilitar manobras das máquinas, retirando falhas, tais como tocos, árvores, buracos. É necessário também maior espaçamento entre as fileiras para que as máquinas trafeguem entre as linhas da cana e não danifiquem as soqueiras (SILVA, 1999, p.307).

Diante dessas condições, o processo da mecanização canavieira levou algum tempo para se tornar significativo no processo produtivo. Mas, a partir de 1975, esse fato mudou, em virtude dos avanços do processo de modernização da agroindústria canavieira que:

---

<sup>87</sup> Silva (1997) discute na obra *De bóias-frias a empregados rurais* sobre os motivos que desencadearam essas greves, assim como os ganhos para os cortadores de cana que passaram a ter seus direitos trabalhistas reconhecidos pelo Estado.

<sup>88</sup> Segundo Silva (1999), o advento da maquinaria nos canaviais ocorre durante a década de 1960, na qual os incentivos estatais disponibilizaram subsídios para a modernização do setor canavieiro, proporcionando as condições para a obtenção de máquinas, porém, com número reduzido, não comprometendo os postos de trabalho dos cortadores de cana. Neste período, a autora sinaliza que, segundo informações da Coopersucar, as máquinas já apresentavam um rendimento superior a 7,2% em relação ao corte manual.

<sup>89</sup> Segundo Marx (1984b), o capítulo XIII de *O Capital* expressa que a máquina, assim como qualquer outro integrante constante, não cria valor, mas transfere seu próprio valor ao produto, para cuja feitura ela serve. Neste sentido, afirma que “[...] Ela nunca agrega mais valor do que em média perde por seu desgaste”(ibidem, p.18).

[...] com o Proálcool e o crescimento da lavoura canavieira, que se inicia a produção de máquinas revolucionárias do processo técnico. Empresas como a *Denini*, baseando-se nos modelos australianos, produziram máquinas que cortam cana em pé ou cana acamada (deitada), crua ou queimada e, ainda, picam e depositam diretamente nos caminhões, substituindo as carregadeiras, ou os guinchos mecânicos (SILVA, 1999, p. 307, grifos da autora).

A autora ressalta que a inserção dessas máquinas no processo produtivo alavancou a produção de 20 toneladas/hora em 1976 para 41 toneladas em 1980 e 60 toneladas em 1987. Os dados revelam que a colheita mecanizada trouxe uma maior lucratividade em relação ao corte manual e foi condizente com a necessidade de racionalização, posta pela reestruturação produtiva. É interessante pontuar que, no contexto em que ocorre a intensificação da maquinaria nos canaviais, inicia o processo de maior exploração da força de trabalho dos cortadores de cana. Sobre esse fato, Silva (2006, p.4) elucida que “na década de 1980 a média (produtividade) exigida era de 5 a 8 toneladas de cana cortada/dia; na década de 1980 passa de 8 para 9; de 2000 para 10 e em 2004 para 12 a 15 toneladas.

Analisando a realidade do Sudeste, tomando como referência o estado de São Paulo, Silva (1999) sinaliza que a região de Ribeirão Preto foi uma das primeiras a intensificar o uso da maquinaria nos canaviais. No ano de 1995, havia 91 colheitadeiras de cana crua em atividade e a perspectiva é que, no prazo de 10 anos, 100% da colheita seja mecanizada.

Atualmente, a região de Ribeirão Preto possui cerca de 200 colheitadeiras introduzidas no processo produtivo, o que resulta aproximadamente 200 milhões de toneladas de cana cortadas mecanicamente. Somente no estado de São Paulo, as colheitadeiras substituem cerca de 30 mil trabalhadores (ibidem).

Esses trabalhadores, cortadores de cana, geralmente advêm de uma família que conhece apenas o corte de cana como meio de prover suas necessidades, e que diante da supressão dos postos de trabalho ficam sem alternativas de trabalho. Em relação a essa problemática, tanto os empresários quanto o poder público se mostram indiferentes a essa realidade. Em uma entrevista feita pelo Globo Rural<sup>90</sup> a um usineiro paulista, questionando-o sobre uma alternativa viável aos cortadores de cana desempregados, sua solução foi apontar o crescimento da construção civil no país e que esses poderiam se inserir neste âmbito como serventes de pedreiro. Já o Ministério Público (MP),<sup>91</sup> afirmou que a responsabilidade de inseri-los no mercado de trabalho é dos empresários. Diante desses posicionamentos,

---

<sup>90</sup> Globo Rural: Mecanização da cana: modernização gera desemprego. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Wfw7dTUIQkk>, Acesso em 12/12/2014.

<sup>91</sup> Idem.

podemos identificar que o trabalhador expulso dos canaviais pelo advento da modernização, em especial pelo uso das máquinas, não se insere no mercado de trabalho exercendo uma atividade distinta do corte de cana, não por falta de oportunidades, argumento do usineiro, mas por falta de meios para inseri-los, posicionamento do MP. Assim, a lógica do capital de repelir trabalhadores do processo produtivo, a fim de intensificar a exploração dos indivíduos ativos, não é elucidada, bem como as mediações de responder as necessidades dos cortadores de cana desempregados.

Esses trabalhadores vivenciam situações de privação, advindas do contexto de desemprego. Muitos deixam as regiões tradicionalmente canavieiras para tentar outra forma de trabalho em outras cidades. A cidade de Ribeirão Preto/SP, por exemplo, não está admitindo trabalhadores de outras regiões, pois os postos de trabalho ofertados não suprem sua própria demanda, descartando muitos dos trabalhadores que passaram a vida trabalhando em seus canaviais.

Segundo o presidente <sup>92</sup> do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, o uso da maquinaria desempregou mais de um terço dos trabalhadores rurais da cidade. O presidente do sindicato afirma ainda que, ao buscar empregos em outras culturas, como laranja e café, o trabalhador canavieiro está sujeito a condições de trabalho piores do que no corte de cana, ganhando uma remuneração inferior. Essa sujeição o afasta dos direitos advindos por meio de lutas pelos canavieiros. O ano 1984 é um marco na história da luta dos canavieiros, pois esses trabalhadores se organizaram politicamente para reivindicar por melhores salários e condições de trabalho. O resultado disso foi a concessão do capital de direitos para os cortadores de cana, tais como carteira assinada, descanso semanal remunerado, pagamento referente aos dias não trabalhados em virtude de chuvas, férias, décimo terceiro salário, fundo de garantia, equipamentos de segurança, ambulância e banheiros dentro dos canaviais, o fornecimento pela usina de marmitas térmicas, entre outros.

Em relação à mecanização da colheita em Alagoas, o estado, apesar de dar curso ao processo de mecanização, ainda não se equipara à região Sudeste<sup>93</sup>. Isso se deve ao fato de que, além dos altos custos para mecanizar 100% a colheita, a topografia do solo não é

---

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> Analisando a realidade do Sudeste, tomando como referência o estado de São Paulo, Silva (1999) sinaliza que a região de Ribeirão Preto foi uma das primeiras a intensificar o uso da maquinaria nos canaviais. No ano de 1995, havia 91 colheitadeiras de cana crua em atividade e a perspectiva é que no prazo de 10 anos 100% da colheita seja mecanizada.



apropriada<sup>94</sup> para as máquinas. Há regiões com variadas inclinações que impedem o curso das colheitadeiras. Neste sentido, Silva afirma que:

Vale lembrar ainda que alguns problemas técnicos necessários a mecanização completa da colheita ainda devem ser equacionados. Em primeiro lugar, a necessidade de nivelamento do terreno, pois a colheitadeira não pode trabalhar em terrenos muito acidentados. Depois o espaçamento, que não pode apresentar variações. Ademais, os sulcos têm que ser mais rasos e a cana deve crescer ereta. Além disso, o terreno deve ser totalmente limpo, sem árvores, buracos, pedras, etc. São, enfim, condições técnicas rígidas que devem ser previamente preenchidas para viabilizar a mecanização total da colheita e que estão ao alcance apenas de uma minoria de grandes produtores (SILVA, 1997, p.56).

Desse modo, mesmo as usinas alagoanas investindo no processo de mecanização, lembramos que a mecanização da colheita requer altos custos<sup>95</sup>, e que a força de trabalho do homem é indispensável em seu processo produtivo. A intensificação do processo de mecanização da cultura da cana resulta numa maior exploração dos cortadores de cana, já que as máquinas são uma constante ameaça aos seus postos de trabalho.

Para exemplificar em dados a relação das máquinas com o desemprego dos cortadores de cana, vejamos o caso da usina Sinimbu. A usina Sinimbu conta com 50% de sua colheita mecanizada, com 12 colheitadeiras exercendo suas atividades nos canaviais. Cada máquina substitui a produção de 100 cortadores de cana, sua produção chega aproximadamente a 35 toneladas/horas, enquanto um trabalhador produz de 6 a 8 toneladas/dia. Mas, além da substituição do trabalhador no corte de cana pelas colheitadeiras, essa não é a única máquina a permutar a força de trabalho no setor canavieiro. A referida usina adquiriu recentemente uma máquina de pulverização de herbicida, substituindo 150 trabalhadores<sup>96</sup>.

A Usina Caeté, assim como a Sinimbu, também passou a se valer do incremento da mecanização da colheita para alavancar a sua produtividade. Com 8 colheitadeiras em atividade no ano de 2011, esta usina pretende aumentar sua produção para 700 mil toneladas

---

<sup>94</sup> Lima (2014) ressalta que as áreas propícias para a mecanização da colheita são as dos tabuleiros, ocupados no curso da década de 1950.

<sup>95</sup> De acordo com a Inteligência em Gestão Logística ( INTELOG), o valor de uma colheitadeira de cana-de-açúcar custa 1,1 milhões. Informação disponível em: [http://www.intelog.net/site/default.asp?TroncoID=907492&SecaoID=508074&SubsecaoID=609211&Template=../artigosnoticias/user\\_exibir.asp&ID=543510&Titulo=Colhedora%20de%20cana-de-a%E7%FAcar%20custa%20R%24%201%2C1%20mi%20](http://www.intelog.net/site/default.asp?TroncoID=907492&SecaoID=508074&SubsecaoID=609211&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=543510&Titulo=Colhedora%20de%20cana-de-a%E7%FAcar%20custa%20R%24%201%2C1%20mi%20) Acesso em 10/03/2015.

<sup>96</sup> Dados do Grupo de Pesquisa Trabalho e Serviço Social (TRASSO), coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Virginia Borges Amaral, referente à pesquisa de campo realizada à usina Sinimbu em dezembro de 2014.

de cana, quase 20% em relação a safra anterior. Mesmo com essa perspectiva, a usina não se desfez da contratação dos cortadores de cana que recebem em média de R\$ 04, 35 por quatro toneladas cortadas e R\$ 04, 60 caso ultrapassem essa meta<sup>97</sup>.

A usina Coruripe reiniciou o seu processo de mecanização em 2012, executado gradativamente, almejando atingir 25% da área cultivada. Isso porque, ao introduzir 13 colheitadeiras em seus canaviais em meados da década de 1980, o desemprego gerado na região foi tão intenso que fez com que o Grupo Vitor Wanderley recontratasse os cortadores de cana aliados da produção e adiasse a mecanização da usina. Diante disso, o maior desafio posto a essa usina, atualmente, é preparar seus 4,7 mil funcionários da área agrícola para atuarem em outros segmentos, mediando assim os impactos sociais gerados pela mecanização da cana<sup>98</sup>.

Todavia, o reingresso desses trabalhadores em outras atividades se torna uma tarefa complexa e de difícil execução. Isso porque, como exposto no curso deste item, uma única máquina alija um número considerável de trabalhadores do processo produtivo, e pela própria estrutura organizacional da agroindústria canavieira, o âmbito industrial requisita um número menor de trabalhadores em relação a sua área agrícola, canaviais, e para os cortadores de cana serem inseridos em outra função lhes é requisitada qualificação.

Porém, os cortadores de cana, devido as condições de trabalho e de vida que os submetem ao contexto de pobreza, geralmente não são qualificados para exercer outra atividade distinta do corte de cana. Em relação à escolaridade dos trabalhadores, Bertoldo (2011) realizou uma pesquisa de campo em uma usina de Alagoas com 66 trabalhadores de 15 a 60 anos. As entrevistas revelaram que 46 alegaram ter o ensino médio incompleto, 05 não sabiam escrever o próprio nome, e os demais informaram que sabiam escrever o nome, entretanto não conseguiam ler texto.

Os dados oriundos desta pesquisa, apesar de se constituírem apenas uma pequena amostra do universo dos 60 mil trabalhadores rurais que exercem o corte de cana em Alagoas, revelam a dificuldade da reinserção desses trabalhadores em um mercado de trabalho que exige do trabalhador maior qualificação para sua inserção. Neste sentido, a autora afirma que:

---

<sup>97</sup> Fonte: Safra de cana-de-açúcar supera expectativas e Usina Caeté pode produzir até 20% mais. Disponível em: <http://www.alagoasweb.com/noticia/6649-safra-de-cana-de-acucar-supera>. Acesso em: 18/02/2015.

<sup>98</sup>Fonte: Gestão Familiar, Globo Rural Al. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT208562-18283,00.html>.

[...] Esses trabalhadores, historicamente conhecidos pelas degradantes condições de trabalho a que são submetidos diariamente e pelo seu baixíssimo índice ou mesmo ausência de escolaridade, são alvo agora da ameaça iminente de desemprego, provocada pela mecanização da colheita da cana, procedimento que vem sendo utilizado pelos grandes produtores de açúcar e álcool, no intuito de aumentar a produtividade e a lucratividade da indústria, já que a utilização de uma máquina colheitadeira substitui o trabalho de até cem homens. Isso leva a pensar nos impactos sociais que tal mecanização pode provocar, causando o desemprego estrutural, que no cenário social do Estado de Alagoas já é tão marcado pela pobreza e violência que assolam sua população (BERTOLDO *et. al.*, 2011, p.131/2).

Desse modo, podemos perceber que os impactos da intensificação da maquinaria nos canaviais, além de aumentar o processo de exploração dos cortadores de cana, provocam o desemprego estrutural. Segundo Verçosa (2011), os que permanecem inseridos no corte de cana devem exercer um esforço físico maior para cumprir as metas de produtividade postas pela usina. A meta mínima de produtividade, atualmente, é de 10 toneladas de cana/dia, e caso não seja cumprida no curso dos três primeiros meses da safra, o trabalhador é dispensado e dificilmente será contratado novamente pela mesma usina.

Em virtude do medo do desemprego, o cortador de cana é impulsionado a abrir mão de seus direitos para permanecer ativo no mercado de trabalho. Sobre esse fato, Iamamoto (2011) indica que a jornada do trabalho canavieiro é aproximadamente de onze a doze horas, com o máximo de aproveitamento, e com um pequeno tempo para repouso. Mas os trabalhadores dispensam o repouso concedido por lei para não perderem o ritmo de produtividade e atingir as metas.

O desemprego é visto pelos trabalhadores como a não oportunidade de exercer seu trabalho para prover sua sobrevivência. Pois, à medida que as máquinas ocupam seus postos, os trabalhadores expulsos do processo de produção dificilmente encontrarão trabalho na próxima safra. Em relação a sua reinserção em outras atividades formais, esses trabalhadores, por serem oriundos de famílias pobres, geralmente vinculadas ao trabalho nas usinas, possuem baixa escolaridade, o que dificulta a execução de outra atividade distinta do corte de cana.

Assim, ao serem alijados do processo produtivo canavieiro, os cortadores de cana não dispõem dos meios de prover sua existência, ficando à mercê de programas assistenciais e atividades informais para responder suas necessidades. Isso se deve ao fato de que o trabalho no modo de produção capitalista só se realiza em prol do capital, e não das necessidades dos produtores diretos. Tais necessidades somente são respondidas em formas de mercadorias e,

na medida em que o trabalhador não consegue vender sua força de trabalho para adquiri-las, fica sujeito as ações estatais, esperando ser novamente requisitado pelo sistema.

Diante das condições de trabalho as quais os cortadores são submetidos, elucidadas no desenvolvimento deste item, podemos identificar que essas são historicamente pautadas na exploração, constituindo-se prejudiciais à saúde do trabalhador. Contudo, no curso do processo de reestruturação produtiva da agroindústria canavieira, tais condições foram intensificadas por intermédio de diversas estratégias do capital para mediar os efeitos da crise estrutural. É inserida no âmbito das estratégias capitalistas, que identificamos a intensificação da mecanização da colheita como meio de extrair maior volume de mais-valia do trabalhador individual, tornando o trabalho canavieiro uma atividade ainda mais degradante.

#### 4. Conclusão

Para entendermos como se deu o advento da industrialização no Brasil e o processo de modernização da agroindústria canavieira, se fez necessário buscar seus determinantes nas raízes sócio-históricas do capitalismo. Para isso, realizamos uma análise do desenvolvimento do referido modo de produção na sua forma clássica, estudada por Marx na obra *O Capital*, para identificarmos o processo de sua ascensão, enquanto ordem dominante. Este processo implicou na expulsão dos camponeses dos campos, na transformação das terras comunais em privadas, no surgimento das duas classes fundamentais – burguesia e proletariado – e na preponderância das práticas comerciais sobre as relações econômicas. Neste percurso, ocorreu o descobrimento de novas terras, que foram colonizadas, alavancando a acumulação primitiva do capital europeu.

É no cenário da colonização que encontramos os determinantes que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Contudo, esse processo não seguiu os mesmos delineamentos dos países de capitalismo clássico, como a Inglaterra e a França. De acordo com Mazzeo (1988), o capitalismo no Brasil se desenvolveu pela via colonial, pois não havia relações econômicas, políticas e sociais para se decompor, o grande latifúndio embasado na cultura canavieira foi o regente da economia. Neste contexto histórico, as relações econômicas foram forjadas no caráter agroexportador, e os lucros resultantes da atividade agrária eram direcionados para os países europeus, em especial Portugal. Neste período, a região Nordeste do Brasil se destacou como centro econômico do país, contribuindo para o fornecimento do açúcar à Europa. As classes fundamentais no Brasil tardaram a surgir, sendo a força de trabalho escrava utilizada no setor agrário como meio de gerar acúmulo de capital.

O setor agrário, como demonstrado no decorrer da pesquisa, foi por quatro séculos da história do Brasil o condutor de suas relações econômicas e sociais, sendo a cultura canavieira preponderante até o século XIX, quando ocorreu o apogeu do café. Com a supremacia do café na economia brasileira, identificamos a transferência do centro econômico do país da região Nordeste para a Sudeste. Neste sentido, o Brasil adentra o século XX conduzido pelo caráter agroexportador advindo da sua colonização. É relevante ressaltar que, apesar de permanecer um país agrário, ocorreram algumas mudanças, como é o caso do surgimento do trabalho assalariado, porém, o grande latifúndio e desenvolvimento de monoculturas permaneciam. Mas, a partir da década de 1930, emergiram as condições para a promoção do processo de industrialização do país.

Nesta direção, a segunda seção dessa dissertação se debruçou sobre o processo da industrialização brasileira, indicando os fatores que a condicionaram somente nos anos 1930. Identificamos que a industrialização, assim como o setor agrário, foi impulsionada a emergir não por uma necessidade interna do Brasil, mas pela demanda de expansão do capital mundial. Caio Prado Jr.(1970) ressalta que o embrião da industrialização emergiu ainda no período colonial. O autor elucida que as indústrias eram pequenas e restritas a micro localidades, e que logo desapareceram em virtude da produção estrangeira. Mas, Suzinga (2000) afirma que, somente durante o século XIX, foi possível realizar uma análise precisa sobre o aparecimento da indústria no Brasil. Para o autor, é durante esse século que ocorrem os primeiros registros da entrada de máquinas no país, e esse fato possibilitou tecer algumas considerações sobre seu desenvolvimento. Neste sentido, Suzinga (2000) elucida que, no decorrer do século XIX, foram iniciados os esforços de instalar indústrias no país, precisamente de bens de transformações.

Neste contexto, as incipientes indústrias sofreram oscilações em seus investimentos, de acordo com os acontecimentos globais. Nesta direção, no decorrer do século XIX, ora as indústrias progrediam em função de subsídios direcionados a sua ampliação, ora adentravam em um período de recessão, que freava o desenvolvimento dos anos anteriores. Desse modo, apesar de indicarem avanços, as indústrias de transformação não se constituíram o setor regente da economia, sendo a agroindústria, em especial a cafeeira, a grande precursora das relações comerciais.

Essa realidade passa por modificações no curso da década de 1930. Este ano foi cenário de transformações significativas tanto no âmbito político, pôs fim a República do “café com leite” possibilitando o enfraquecimento do poder político dos grandes latifundiários, quanto no econômico, com o fortalecimento do processo de industrialização, tornando-a mais participativa nas relações econômicas do Brasil.

Neste sentido, analisamos o governo de Getúlio Vargas para entendermos o percurso da industrialização do país. A Era Vargas representou um grande avanço para a indústria brasileira, pois proporcionou as bases que possibilitaram sua consolidação. Neste período, o Estado, além de subsidiar as indústrias de transformação, criou as indústrias de bases e, com o auxílio do capital estrangeiro, realizou obras de infraestrutura e estabeleceu mediações na relação entre capital e trabalho no setor industrial, tais como a concessão de direitos trabalhistas. O setor agrário também foi incentivado a crescer, o governo implementou programas direcionados ao seu fortalecimento, o qual tomamos como foco da análise da agroindústria canavieira.

Neste setor agroindustrial, se destacou a criação do Instituto de Álcool e Açúcar (IAA). Por meio do referido Instituto, o governo pôde organizar o mercado açucareiro através do estabelecimento de metas e quotas de produção, proporcionando subsídios e equilibrando a concorrência entre as regiões Sudeste e Nordeste, através da divisão de mercados. As concessões advindas do IAA foram significativas para o desenvolvimento da agroindústria canavieira alagoana, pois tanto por fatores econômicos quanto por geográficos a sua produção não se equiparava a de São Paulo. Assim, o controle do mercado consumidor pelo Estado possibilitou a Alagoas o escoamento de sua produção, e, por conseguinte o, aumento de sua lucratividade. Neste sentido, o governo de Getúlio Vargas, à medida que construía o alicerce do parque industrial brasileiro, fortalecia o setor agroindustrial.

O governo de Juscelino Kubitschek deu continuidade ao processo de industrialização do país. O presidente, guiado pela ideologia desenvolvimentista, aspirava superar a situação de miséria do Brasil por meio da consolidação e fortalecimento do parque industrial. Para alcançar esse fim, suas intenções políticas foram materializadas no Plano e Metas de 1950, o qual possuía por objetivo superar 50 anos de atraso no decorrer de 5 anos de mandato. O elucidado plano foi dividido em cinco áreas fundamentais, foram elas: energia, transporte, indústrias, alimentação e educação.

Tais metas necessitavam de altos investimentos para sua efetivação, dos quais o país não disponibilizava. A solução para dar curso ao Plano de Metas foi requisitar seu financiamento aos países estrangeiros. O capital advindo dos países estrangeiros mediou a problemática da carência de infraestrutura, o que possibilitou a aquisição de maquinarias para as indústrias. Contudo, o interesse deste capital não consistia em auxiliar a indústria brasileira a fim de mediar sua situação de pobreza, mas sim de se expandir, de conquistar novos mercados para sua produção. Por isso, foi neste período que as empresas multinacionais se instalaram no país. Durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil conseguiu progredir economicamente, porém o final de seu mandato é marcado por uma intensa crise inflacionária que refletiu nos próximos governos.

Partindo desta premissa, a terceira seção elucidou os efeitos inflacionários na economia e as estratégias utilizadas para sua mediação, bem como o impulso que a agroindústria canavieira sofreu para consolidar sua modernização. A década de 1960 é permeada por mudanças, tanto políticas quanto econômicas. Jânio Quadros, sucessor de Juscelino Kubitschek, não conseguiu conter os efeitos da inflação por meio das orientações do FMI, agravando ainda mais os efeitos da crise vivenciada pelo país. Como alternativa para responder os anseios do referenciado órgão, o presidente tentou articular um golpe para

permanecer no poder como um ditador, via aceitação da população e das forças armadas, para assim prosseguir com as orientações do FMI. Por seu vice, João Goulart, ser considerado um político de esquerda, Jânio Quadros colocou seu plano em ação, em virtude de que o cargo presidencial não seria concedido ao vice-presidente. Contudo, o plano de Jânio Quadros não ocorreu como esperado, diante de sua renúncia, João Goulart foi posto ao poder subordinado ao parlamento.

João Goulart tentou mediar os efeitos da crise inflacionária por meio do *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*. Sendo identificada a necessidade de realizar mudanças, das quais podemos destacar as reformas agrária, urbana, partidária, bancária, fiscal e tributária, nas relações econômicas do país, esse plano objetivou respondê-las. Apesar dessas reformas não elucidarem uma ruptura com o domínio da lógica do capital no Brasil, pois a intenção do presidente era de proporcionar autonomia a burguesia brasileira face ao capital estrangeiro, essa ideia foi vista como uma ameaça. Fato que impulsionou o golpe militar de 1964.

Segundo Netto (2014), os países centrais enxergaram tais mudanças como uma ameaça, e trataram de sanar com qualquer possibilidade que enfraquecesse seu domínio nos países emergentes. Por meio da *contrarrevolução*, o Brasil foi reinserido na dinâmica capitalista ainda mais subordinado. Assim, o Golpe de Abril de 1964, alijou a democracia do país e instaurou a ditadura militar brasileira subalterna aos imperativos do capital internacional.

O governo militar, norteado pelos anseios do capital, tratou de imobilizar qualquer forma de expressão contra suas ações, por meio de uma forte repressão, tanto política quanto social. No decorrer do período ditatorial foram identificados vários planos econômicos direcionados a mediar os efeitos da inflação que, ao surtirem efeitos positivos, possibilitaram a aquisição de novos empréstimos aos países estrangeiros. Fato que viabilizou não somente a mediação da crise inflacionária, como também fez emergir o período de prosperidade econômica. Neste sentido, no decorrer dos anos 1968 a 1973, ficou conhecido na história brasileira como *milagre econômico brasileiro*.

Nesta conjuntura de prosperidade econômica, tanto o setor industrial quanto o agrário foram incentivados pelo Estado para impulsionar o desenvolvimento econômico. No tocante a agroindústria canavieira, a década de 1970, em virtude da eclosão da crise do petróleo, delineou novos contornos na sua produção. Além do fornecimento dos produtos tradicionais, esse setor passou a ser incentivado a produzir fontes energéticas alternativas ao petróleo.



Neste período, para fomentar a produção do etanol para uso combustível, foi criado o Proálcool, que desencadeou a necessidade da agroindústria canavieira de se modernizar. Essa modernização se expressou no melhoramento significativo da produção do referido setor, por meio da aquisição de maquinaria e do desenvolvimento de novas técnicas de destilação. Desse modo, foi possível a agroindústria canavieira consolidar sua modernização e se destacar novamente nas relações econômicas brasileiras.

Entretanto, em meados da década de 1980, com a estabilidade do preço do petróleo, a agroindústria canavieira passou a sofrer os reflexos da crise estrutural. Essa crise pôs aos setores produtivos do capital a necessidade da reestruturação produtiva, a qual impôs a racionalização da produção como meio de amenizar os efeitos da crise. Essa racionalização implicou a intensificação da exploração do trabalho dos cortadores de cana, pois os demandou uma maior produção para permanecer no posto de trabalho.

Uma das primeiras consequências dos reflexos desta racionalização sobre os trabalhadores canavieiros que esse estudo identificou, foi o prolongamento da jornada de trabalho. Mesmo estando prescrito na legislação que a jornada de trabalho é de 8 horas diárias, algumas usinas ainda desrespeitavam tal lei, até que as várias denúncias de morte dos trabalhadores por exaustão suscitaram o receio dos usineiros em relação as penalidades oriundas do descumprimento da legislação. Mesmo a jornada sendo cumprida segundo a lei, o capital tratou de intensificar o trabalho realizado no âmbito canavieiro como meio de aguçar a extração de mais-valia dos cortadores de cana. O esforço físico demasiado, realizado pelos trabalhadores canavieiros, acarreta várias doenças sócio-ocupacionais, tornando o trabalho nos canaviais ainda mais precarizado. O intenso dispêndio de energia, além de prejudicial à saúde, ainda pode ocasionar a morte dos trabalhadores.

A extração desmedida de mais-valia do trabalhador canavieiro pelo capital, não se limita ao aumento da capacidade de produção individual. Percebemos ao longo deste estudo, que no decorrer da reestruturação produtiva ocorreu a intensificação do uso da maquinaria nos canaviais, em especial o uso das colheitadeiras. As colheitadeiras, além de proporcionar maior rentabilidade no processo produtivo, constituem uma estratégia do capital para explorar ainda mais o trabalho dos cortadores de cana. Aludimos que uma única colheitadeira alija 100 trabalhadores de seus postos de trabalho, esse fato desperta o medo do desemprego nos cortadores de cana ainda ativos, fazendo com que se sujeitem as degradantes condições de trabalho postas pelo capital. Assim, percebemos que o advento da maquinaria, bem como outras tecnologias inseridas ao longo da modernização da agroindústria canavieira, é direcionado a responder os interesses da acumulação capitalista. As repostas aos anseios do

capital geram a deploração das condições de trabalho, as quais os trabalhadores canavieiros são submetidos. Este fato se expressa na ausência do fornecimento gratuito dos equipamentos de segurança, aumentando assim os riscos de acidentes de trabalho, e de outros meios necessários para o trabalho no canavial. Apesar de tais equipamentos serem assegurados por lei, os cortadores hesitam em exigi-los por receio da não contratação na próxima safra.

A máquina, ao substituir um número considerável de postos de trabalho, amplia o contingente de trabalhadores desempregados sem perspectiva de reingresso no processo produtivo. Intencionando se desresponsabilizar pela condição de miséria e privação a qual os trabalhadores canavieiros desempregados são submetidos, os empresários, guiados pela lógica do capital, os culpabilizam por sua condição de desempregado. O discurso utilizado por tais empresários para justificar o crescimento do desemprego no setor canavieiro é colocar sobre o trabalhador a falta de interesse em se qualificar, seja para exercer outra função no âmbito da usina, ou executar outras atividades fora de seus limites. Contudo, a situação de pobreza desses trabalhadores, conjugada com o cansaço físico de uma atividade que exige o máximo de esforço sob fatores naturais que a torna mais degradante, como por exemplo, sol, chuva e desidratação, não é aludida como empecilho na qualificação destinada para um trabalho extracanjeiro.

Diante do exposto no curso desta dissertação, podemos afirmar que as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, forjado no caráter agroexportador e subordinado ao capital estrangeiro, não modificam a essência deste modo de produção de se autovalorizar por meio da exploração da força de trabalho. Nesta direção, ao debruçarmos sobre a trajetória da agroindústria canjeira, percebemos que, desde a sua inserção no país, sua produção é direcionada a acumulação do capital, pautada em uma intensa exploração do trabalho. Constatamos que em decorrência da especificidade deste setor agroindustrial, seu processo produtivo está alicerçado sobre condições de trabalho intensas e exaustivas. Contudo, no curso da década de 1980 e mais precisamente nos anos de 1990, em virtude do processo de reestruturação, tais condições se tornaram ainda mais degradantes para os cortadores de cana.

O presente estudo se faz de suma importância para o Serviço Social, na medida em que é fundamental na ação profissional dos assistentes sociais o conhecimento do movimento sócio-histórico da sociedade brasileira, apreendendo o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Esse conhecimento é essencial para subsidiar a prática dos profissionais, seja na implementação de políticas e projetos destinados a mediar as contradições inerentes à lógica capitalista, ou nos distintos campos de atuação. Pelo fato de a

agroindústria canavieira se constituir em um espaço sócio-ocupacional para os assistentes sociais, é imprescindível a esses profissionais ter ciência das especificidades inerentes deste setor, bem como apreender a relação entre capital e trabalho no âmbito canavieiro para construir as estratégias necessárias destinadas a aproximar os trabalhadores de seus direitos sociais.

## Referências

AMARAL, Maria Virgínia Borges. A condição do trabalho e o Serviço Social no setor sucroenergético. In: AMARAL, Maria Virgínia Borges; VERAS, Edmilson Correia. **Capital x Trabalho no Campo: Questão Agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético**. Maceió: Edufal, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ártica, 1988.

\_\_\_\_\_. **Usinas e destilarias das Alagoas: Uma contribuição ao estudo da produção do espaço**. Maceió: Edufal: 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL. (S/D), (S/L). Disponível em: <<http://www.historiadorbrasil.net/capitaniashereditarias/>> Acesso em: 22/07/2014.

BERTOLDO, Edna, et. al. **Trabalho e educação dos trabalhadores do corte de cana: uma análise do contexto da modernização do setor sucroalcooleiro em Alagoas**. In: Alice Anabuki Plancherel e Edna Bertoldo (Org). **Trabalho e capitalismo contemporâneo**, Maceió: Edufal, 2011, p. 59-80.

BRASIL HOLANDES (26/08/10), (A/L). Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/brasil-holandes/>> Acesso em 30/07/2014.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política: Uma introdução a crítica**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimentismo - Brasil: JK - JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, Cícero Pérciles. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3 ed. Maceió: Edufal, 2009.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo, ed. Livraria editora ciências humanas LTDA: 1978.

COSTA, Márcio Jorge Porangaba. **Capital inglês e engenhos centrais**. Maceió: Edufal, 1997.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas: Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3 ed. Maceió: Edufal 2006.

\_\_\_\_\_. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. 2 ed. Maceió: Edufal, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. 5 ed. Rio de Janeiro: JC editora, 1994.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. **Formas de dominação e espaço social: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; MCT/CNPq, 1988.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. Trad. Luciano Costa Neto, 5 ed. , Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOLLWAY, John. **Fundamentos Teóricos para uma Crítica Marxista de La Administración Pública**. México: Instituto Nacional de Administración Pública, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico – Metodológica**. 29 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e Indivíduo Social: Um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo, Cortez, 2011.

PAULO NETTO, José . **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_ **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PAULO NETTO, José, BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, Sérgio. **Cadê os operários?** São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

\_\_\_\_\_ **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3 ed. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2012.

LIMA, Araken Alves de. **A evolução da agroindústria canavieira alagoana: da criação do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) ao processo de modernização da década de 1960**. Economia política do desenvolvimento, Maceió, vol. 3 nº9, set/dez., 2010, p. 39-64.

\_\_\_\_\_ **Evolução da agroindústria canavieira no século XX**. Maceió: Edufal, 2014.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Alienação e agravos à saúde dos trabalhadores no setor sucroenergético**. In: Edvânia Ângela de Souza Lourenço e Vera Lúcia Navarro Orgs. O Averso do trabalho III, São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 165-198.

LUCA, Tânia Regina de. **Indústria e trabalho na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O Capital, V.I. Tomo II. Coleção Os Economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.** São Paulo: Abril Cultural, 1984 b.

\_\_\_\_\_. **O Capital, V.I. Tomo I. Coleção Os Economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.** São Paulo: Abril Cultural, 1985 a.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Burguesia e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Editora Ática, 1988.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: Rumo a uma teoria de transição.** Trad. Paulo Cesar Castanheira, Sergio Lessa, São Paulo: Boitempo, 2002.

NAVEGADOR PORTUGUÊS, PRIMEIRO COLONIZADOR DO BRASIL: MARTIM AFONSO DE SOUSA. (S/D), (S/L). Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/martim-afonso-de-souza.jhtm>> Acesso em: 22/07/2014.

NOVAIS, Fernandes A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 1985.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital.** 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PIMENTEL, Edlene. **Uma nova questão social: Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PLANCHEREL, Alice Anabuki. et al. **O canguru no universo canavieiro alagoano: Saúde e precarização do trabalho na agroindústria açucareira.** In: Alice Anabuki Plancherel e Edna Bertoldo Org. Trabalho e capitalismo contemporâneo, Maceió: Edufal, 2011, p. 59-80.

PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil: Colônia e Império.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil.** 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à História do Açúcar em Alagoas.** Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool Museu do Açúcar, 1970.

SANTOS, Adriano Pereira. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho: Reestruturação produtiva nos anos de 1990. O caso da Zanini S/A de Sertãozinho- SP.** São Paulo: Expressão Popular 2010.

SILVA, José Graziano da. **De bóias-frias a empregados rurais: As greves dos canavieiros paulistas de guariba e de leme.** Maceió: Edufal, 1997.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do século.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Mortes e acidentes nas profundezas do “mar de cana” e dos laranjais paulistas.** Revista de ação integrada em saúde do trabalhador e meio ambiente. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art1-2008-2.pdf>> Acesso em: 05/06/2014.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964).** Trad. **Ismênia Tunes Dantas.** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Reivan Marinho. **Controle capitalista e reestruturação produtiva: o programa brasileiro da qualidade produtiva.** Maceió: Edufal, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério; SANTOS, Leandro Bruno. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.** São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.

TAVARES, Maria Augusta; LIMA, Roberta Oliveira Trindade. **A liberdade do trabalho e a armadilha do salário por peça.** *Rev. Katál. Florianópolis.* V. 12, n. 2, jul./dez., 2009, p. 170-177.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos. **Sobre os métodos da exploração da força de trabalho na agroindústria canavieira de Alagoas.** *Cadernos de estudos sociais – Recife,* v. 26, jul./dez., 2011, p. 393-406.